



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

HISTÓRIA



Elton Flor da Silva

**O ANTICOMUNISMO E A FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE POLÍCIA DE  
PERNAMBUCO (1956-1964)**

RECIFE, 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA



Elton Flor da Silva

**O ANTICOMUNISMO E A FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE POLÍCIA DE  
PERNAMBUCO (1956-1964)**

Dissertação de mestrado apresentada por Elton Flor da Silva ao Programa de Pós-graduação em História – PGH da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE como requisito para obtenção de titulação de mestrado.

**Orientadora:** Giselda Brito Silva

RECIFE, 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S586a Silva, Elton Flor da  
O anticomunismo e a fundação da Escola de Polícia de Pernambuco (1956-1964) / Elton Flor da Silva. - 2017.  
160 f.: il.

Orientadora: Giselda Brito Silva.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, BR-PE, 2017.  
Inclui referências e anexo(s).

1. Partido Comunista Brasileiro 2. Pernambuco – Política e governo - 1956-1964 3. Perseguição política 4. Escola de Polícia de Pernambuco I. Silva, Giselda Brito, orient. II. Título

CDD 981.34



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O ANTICOMUNISMO E A FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE POLÍCIA DE PERNAMBUCO  
(1956-1964)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

ELTON FLOR DA SILVA

APROVADA EM 29/08/2017

BANCA EXAMINADORA

---

Profª Drª Giselda Brito Silva – UFRPE  
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

---

Profº Drº Karl Schuster Veríssimo de Souza Leão  
Programa Pós-Graduação em História– UPE

---

Profº Drº Carlos André Silva de Moura  
Programa Pós-Graduação em História– UPE

---

Profº Drº José Luciano de Queiroz Aires  
Programa Pós-Graduação em História– UFCG

Dedico essa dissertação a todos aqueles que acreditam que a educação ainda é o melhor caminho pelo qual podemos realizar sonhos e modificar realidades.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder a possibilidade de estar vivendo mais um momento importante em minha vida. Aos meus pais, Genival Flor da Silva e Erotides Bento Flor da Silva pelo cuidado, carinho e zelo para com minha educação. Aos meus irmãos, Vanessa Barbosa da Silva e Erival Flor da Silva, muito obrigado por sempre me motivarem, me apoiarem e ajudarem nos momentos em que necessitei. Agradeço in memoriam a José Flor e Manoel Bezerra da Silva pelos conselhos e ensinamentos deixados. A Marina Bento da Silva pelo cuidado e carinho dedicado a mim. A meu tio Paulo Flor e a todos os outros familiares que aqui não estão listados, mas que sou muito grato por tudo e tenho plena certeza que torciam por mim nessa caminhada.

Não posso esquecer-me de agradecer a minha sogra e sogro, Margarida Regina Soares da Silva e Manoel Ferreira da Silva Filho por todo apoio, as minhas cunhadas Maria Gorete e Marizal, saibam que sem vocês isso não seria possível. Ao meu tio Ialdo Inácio da Silva pela ajuda e exemplo de garra e superação. A minha esposa, Maria das Dores Soares da Silva Flor pela paciência, cumplicidade e dedicação nesses dias tão difíceis. Ao meu filho Píter da Silva Flor pelos abraços que chegavam a desconcentrar, mas eram necessários para confortar meu coração aflito. A minha recém-chegada filha, Dafne, por ser mais um motivo que me leva a continuar seguindo os sonhos que tenho para todos. A todos meu muito obrigado.

Daqui em diante abro espaço para agradecer a figuras igualmente importantes nesse processo. Primeiramente a minha orientadora Professora Dr.<sup>a</sup> Giselda Brito Silva, pela forma humana como conduziu toda essa difícil trajetória. Aos Professores Doutores Karl Schurster Veríssimo de Souza Leão, José Luciano de Queiroz Aires e Carlos André Silva de Moura pela atenção dedicada a este trabalho, saibam que suas considerações são e serão de suma importância para minha trajetória. A instituição Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e todo seu corpo profissional que possibilitaram a concretização desse momento, bem como a CAPES que financiou essa pesquisa, muito obrigado.

Gostaria de listar alguns professores que fazem parte desse percurso a começar por Tiago de Melo Gomes, Luiz Manoel Domingues e Ronaldo Maia, mentes brilhantes que partiram precocemente, mas que deixaram suas sementes plantadas em nossos corações, in memoriam, meus agradecimentos. Aos professores Wellington Barbosa, Ricardo Pacheco Aguiar, Marcília Gama da Silva, Élcia de Torres Bandeira, Jeannie Menezes, Suely Luna,

Suely Almeida, Bruno Miranda, Gilberto Farias, Alcileide Cabral, Ana Nascimento, Humberto Miranda, Juliana, Gustavo, todos vocês contribuíram de alguma forma para que essa pesquisa se concretizasse, não os esquecerei. De cada um levo comigo grandes ensinamentos.

Aos professores do IFPE Eliana Melo, Josinaldo Barbosa, Sílvio Pena, Graça Costa, Elizete Coelho, Patrícia Arruda que me ensinaram a dar os primeiros passos no mundo acadêmico, me acolheram e deram sempre o melhor de si por uma formação que garantisse um futuro mais seguro para mim e todos seus alunos. Meus eternos agradecimentos por tudo. Compartilharei com vocês essas e outras conquistas de minha vida.

Aos técnicos administrativos da UFRPE com os quais tive a oportunidade de vivenciar momentos brilhantes de paz, sorrisos, descontração, mas também de aflições cotidianas superadas sempre na esperança por dias melhores. A Abraão Dionísio, Antônio Delmiro, Antônio Maciel, Edson Gomes, Geraldo Manuel, Gilberto Manoel, José Ronaldo, Roberto Gonçalves, Severino Ramos, Severino Bui, João Paulo, Fernando Filé, Carlos Abelha, Célio Barbosa, entre outros que fazem parte do sindicato dos servidores da UFRPE e do grupo que participou da graduação em pedagogia fornecida pela FAESC, meu muito obrigado a por tudo.

A todos os colegas de mestrado, em especial a Juliana Ferreira Campos Leite, Rafelle Custódia, Geane Bezerra, Benvinda Teixeira, Leon Adan, Anderson Guimarães, Sílvio Cadena, Carmem, Bruno Azevedo, Midiam Tavares, Jesanias entre outros que fui conhecendo ao longo desse trajeto sou muito grato pela força e por escutarem meus sofrimentos, isto sempre nos deixa mais esperançosos ainda mais por sabermos que não estamos sós. Queria também deixar aqui um muito obrigado a Rafael Cipriano, secretário do mestrado que sempre me recebeu com um largo sorriso e muito entusiasmo independente da demanda que lhe trazia.

Aos amigos Davi Silva, Diógenes Mufford, Cláudio, Romero, Marcílio Pereira do Nascimento, Amanda Rafaela, Camila Falcão, Bruno Leon (Bob), Lenilton Barbosa Aguiar, David Silva, Vanessa Silva, Marli Germano, Gisele Lima, Joelma Karina, Gilberto, Lúcia, Emmanuelle Valeska, Marcos Lima, Adriano Lucena, Cláudio, Nadilson Teixeira, Samara, Romero, Camyla Medeiros, Aurení Silva, Helton Peron, Michele, Almir Amilton, Renato Zaraski, Flávio Ascendino, Rose, Janaína, Djalma, Luíza e todos aqueles com quem

compartilhei os sofrimentos e alegrias dessa trajetória, sintam-se lembrados, muito obrigado a todos(as).

Aos professores(as) do Senac Luara Nascimento, Nathália Albuquerque e Fábio Cândido, pelo apoio e compreensão e a todos os amigos(as) que a vida me presenteou em minha trajetória no universo de aprendizagem de um novo idioma, sou muito grato a todos(as) vocês. Gostaria também de agradecer ao professor Armando e a professora Marcela, bem como toda a equipe de servidores e alunos da Escola Maria Oliveira da Silva, local onde sempre fui recebido com muita alegria e satisfação. Aos novos amigos do João Bento, grato pelo acolhimento. Aos meus amigos da Proinfo João Victor, Alexandre Nobre, Rafael e todos que compõem a gestão e administração desse grande projeto. Aos alunos Randeson, Renan, Rafael Sete, Milene e todos os outros que me faziam esquecer meus problemas durante as aulas de Computação Gráfica, minha eterna gratidão a todos vocês.

Por fim, deixo meu agradecimento àqueles que de algum modo conversaram, sorriram, choraram. Que apenas me escutaram ou que de alguma forma esboçaram gestos de simpatia que me fizeram esquecer o peso da responsabilidade que o mestrado traz consigo. Com muitas vezes um bom dia, um muito obrigado, um abraço. Saibam que tudo isto fez, em muitos momentos, a diferença para que o dia fosse ou não suficientemente produtivo. A estas pessoas que externaram humanidade, carinho e afeto para com o próximo, meu muito obrigado. Aos que minha mente falhou neste momento em lembrar sintam-se todos aqui englobados em meus agradecimentos e a todos(as) de um modo geral deixo minha gratidão e meu forte abraço. Muito obrigado por tudo!



*“O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.”*

Mia Couto

## RESUMO

O anticomunismo em muitos momentos influenciou nas tomadas de decisões por parte do Estado. A criação da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS e a Lei de Segurança Nacional são frutos desse aspecto da cultura política tão presente no estado de Pernambuco. Sendo assim, a presente dissertação tem por objetivo analisar as modificações instituídas pelo Estado na Polícia Política com o intuito de combater o comunismo a partir das ações de monitoramento do corpo social em Pernambuco, tomando como referência a apreensão feita ao Comitê Regional do PCB no ano de 1956 e a instituição da Escola de Polícia de Pernambuco, do Instituto de Polícia Técnica que comportava também o Instituto de Medicina Legal. A partir dessa questão serão analisada a Lei de Segurança Nacional, documentos da polícia, jornais e revistas com o intuito de discutir o monitoramento policial, o estabelecimento da Escola de Polícia e os novos modos de ação do corpo policial na busca pelo controle das dissidências políticas no estado, demonstrando o fato de que quanto mais o Estado investiu no aprimoramento de seus dispositivos de controle e vigilância da sociedade maior foi a incidência das dissidências políticas no período.

**Palavras-chave:** Escola de Polícia, Partido Comunista, História Política, Repressão.

## **ABSTRACT**

Anti-communism has often influenced decision-making by the state. The creation of the Political and Social Order Department - DOPS and the National Security Law are fruit of this aspect of the political culture so present in the state of Pernambuco. The purpose of this dissertation is to analyze the modifications instituted by the State in the Political Police in order to combat communism based on the monitoring actions of the social body in Pernambuco, taking as reference the apprehension made to the PCB Regional Committee in the year of 1956 and the institution of the Police School of Pernambuco, of the Institute of Technical Police that also included the Institute of Legal Medicine. From this issue will be analyzed the National Security Law, police documents, newspapers and magazines with the purpose of discussing police monitoring, the establishment of the Police School and the new ways of action of the police force in the search for control of political dissidents in the state, demonstrating the fact that the more the state invested in improving its mechanisms of control and surveillance of society, the greater the incidence of political dissidents in the period.

**Keywords:** Police School, Communist Party, Political History, Repression.

## LISTA DE SIGLAS

SSP – Secretaria de Segurança Pública

DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social

PCB – Partido Comunista do Brasil

DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública

DOFSP – Departamento de Obras e Fiscalização de Serviços Públicos

ESG – Escola Superior de Guerra

USAID – United States Agency for International Development

CIP – Curso de Instrução Policial

IML – Instituto de Medicina Legal

CC – Comitê Central

CZ – Comitê de Zona

CRs – Comitês Regionais

PTB – Partido Trabalhista do Brasil

UDN – União Democrática Nacional

PSD – Partido Social Democrático

MUT – Movimento de União dos Trabalhadores

FEB – Força Expedicionária Brasileira

SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

Sr – Sindicatos Rurais

Lc – Ligas Camponesas

AMP – Associação das Mulheres de Pernambuco

AAID – Associação dos Amigos da Imprensa Democrática

CCCC – Comitê Central de Combate a Carestia

CPMR – Comitê da Prefeitura Municipal do Recife

CB – Comitê dos Bancários

CRFN – Comitê da Rede Ferroviária Nacional

CFCTP – Comitê de Fábrica da Companhia de Tecidos Paulista

CT – Comitê dos Transviários

CFP – Comitê dos Funcionários Públicos

ATACP – Associação dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses Pobres

UJC – União da Juventude Comunista

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** - Fotografia produzida pela polícia do material apreendido no Comitê Regional em 1941.

**Figura 2** - Cópia do organograma da polícia sobre o PCB em Pernambuco datado de dezembro de 1955.

**Figura 3** - Livro apreendido pela polícia na Escola de Capacitação Política do Comitê Regional do PCB em Pernambuco.

**Figura 4** - Fotografia produzida pela polícia do material apreendido no Comitê Regional do PCB em Pernambuco.

**Figura 5** - Organograma desenvolvido pela Polícia Política sobre a organização do PCB em Pernambuco em dezembro de 1956.

**Figura 6** - Livro produzido pela Polícia Política de Pernambuco em 1958.

**Figura 7** - Fotografia produzida pela polícia do material apreendido na Escola de Capacitação Política.

**Figura 8** - Capa da Revista Policial de Pernambuco de março de 1955.

**Figura 9** - Fotografia do Delegado Auxiliar publicada na Revista Policial de Pernambuco.

**Figura 10** - Trecho da divulgação do livro produzido pela polícia em 1958 na Revista Policial de Pernambuco.

**Figura 11** - Entrega de 4 viaturas da Rádio Patrulha e vistoria feita por integrantes do Ponto IV / Notícia abordando viagem de capacitação no exterior de funcionários ligado a Polícia Militar de Pernambuco.

**Figura 12** - Recorte do jornal Diário de Pernambuco de abril de 1961.

**Figura 13** - Recorte de jornal do Diário de Pernambuco do dia 26 de maio de 1961.

**Figura 14** - Recorte de jornal do Jornal do Comércio de 22 março de 1962.

**Figura 15** - Recorte de jornal do Jornal do Comércio de 23 de agosto de 1962.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO COM A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL</b> .....	18
1.1 ANISTIA, LEGALIDADE E REPRESSÃO POLICIAL AO PCB.....	30
1.2 A INFILTRAÇÃO POLICIAL E O CANCELAMENTO DO PCB (1945-1947).....	34
<b>2. O SERVIÇO SECRETO: VIGILÂNCIA, MONITORAMENTO E INFILTRAÇÃO DA POLÍCIA NO PCB</b> .....	48
2.1 INTENSIFICAÇÃO DO MONITORAMENTO POLICIAL E A QUEDA DO COMITÊ REGIONAL DO PCB.....	59
2.1.2 A APREENSÃO POLICIAL.....	74
<b>3. A REAÇÃO POLICIAL E A FUNDAÇÃO ESCOLA DE POLÍCIA DE PERNAMBUCO</b> .....	84
3.1 O DISCURSO EM TORNO DO FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA POLICIAL.....	87
3.1.1 A REAÇÃO POLICIAL NOS IMPRESSOS: LIVRO, REVISTA E JORNAL.....	97
3.1.2 JORNAL PEQUENO.....	99
3.1.3 O LIVRO: ASPECTOS DA ATIVIDADE DO PARTIDO COMUNISTA EM PERNAMBUCO.....	103
3.1.4 REVISTA POLICIAL DE PERNAMBUCO.....	111
3.2 OS CURSOS DE INSTRUÇÃO POLICIAL – CIP.....	118
3.3 A FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE POLÍCIA DE PERNAMBUCO – EPP.....	127

3.3.1 PONTO IV: O APOIO NORTE-AMERICANO AOS ORGÃOS DE REPRESSÃO EM PERNAMBUCO.....	130
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>1</b>



## INTRODUÇÃO

As experiências as quais o ser humano é submetido durante seu trajeto de vida, sua construção cultural e conseqüente constituição como indivíduo, influenciam seu modo de conceber o mundo e as diversas dinâmicas sociais, culturais e políticas ao seu redor. Segundo Michel de Certeau, “cada sociedade se pensa historicamente com instrumentos que lhe são próprios.”<sup>1</sup> Dessa forma, tendo em vista os conflitos presentes na cultura política atual, a compreensão em torno dos processos de formação cultural, social e política das sociedades é de fundamental importância para a construção de instrumentos que possibilitem a formação de cidadãos conscientes de seu papel, pautados no respeito ao próximo e a diversidade de ideais seja no âmbito social, político ou cultural.

Sendo assim, a presente dissertação tem por objetivo analisar a partir das ações de monitoramento do corpo social em Pernambuco as modificações instituídas na polícia política pelo Estado com o intuito de combater o comunismo, tomando como referência os fatos em torno da apreensão feita ao Comitê Regional do PCB no ano de 1956 e da instituição da Escola de Polícia de Pernambuco. Sendo assim, os fatos serão analisados a partir de processos judiciais, livros, revistas e jornais, dos quais a polícia fazia uso com a finalidade de consolidar um alibi para a agressão através do discurso da insegurança e da desordem, produzindo uma cultura baseada no anticomunismo e na exclusão dos dissidentes políticos.

Dessa forma, a presente dissertação foi elaborada a partir do acervo presente no Memorial da Justiça de Pernambuco que contém o processo relativo a apreensão feita ao Comitê Regional do Partido Comunista de Pernambuco no ano de 1956. Esse processo possui um quantitativo significativo de material anexo representado por fotografias, livros de bolso, relatórios, autobiografias e recorte de jornais. Esse montante documental possibilitou diversos direcionamentos indicando outros acervos a serem pesquisados como o DOPS, a Hemeroteca Digital, bem como o acervo da Fundação Joaquim Nabuco. No que diz respeito aos documentos do processo presente no Memorial da Justiça de Pernambuco, os anexos fundamentavam um discurso jurídico em torno da Lei de Segurança nacional que condenava integrantes do Partido Comunista a partir da ação policial que culminou com a desarticulação do Comitê Regional do Partido Comunista e de sua Escola de Capacitação Política em Pernambuco. A partir dos fatos relatados nessa documentação surgiram questionamentos que

---

<sup>1</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. tradução de Maria de Lourdes Meneses; revisão técnica de Arno Vogel. - 2ª Ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 78.

me levaram a produzir a presente dissertação busca por elucidar a origem desse conflito, seus principais personagens e seus desdobramentos.

Por longo tempo debateu-se na historiografia sobre os erros e acertos do Partido Comunista. No entanto, é possível notar novos olhares, novas abordagens sobre o tema e uma significativa produção em relação aos períodos ditatoriais. Porém, no que diz respeito ao estado de Pernambuco, as produções relativas ao período que compreende os anos de 1945 até 1964, com foco na polícia política, de longe tem o mesmo quantitativo de produção intelectual que contemplam o Estado Novo e a Ditadura Civil Militar.

Entretanto, é no período pós Estado Novo, que são formuladas as forças políticas que vão determinar a criação de uma série de partidos políticos, cada qual defendendo interesses distintos na sociedade e que vão influenciar significativamente nas tomadas de decisões do Estado. Durante esse período em que se vivem as primeiras experiências democráticas após a ditadura instituída por Getúlio Vargas, o Partido Comunista com a obtenção de seu registro em 1945 iria se inserir nesse cenário político elegendo uma quantidade significativa de candidatos. A partir desse momento, as elites políticas desgostosas com sua presença buscariam meios de retirá-lo de circulação e através de uma ação jurídica orquestrada pelas elites políticas do período, caçariam seu registro, demonstrando o interesse de parte da sociedade em retirá-lo, assim como seus integrantes, do cenário político e social. Para que se consolidasse tal ação, mais uma vez a polícia, que monitorava o partido mesmo na legalidade, é acionada para reprimi-lo, prendendo seus integrantes, apreendendo materiais e fechando estabelecimentos ligados ao partido excluindo assim seus integrantes da possibilidade de vivenciar sua cidadania plena.

Dessa forma, no primeiro capítulo serão discutidas as origens dos conflitos entre a polícia política e o Partido Comunista no estado de Pernambuco tomando como ponto de partida o levante comunista de 1935 e a criação da Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS, dispositivo pelo qual se daria a repressão contra integrantes do Partido Comunista que participaram do levante, culminando na prisão de Luiz Carlos Prestes.<sup>2</sup> Em seguida, será analisada a criação da Lei de Segurança Nacional, em função da repressão e do controle social, especificamente dos dissidentes políticos. A partir daí será exposto o período que

---

<sup>22</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-43. In FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **A formação das tradições (1889 - 1945)**. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 350.

compreende os anos de 1945 a 1947 com a obtenção e cassação do registro do Partido Comunista. No decorrer do capítulo discutiremos também como a Lei de Segurança Nacional instituiria o crime de subversão, observando nos anos seguintes que o uso do enquadramento nesse crime se tornaria algo corriqueiro nos meios policiais e seria aplicado a todos aqueles que buscassem de algum modo subverter a ordem estabelecida.

No segundo capítulo, trataremos de discutir como o Estado se utilizando da Polícia Política e de seu Serviço Secreto, composto basicamente por seus investigadores, para vigiar e reprimir a sociedade, adotando práticas diversificadas com a finalidade de evitar as dissidências políticas buscando manter o controle social e a ordem estabelecida. Desse modo, analisaremos como se deu o monitoramento da social e as motivações políticas que fomentavam tais ações respaldadas na Lei de Segurança Nacional que resultaria na queda do Comitê Regional do Partido Comunista e de sua Escola de Capacitação Política em 1956. Sendo assim, buscaremos analisar como essa ação se desenvolveu baseada nos interesses das elites políticas que visavam preservar os locais privilegiados que ocupavam se utilizando das forças de segurança fundamentadas nos artigos contidos na LSN para tal finalidade.

Dessa forma, a lei vai ser discutida como um dispositivo disciplinar que propicia a repressão e como recurso que visa enquadrar o cidadão como criminoso excluindo-o do convívio social. Nota-se que ao longo do tempo a LSN vai aos poucos se adequando a partir dos reflexos da cultura política do momento que era produto, além de tudo do conflito entre os agentes do Estado e os militantes do Partido Comunista. Nesse sentido, a lei é um discurso que serve ao Estado e as elites políticas como dispositivo que visa enquadrar o indivíduo num perfil de subordinação ao modelo de ordem estabelecido por seus governantes. Segundo Michel Foucault, “para que haja disciplina é preciso, pois, que haja a possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas.”<sup>3</sup> Portanto, analisaremos como as novas formulações do discurso jurídico, orquestrado pelo Estado, vai se ajustando as necessidades de cada período, propiciando a manutenção da ordem estabelecida através da legitimação da repressão, que se instaurava através das práticas de vigilância da polícia. Essa postura possibilitava a identificação dos dissidentes políticos e produziam novos discursos que dariam suporte ao recrudescimento do aparato policial e das forças de segurança no estado de Pernambuco.

---

<sup>3</sup> FOUCAULT, op. cit., 2012, p. 29.

No terceiro capítulo, iremos analisar como se deu o desenvolvimento de ações que visavam à instituição da Escola de Polícia de Pernambuco e o consequente fortalecimento da corporação policial e do Estado no combate às dissidências políticas. Desse modo, abordaremos os vários elementos utilizados pela polícia para consolidar o discurso da insegurança, angariando recursos para ampliar as estruturas voltadas para o fortalecimento da polícia e com isso tentar conter o avanço das reivindicações e participação social no seio dos debates de interesse político daquele período. Desse modo, analisaremos como os diversos prontuários e uma série de novos documentos nos arquivos da polícia iria propiciar a consolidação de um projeto de fortalecimento do Estado visando à exclusão dos ideais comunistas do seio da sociedade pernambucana. Estes por sua vez dariam origem a uma gama significativa de informações, que sistematizadas, resultariam no estabelecimento de novas diretrizes em busca do aprimoramento das técnicas de vigilância, coerção e repressão por parte do Estado. Nesse sentido, as relações políticas e sociais, estabelecidas nesse período se davam entre avanços e recuos estratégicos, baseados em conhecimentos acumulados e estruturados por ambas as partes ao longo do tempo visando à manutenção e a conquista de espaços políticos adquiridos até aquele momento. Será analisada também a interferência norte americana na defesa de seus interesses no âmbito da Guerra Fria, através do fornecimento de material e pessoal para a instalação da Escola de Polícia de Pernambuco e do Instituto de Medicina Legal. Por fim, será demonstrado os resultados em torno do esforço por parte do Estado em monitorar de modo ostensivo a sociedade e de buscar o recrudescimento das forças de segurança do estado de Pernambuco e a repercussão tais ações para a sociedade pernambucana.

## 1. A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO AUTORITÁRIO COM A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Após liderar o Levante Comunista de novembro de 1935 que teve como cenário os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, o Partido Comunista passaria a ser duramente reprimido. Teria algumas de suas lideranças presas, e muitos integrantes temerosos, se dispersariam pelo interior dos estados a fim de fugir da repressão. Entre os presos, os militares oficiais que apoiaram a ação tiveram um trato diferenciado do que foi dado aos baixos escalões das forças armadas e de outros cidadãos. A repressão propriamente dita, no que diz respeito a Pernambuco, se deu logo após o fim da batalha. Ainda nos locais dos embates muitos foram mortos mesmo não oferecendo mais resistência, outros, posteriormente foram duramente torturados.

Os presos foram quase todos duramente torturados, numa incrível bestialidade. Malvino Reis, oficial ligado à AIB, chefiava a repressão com sádico prazer e vangloriava-se disso: É voz corrente que gostava de contar, às gargalhadas: eu fazia o seguinte – os comunistas levantavam a bandeira branca e eu dizia: sou daltônico. Para mim branco é vermelho; e mandava atirar bem na barriga do filho da puta! Muitos rebeldes, ao se renderem, foram sumariamente fuzilados.<sup>4</sup>

Como podemos ver essa foi à postura adotada por parte das autoridades no estado, que expressavam atitudes que perpassam o campo da ilegalidade. Nesse período, a violência passaria a ser política de Estado<sup>5</sup>. Isso foi possível porque antes desse levante o Estado representado nesse período pela figura de Getúlio Vargas já vinha adotando medidas que buscavam salvaguardá-lo de uma possível investida por parte dos comunistas ou de grupos que viessem tentar questionar a ordem então estabelecida. Segundo Angelissa Azevedo e Silva o modelo de Estado que se institui na cultura política brasileira a partir desse momento é:

De um Estado forte, centralizado, intervencionista, que esvaziava os poderes regionais e locais das elites oligárquicas. Um estado que instauraria o poder público em detrimento dos poderes privados. [...] os lemas eram os de

<sup>4</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. 3ªEd. – São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 310.

<sup>5</sup> TEIXEIRA, Francisco Carlos. 1964 perante 2014: algumas considerações precárias sobre os direitos humanos no Brasil. **Revista Maracanan**. Ed. nº11. Rio de Janeiro. Dezembro de 2014, p. 83. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/14307/11114>>. Acesso em: 16/04/2017.

desenvolvimento econômico, nacionalismo e de cidadania social, todos patrocinados de forma autoritária.<sup>6</sup>

Assim, é criada a Lei nº 38 de 4 de abril de 1935 – Lei de Segurança Nacional-LSN.<sup>7</sup> Para logo em seguida, após o Levante Comunista, instituir-se a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, que atuaria enquanto polícia política em Pernambuco no combate a ideologias consideradas perigosas, dentre as quais o comunismo estava inserido.<sup>8</sup> Esse órgão respaldado pela LSN seria a expressão da institucionalização da violência através da repressão. Segundo Mariana Jofilly:

O termo repressão abarca uma diversidade extensa de atos, entre os quais se incluem cassações, intervenções, censura, leis autoritárias, ameaças, vigilância, suspeição exacerbada, demissões injustificadas. Todas consequências apreciáveis na vida do cidadão, provocando medo, perda dos direitos, perda dos meios de subsistência, esgarçamento dos laços sociais.<sup>9</sup>

Nesse sentido, a Lei de Segurança Nacional daria suporte às ações policiais legitimando-as através do discurso jurídico. Essa lei continha seis capítulos e um total de 54 artigos, tendo já descrito em seus artigos a respectiva pena a ser cumprida por aquele que viesse violá-los. Em seu primeiro capítulo, estão dispostos 13 artigos que enquadravam como ato ilícito quaisquer movimentações que viessem mudar os cursos daquilo que o Estado estabelecia como meta. É nesse sentido que os artigos 2º e 3º se iniciam com os termos opor-se, cessarem, impedir, estes para fins de obstrução de agentes ou forças do Estado. Os textos que compõem esses artigos discriminam de modo minucioso os tipos ou modos, como se dariam esses impedimentos, buscando refutar qualquer tipo de questionamento a partir de setores públicos ou privados em relação a um Estado centralizado em defesa de suas leis e de seu modelo de ordem. Este modelo de Estado utilizava como suporte para sua permanência uma polícia que aplicava a vigilância e a repressão em função do controle social e da manutenção da ordem estabelecida.

Em seu artigo 4º, o Estado busca através da Lei de Segurança Nacional englobar quaisquer possíveis variáveis consideradas subversivas, ampliando seu raio de ação àqueles

<sup>6</sup> SILVA, Angelissa Azevedo e. A campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 313.

<sup>7</sup> BRASIL. Lei nº 38 de 4 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem política e social. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/L0038imprensa.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0038imprensa.htm)>. Acesso em: 07/06/2016.

<sup>8</sup> SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado e exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)** / Marcília Gama da Silva. – Recife: Editora UFPE, 2014, p. 61.

<sup>9</sup> JOFILLY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe militar de 1964**. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 158.

que tivessem algum tipo de vínculo com uma possível investida contra a ordem estabelecida, representada pelo Estado, limitando ainda mais a liberdade e os atos que o cidadão poderia praticar no território em que ela estivesse vigente, evitando assim qualquer dissidência política por parte dos cidadãos:

Art. 4º Será punido com as mesmas penas dos artigos anteriores, menos a terça parte, em cada um dos graus, aquele que, para a realização de qualquer dos crimes definidos nos mesmos artigos, praticar alguns desses atos: aliciar ou articular pessoas; organizar planos e plantas de execução; aparelhar meios ou recursos para esta; formar juntas ou comissões para direção, articulação ou realização daqueles planos; instalar ou fazer funcionar clandestinamente estações radiotransmissoras ou receptoras; dar ou transmitir, por qualquer meio, ordens ou instruções para a execução do crime.

A constituição desse artigo traz consigo o acúmulo de experiências vivenciadas anteriormente com os levantes e conspirações de grupos das forças armadas. Nele era possível enquadrar qualquer coligação que viesse estabelecer metas no tocante à modificação das forças políticas instituídas. Os artigos que o antecedem buscam garantir o segmento das decisões tomadas pelo Estado passando por cima de qualquer opositor através do discurso da lei. A promulgação dessa Lei é uma das expressões da intervenção do Estado perante as ações dos cidadãos através da interdição do discurso. Essa interdição em forma de lei é legitimada pelas instituições jurídicas com o intuito de manter a ordem estabelecida.<sup>10</sup> Dessa forma, seria possível inviabilizar através das forças de repressão possíveis opositores do regime, conservando assim o local de significativo fluxo de poder. Nesse sentido, o poder não existe como algo unitário e global, é algo que está em constante transformação, que cria e se expressa nas práticas sociais. Não é possuído pelos indivíduos, no entanto, perpassa-os. Desse modo, há na sociedade locais pelo qual há maior fluxo de poder e isto impacta objetivamente nas práticas dos indivíduos gerando tensões, produzindo discursos e práticas heterogêneas.<sup>11</sup> Portanto conservar esses espaços passa a ser uma premissa para a manutenção desse Estado através de suas instituições de controle social.

Dessa forma, ainda nas primeiras décadas do século XX os trabalhadores deflagraram greves que se distribuíam em várias partes do país buscando dentre as reivindicações a melhoria das condições de trabalho. Esses movimentos grevistas por sua vez causaram um significativo impacto na sociedade daquele período. Tendo em vista esses acontecimentos,

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 22 ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 9-10.

<sup>11</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Introdução e revisão técnica Roberto Machado. – 26 ed. -- Rio São Paulo: Graal, 2013, p. 12.

foi estabelecido na LSN um artigo que coibia a estruturação dessa forma de reivindicação em função da manutenção da ordem política e social. No diz que respeito a esse modelo de ordem, seu entendimento está disposto, a partir da ótica do Estado, nos dois parágrafos do artigo 22 inseridos capítulo III da LSN:

§ 1º A ordem política, a que se refere este artigo, é a que resulta da independência, soberania e integridade territorial da União, bem como a organização e atividade dos poderes políticos, estabelecidas na Constituição da República, nas dos Estados e nas leis orgânicas respectivas.

§ 2º A ordem social é a estabelecida pela Constituição e pelas Leis relativamente aos direitos e garantias individuais e sua proteção civil penal; ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho; a organização e funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral; aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos reciprocamente.

Nesse caso, para o Estado a ordem era composta pela passividade política e social por parte dos cidadãos, pelo não questionamento das estruturas já estabelecidas evitando assim qualquer transtorno ou desgaste do Estado e seus dirigentes. Para tal, ainda no terceiro capítulo da LSN, estava contido o fato de que qualquer propaganda que incitasse a subversão dessa ordem política e social, acima descrita, através de meios que remetesse a violência seria considerada crime. Sendo assim, o termo “revolução” tão comum aos comunistas, poderia trazer sérios prejuízos a quem o utilizasse.

Em meio a essa dinâmica os jornais teriam suas ações limitadas pelo Estado através de artigos da LSN que cerceavam sua liberdade de expressão caso viessem publicar algo que se enquadrasse num dos parágrafos da respectiva lei que definia os crimes contra a ordem política e social. Nesse caso, a pena era a apreensão da edição e pagamento de multa e o fechamento do estabelecimento temporariamente ou até definitivamente.

Já nos artigos 33 e 32 estavam descritos os casos relacionados aos funcionários públicos e oficiais das forças armadas da União. Estes por sua vez não deveriam se filiar a partidos ou qualquer instituição que buscasse subverter a ordem, nem divulgar seus ideais, muito menos se insurgir contra o Estado. Vale salientar que esta lei se aplicava também a polícia militar. No entanto, dentre todos os capítulos da Lei nº 38 de 4 de abril de 1935 dois artigos do seu capítulo V, que descreve suas disposições gerais, nos faz atentar para a finalidade de sua composição:



Art. 47. Só o poder público tem a prerrogativa de constituir milícias de qualquer natureza, não sendo permitidas organizações de tipo militar, características por subordinação hierárquica, quadros ou formações.

Art. 48. A exposição e a crítica de doutrina, feitas sem propaganda de guerra ou de processo violento para subverter a ordem política e social, não imotivarão nenhuma das sanções previstas nessa lei.

Somada as prerrogativas citadas anteriormente os artigos traziam consigo a margem para interpretações com um amplo campo de subjetividade em sua aplicação, abrindo espaço para enquadrar o cidadão como criminoso, limitando suas ações a partir de qualquer aspiração a modificação de sua realidade que fosse contrária às pretensões do Estado. Desse modo, o crime de subversão vai se tornar a partir da promulgação dessa lei um dos enquadramentos mais comuns nos anos que se seguiram.

Após o levante de novembro de 1935 a Lei de Segurança Nacional sofrerá ajustes sendo revogada pela Lei nº 136 de 14 de dezembro de 1935.<sup>12</sup> Esta traria novos crimes contra a ordem política e social. No entanto, percebe-se o acirramento em relação à lei que a antecedeu, expresso na redução dos tramites judiciais, que abreviava as sentenças, prevendo exoneração e a utilização de códigos da Justiça Militar não cabendo recurso para o acusado. Enquadram-se nessa lei agora não só os oficiais, mas também os suboficiais, diminuindo a margem para falhas de interpretação ou abertura para uma possível defesa por parte do indiciado. Algumas prerrogativas lançadas para as forças armadas na Lei de nº 38 aplicavam-se de modo direto e em parágrafo único aos policiais militares e mais adiante na Lei 136, o texto se modifica utilizando-se do argumento: “este dispositivo aplica-se, quando couber, às polícias militares.” Essa modificação possibilita manobras e abre espaço para interpretações que evidenciam certo clientelismo no universo militar desse período.

Houve no que diz respeito às mídias que circulavam na época a busca por um controle maior. Os jornais passaram a ser obrigados a registrar todos os seus funcionários, operários, redatores e diretores na Chefatura de Polícia do Distrito Federal, dos Estados ou do Território do Acre, com o prazo para o cumprimento dessa ordem em no máximo 30 dias. Nesse registro deviam constar: nome, nacionalidade e residência de todos, aumentando significativamente a possibilidade de monitoramento por parte da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS. É o Estado consolidando cada vez mais seus dispositivos de vigilância e controle social.

---

<sup>12</sup>BRASIL. Lei nº 136 de 14 de dezembro de 1935. Modifica vários dispositivos da Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, e define novos crimes contra a ordem política e social. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/L0136imprensa.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0136imprensa.htm)> Acesso em: 10/06/2016.

Noutros pontos, a Lei de Segurança Nacional é sumária em seus artigos, possibilitando a retirada de licenças de trabalho, exoneração de cargos e expulsão do território nacional para aqueles que incitarem subverter a ordem se filiando a partidos políticos que tenham a pretensões de modificar as estruturas sociais substituindo aqueles que ocupavam cargos de governo ou representavam de algum modo o Estado. Embora a Lei nº 136 venha revogar a anterior, faz constante menção a seus artigos mantendo sua validade e adequando-os cada vez mais a uma linha que buscava acelerar as condenações ampliando o tempo de reclusão ou retirando direitos a recursos por parte do acusado, estendendo as possibilidades de ação por parte dos órgãos de repressão.

Em 16 maio de 1938 seria baixado o Decreto-lei nº 428<sup>13</sup>. Este definia que os processos e crimes cometidos previstos nas leis nº 38 e 136 deveriam ser julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional de acordo com o presente decreto. Esse decreto estava relacionado com o ataque armado que, segundo Giselda Brito Silva, ficou conhecido como a “*Intentona Integralista ou o Putsh Integralista*” que desencadeou uma reação explícita por parte do governo que visava reprimir os responsáveis pela ação.<sup>14</sup> Ainda segundo a autora embora os integralistas tivessem significativa participação no cenário político especificamente antes de 1937, o Estado buscava se reorganizar fortalecendo sua polícia política mantendo a vigilância sobre os integralistas e grupos considerados uma ameaça ao regime.<sup>15</sup> Dessa forma, comunistas e integralistas passariam a ser objeto de repressão por parte do Estado que, baseado no discurso da desordem, iniciaria um processo de repressão oficial contra os integralistas, não mais se limitando apenas ao monitoramento que era praticado até aquele momento. Antes o governo e integralistas eram aliados no combate a um inimigo comum, os comunistas, daí em diante, ambos os grupos eram opositores da ordem que o estado estabelecia como ideário social.

Ainda sobre a impressão do surto revoltoso da madrugada de 11, [...] Elementos de agitação não deixam de desenvolver permanentemente sua atividade nefasta, difícil de caber em vocabulários normais. Antigamente havia a revolução, a revolta, a sedição, o levante. Parece, porém, que os termos não bastavam, e conhecemos a intentona. Agora usa-se um vocabulário arrevesado – *o putsh*. Não há modelo que apareça no mundo e que não nos venha caber, por força de incorrigível tendência para a

<sup>13</sup>BRASIL. Decreto-lei nº 428, de 16 de maio de 1938. Dispõe sobre o processo dos crimes definidos nas leis ns. 38 e 136, de 04 de abril e de 14 de dezembro de 1953. Disponível em: <[http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=428&tipo\\_norma=DEL&data=19380516&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=428&tipo_norma=DEL&data=19380516&link=s)>. Acesso em: 10/06/2016.

<sup>14</sup>SILVA. Giselda Brito. **Integralismo e Estado Novo: diálogos e confrontos**. – Recife. EDUFRPE, 2017, p. 138.

<sup>15</sup> Idem, p. 130.

desordem, tendência encontrada nos que se consideram, no Brasil, reformadores e idealistas. O interessante é que são quase sempre as mesmas figuras. Os nomes que andam agora, a frente do que se vai denominando o *putsh* do dia 11, são aqueles mesmos que promoviam, a quatorze ou dezesseis anos, a intentona do quadriênio Bernardes. Não foi a ideologia adotada que os levou a revolta, mas evidentemente a índole subversiva, pois que eram revoltosos e conspiradores antes de possuírem a doutrina com que hoje disfarçam a inquietação e a turbulência.<sup>16</sup>

Desse modo, o discurso da desordem surge como elemento que legitimaria a repressão e o recrudescimento do governo em relação àqueles que visassem à modificação do sistema instituído até aquele momento. Nesse sentido o decreto vai fundamentar as bases para a prisão dos responsáveis por tais ações na busca por impedir aquilo que a polícia denomina a subversão da ordem. E dessa forma institui-se que:

Art. 3º. Dentro de vinte e quatro horas contadas da abertura da vista, o representante do Ministério Público procederá à classificação do crime de acordo com as leis mencionadas no art. 1º (Lei nº 38 e 136) indicando os seus autores, co-autores ou cúmplices e as penas aplicáveis.

Art. 4º. O juiz do feito mandará, in continenti, citar o réu, ou os réus, para defender-se, e nomeará defensor para os que não apresentarem.

Parágrafo único. A citação será feita pessoalmente se o réu estiver preso, ou quando solto ou foragido, por edital afixado à porta do Tribunal.

Art. 5º Em seguida, o juiz marcará, para instrução e julgamento do feito uma audiência que terá início vinte e quatro horas após.

Parágrafo único. Dentro deste prazo o juiz dará, em cartório, vista do processo ao defensor, ou defensores, do réu ou dos réus.

Podemos observar que este decreto buscava acelerar os processos judiciais restringindo ao máximo a possibilidade de defesa por parte do acusado dado os curtos prazos. Nesse caso, todo trâmite de acordo com o disposto no decreto não ultrapassaria cinco dias do recebimento do inquérito. Chegando o inquérito relativo ao crime o juiz deveria dar vista de imediato, em seguida, o representante do ministério público teria 24h para classificar o crime de acordo com a Lei de Segurança Nacional de nº 38 e 136. Em seguida, o acusado era prontamente informado do crime pelo qual seria julgado e logo após era marcada a audiência referente a seu julgamento com um prazo máximo de 24h. Nesse período, o advogado teria acesso em cartório ao processo a fim de montar uma defesa, pois no dia seguinte se daria o julgamento. Ou seja, em torno de 48h da chegada do inquérito, o acusado já estaria sendo julgado podendo ter sua sentença definida. No dia do julgamento, acusação e defesa teriam

---

<sup>16</sup> O BRASIL e a desordem. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 5. 15 mai. 1938. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_05/84433?pesq=putsh](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_05/84433?pesq=putsh) >. Acessado em: 20/06/2017.

respectivamente 15 minutos cada. O acusado ou os acusados poderiam apresentar no máximo duas testemunhas de defesa. No caso de mais de cinco acusados num processo, essas testemunhas não poderiam ultrapassar o número de dez. Cada uma teria no máximo cinco minutos para serem ouvidas.

Na mesma audiência deveria ser proferida a sentença, e desta, o juiz poderia ser interposto pela defesa ou pelo Ministério Público que poderia solicitar uma apelação ao Tribunal Pleno. Convocado pelo presidente esse tribunal se reuniria em 48h para julgá-la. À sentença também cabia apelação, que poderia ter efeito suspensivo. Todos os trâmites da audiência eram feitos oralmente e registrados em formato de resumo por funcionário definido para esta função. Cabia ao juiz definir se a audiência seria pública ou não e se o acusado deveria ou não estar presente na mesma. Caso em votação o Tribunal Pleno ficasse empatado, o presidente, que votaria por último, é que definiria a sentença. Observa-se que o Estado, com esse decreto, dava segmento a organização de uma estrutura que favorecia a condenação sumária de seus opositores, minimizando ao máximo a possibilidade de defesa daqueles que fossem enquadrados na LSN pelo crime de subversão da ordem política e social. Essas adequações vão consolidando processos de dominação e sujeição pelos quais se pretendia estabelecer o controle social evitando assim as dissidências políticas.<sup>17</sup>

A partir daí a repressão não se resume apenas as investidas policiais contra aqueles que procuravam, segundo ela, subverter a ordem como foi o caso dos comunistas em 1935 e dos integralistas em 1938. Este ato se estende ao se estabelecer trâmites judiciais que diminuem significativamente as possibilidades de defesa do acusado, antecipando sentenças, minimizando a margem para recursos ou até excluindo-o. Levar o réu a reclusão, cercear sua liberdade através da lei era um dos modos do Estado buscar atingir seu modelo de ordem e integridade, ampliando as ações de seus agentes e das instituições a seu serviço. O cidadão enquadrado na LSN dificilmente seria considerado inocente, o segmento dos tramites judiciais de acordo com os artigos dessa lei e do decreto nº 428 eram um jogo de cartas marcadas, onde cada um dos personagens ligados às instituições do Estado atuava se utilizando dos espaços abertos as interpretações daqueles que conduziam o processo.

Foi a partir do enquadramento na Lei de Segurança Nacional e dos tramites do Tribunal de Segurança Nacional que foram julgados e condenados os envolvidos no Levante Comunista de 1935. Inicialmente, logo após a prisão dos participantes desse levante por parte

---

<sup>17</sup> FOUCAULT, op. cit. 2013, p. 282.

das forças de reação, ocorreria em Pernambuco o mesmo fenômeno que se passou no Rio de Janeiro, “os oficiais presos foram tratados com respeito, mas a repressão contra os soldados, cabos, sargentos, e os civis considerados comunistas foi brutal.”<sup>18</sup> A reação do Estado ao Levante de 1935 se deu baseada na Lei de Segurança Nacional, adotemos como exemplo Caetano Machado militante que fazia parte do secretariado do nordeste. Preso com sua esposa passaria por interrogatório, no momento “Caetano e Mercedes tinham um bebê de poucos meses, que a polícia ameaçou torturar caso não falassem. Seus sonhos heroicos e ingênuos desabaram frente à bestialidade policial.”<sup>19</sup> Dessa forma, a ameaça a integridade física durante um interrogatório não faziam parte do campo da legalidade do período mas era parte da cultura política e policial do momento.

Segundo Marly de Almeida, aderiram ao Levante em Pernambuco em torno de 211 pessoas e nesse momento a polícia já possuía estrutura suficiente para trabalhar de modo mais sistemático e detalhado os interrogatórios que foram, segundo a autora, “mais cuidadosos.” Em sua análise dos processos do Tribunal de Segurança Nacional, identificou 415 indiciados em Recife, dentre eles 204 militares, sendo 7 oficiais e 197 subalternos; 97 operários, outros 50 distribuídos em pequena burguesia e classe média urbana de baixa renda; 17 profissionais liberais, 7 comerciantes e 1 industrial. A maioria tinha menos de 25 anos e apenas 12,5% dos que participaram tinham mais de 40 anos de idade.<sup>20</sup> Os artigos voltados para os militares e no tocante a questão dos planos e organizações estavam respaldadas nestas experiências vivenciadas durante o desfecho do levante de 1935. Nesse contexto, além dos tramites anteriormente citados, enfrentar a tortura e o cárcere não foi tarefa fácil, ainda mais levando em consideração as condições insalubres da Casa de Detenção do Recife naquela época.

Em ambos os casos, tanto no Levante Comunista quanto no Putsh Integralista, a Lei de Segurança Nacional vai consolidar as bases de um Estado cada vez mais centralizado que busca excluir da sociedade qualquer grupo que de algum modo viesse tentar modificar as estruturas político-administrativas estabelecidas. Essa lei vai sujeitando os indivíduos e se legitimando através do uso da força presente nas instituições criadas para vigiar e punir os dissidentes políticos do período, como é o caso da Polícia Política.

Mais adiante, as modificações em torno da Lei de segurança nacional serão permeadas pelos avanços de reivindicações políticas por parte da população e do alinhamento do Estado

---

<sup>18</sup> VIANNA, op. cit. 2011, p. 310.

<sup>19</sup> Idem, p. 313.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 316-317.

com diretrizes norte americanas, tendo a frente Getúlio Vargas em pleno contexto do pós-guerra e da Guerra Fria. Desse modo, no ano de 1953 a Lei de Segurança Nacional passaria por novos ajustes se adequando mais uma vez a cultura política do período sendo revogada pela Lei nº 1.802,<sup>21</sup> em substituição a Lei nº 38, 136 e o Decreto-lei nº 428. A Lei nº 1.802 viria com 48 artigos que englobavam as duas anteriores e o decreto-lei, adequando sua linguagem e deixando transparecer as tensões vivenciadas no período da segunda guerra. Essa modificação da LSN se dava num momento de expansão das lutas trabalhistas fomentada pelos sindicatos, da expansão de movimentos sociais através da participação do Partido Comunista e do PTB que assumia naquele momento sob a figura de João Goulart a pasta do trabalho. Nesse ano também ocorreu “a greve dos 300 mil em São Paulo, que envolveu muitas categorias e alcançou um grau de organização e uma dimensão até então desconhecida.”<sup>22</sup> Em paralelo ocorria uma aproximação maior entre o Brasil e os Estados Unidos através de acordos bilaterais de cooperação técnica. Observando esse cenário podemos afirmar que a modificação dessa lei sinalizava permanência e expansão das estruturas jurídicas voltadas para a repressão e o conseqüente recrudescimento do Estado em relação às dissidências políticas representadas em grande parte pela presença dos comunistas. Um aspecto expressivo dessa questão é o aumento significativo das penas que, em sua grande maioria, ficaram acima dos cinco anos de prisão podendo e que com os agravantes, o que aumentaria ainda mais a pena. Uma das maiores é a de tentar submeter o território nacional a um Estado estrangeiro, pena que partia dos 15 e poderia chegar aos 30 anos de reclusão. Esse aspecto está diretamente ligado às tensões envolvendo a Guerra Fria que tencionava o mundo em dois pólos, de um lado a União Soviética e do outro os Estados Unidos.

No Brasil a significativa expansão de sindicatos, associações civis e a luta pela expansão dos direitos sociais associada à presença dos comunistas e a expansão de pensamentos de esquerda, deixam as alas mais conservadoras cada vez mais apreensivas, causando assim reações que vão se expressar em manobras de cunho jurídico e político como é o caso dessa lei. Dessa forma, no campo dos trâmites e substituindo o decreto-lei nº428 ela traz o seguinte artigo:

---

<sup>21</sup> BRASIL. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1802.htm#art47](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm#art47) >. Acesso em: 11/06/2016.

<sup>22</sup> GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 68.

Art. 42. Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual respectiva, o processo e julgamento dos crimes previstos nos arts. 2º, incisos I a III, 6º, quando a vítima for autoridade militar e, finalmente, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Parágrafo único. O processo e julgamento dos demais crimes definidos nesta lei competem a Justiça ordinária, com recurso para o Supremo Tribunal Federal (constituição, art. 101. II, c) e serão regulados pelo disposto Código de Processo Penal.

Nessa nova disposição é retirada a necessidade de um Tribunal de Segurança Nacional para julgar tais crimes separando-os em grupos que deveriam ser julgados na Justiça Ordinária ou na Justiça Militar. Isto reflete as discussões da sociedade em torno da democracia presente nos anos entre 1945 e 1964. A lei aparenta ser mais amena em relação ao decreto de “condenação sumária” instituído em 1935, no entanto, não podemos perder de vista que ela está se ajustando ao novo contexto vivenciado naquele momento, e sua permanência e adequação indicam a continuidade de um Estado aparentemente democrático e populista, mas que estabelecia e aperfeiçoava práticas voltadas para o controle social e o combate às dissidências políticas. Uma significativa parcela da Câmara dos Deputados, junto com parte do Senado e comissões de constituição e justiça orquestraram os ajustes da Lei de Segurança Nacional. Houve um empasse em torno do artigo 38 que gerou um veto presidencial, através desse empasse podemos ver a convergência dos parlamentares no que diz respeito ao ideário de ordem e de segurança nacional, que seria atingido com o recrudescimento do Estado tomando como dispositivo de controle social a LSN.

Mais um veto do senhor Presidente da República foi aprovado pelo Congresso Nacional e dessa vez por uma larga margem de votos. Era o que se referia ao artigo 38 da nova Lei de Segurança, assim redigido: - “nenhuma sanção administrativa ou penal, por crime previsto nessa lei, incidirá sobre ato ou fato anterior a sua vigência”. A favor do dispositivo votaram apenas 25 congressistas, enquanto 183 o rejeitaram. Houve quatro cédulas em branco.<sup>23</sup>

Tinha-se então, um congresso e senado que compactuavam com diretrizes adotadas pelo governo de alinhamento com os Estados Unidos no contexto de Guerra Fria, no sentido de ampliar os dispositivos de controle social envolto em ares aparentemente democráticos, camuflando o anticomunismo e a conseqüente intolerância a dissidências políticas. Atendendo a necessidade de produção de discursos que visavam dar ares mais democráticos e populistas ao Estado, um artigo dessa lei chama a atenção por fazer uma menção ao direito à greve: “Art. 37. Nenhuma das disposições desta lei será aplicada de modo a embarçar ou frustrar o

<sup>23</sup> CONGRESSO nacional: mantido por larga contagem veto presidencial ao artigo 38 da nova Lei de Segurança Nacional. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 6. 10 fev. 1953.

exercício, na forma da lei, do direito de greve.” Nesse aspecto, ela se diferencia das anteriores ao mencionar a greve como crime de modo indireto. Observa-se assim um esforço por atender a demandas trabalhistas em afirmar indiretamente o fato de o cidadão ter o direito de reivindicar melhorias trabalhistas sem sofrer represália por parte dos órgãos de repressão do Estado, desde que nos ditames da lei. Tal postura é compreensível, pois Getúlio Vargas se encontrava em seu segundo mandato buscando de alguma forma manter o trabalhismo como arma para a manutenção de sua imagem e respectivamente de seu governo, embora vivenciasse certa ambiguidade, dado que se aproximava mais das alas conservadoras como a UDN. Este partido faria mais uma vez oposição ao seu governo, e essa postura fragilizaria de certa forma sua relação com o PTB, partido do qual participou da fundação e que possuía nesse momento a pasta trabalhista.<sup>24</sup>

Portanto, o Estado orchestra em diferentes momentos situações que visavam obter maior controle da população se utilizando da lei de segurança como dispositivo de controle social, que nesse longo período, vem passando por ajustes, complementos, adequações e no ano de 1953 faz mais uma modificação, sob a tutela, mais uma vez, de Getúlio Vargas demonstrando a permanência de um Estado centralizador e autoritário. O aparente recuo de seus aspectos no tocante ao direito de greve, servia nesse momento como uma cortina que encobriria o suporte judicial para que os dispositivos de repressão pudessem atuar, monitorando, controlando e reprimido a sociedade a partir de práticas que perpassam o público e privado com a finalidade de manter a ordem política e social. Ou seja, garantir segurança e estabilidade aos representantes do Estado e as elites políticas conservadoras em meio a possíveis embates e dissidências conservando os locais com maior fluxo de poder. Ainda assim, havia quem achasse que esta lei deveria ser mais rígida a fim de se tornar mais eficaz no combate ao comunismo.

RIO, 13 {New Press} – O ministro Negrão de Lima, fará entrega, provavelmente hoje, do anteprojeto da nova Lei de Segurança Nacional. Esse anteprojeto tem por finalidade introduzir importantes e urgentes modificações na lei atual, a fim de aparelhar o executivo para punições mais enérgicas dos inimigos do regime, especialmente os comunistas.<sup>25</sup>

O Estado através dessa lei garantiria a permanência do regime estabelecido ao combater ao lado dos Estados Unidos o avanço comunista nas camadas sociais brasileiras. Essa lei garantiria a constância das elites políticas tradicionais no poder, fortalecendo o

<sup>24</sup> GOMES, op. cit. 2007, p. 67.

<sup>25</sup> EMENDAS à lei de segurança. **Jornal Pequeno**. Recife, p. 1. 13 abr. 1953. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/800643/87352> > Acesso em: 08/05/2017.



respaldo das ações de repressão e a governabilidade através da atuação da polícia política. Portanto, a partir desse contexto estavam consolidados os elementos jurídicos necessários que auxiliariam na repressão do Estado em relação ao Partido Comunista e as dissidências políticas de modo geral. Os conflitos gerados a partir do Levante Comunista de 1935, a criação da Lei de Segurança Nacional, seus respectivos ajustes e desdobramentos, somados a criação e manutenção da Delegacia de Ordem Política e Social e interesses políticos, trariam consequências que atravessariam décadas, possibilitando à repressão as dissidências políticas e ao Partido Comunista, independentemente de ele se encontrar na legalidade ou na ilegalidade.

### 1.1 ANISTIA, LEGALIDADE E REPRESSÃO POLICIAL AO PCB

A Delegacia de Ordem Política e Social, que posteriormente teria suas ações ampliadas ao ponto de ser necessária a criação de um Departamento de Ordem Política e Social- DOPS é um dos principais dispositivos pelo qual o Estado varguista busca disciplinar a sociedade mantendo-a em constante vigilância. Esta função estava clara desde a concepção dessa delegacia onde se definiu que “dentre as atividades fim da Delegacia de Ordem Política e Social tem-se: a Investigação, a Censura e a Repressão.”<sup>26</sup> É através dessas atividades que, respaldada na Lei de Segurança Nacional, seus agentes tinham por objetivo retirar de circulação o comunismo do convívio social, expurgar toda e qualquer forma de expressão dos diversos extratos sociais de “uma ideologia exótica, destrutiva e repudiada pela maioria”. Era desse modo que o delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima descrevia o comunismo no estado de Pernambuco na segunda metade da década de 1950.

Após o levante de 1935, embora tenha sido duramente reprimido, o Partido Comunista continua atuando no estado, seus membros buscavam, de vários modos, agir sem serem notados tendo em vista que a Lei de Segurança Nacional enquadrava suas ações como ato criminoso. A instituição dessa lei vai se dá também devido a apropriação do anticomunismo por parte das elites conservadoras presentes no país. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta:

---

<sup>26</sup> SILVA, Marcília Gama da. **D.O.P.S e o Estado Novo os Bastidores da Repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco -UFPE – Recife, 1996, p. 79.

No Brasil, pode-se dizer, o anticomunismo surgiu logo após a Revolução de 1917. O fenômeno teve dimensão internacional, provocado pela reação ao advento mundial do bolchevismo e às crises revolucionárias emergentes no pós-Primeira Grande Guerra. Temerosos com o poder de atração que o exemplo russo poderia exercer sobre as massas proletárias, num quadro de instabilidade ligado às dificuldades do pós-guerra, os governos dos países capitalistas dominantes empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunista. Seus esforços não foram isolados, pois complementando a ação estatal grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos) também se lançaram ao campo de batalha, dedicando-se principalmente à esfera propagandística. Não causa surpresa nenhuma que as elites brasileiras, habituadas a importar tudo dos países centrais, de artigos de consumo a ideias, tenham sido caudatárias também em relação ao anticomunismo.<sup>27</sup>

Dessa forma, dentro do contexto político pernambucano o anticomunismo vai se consolidando, tendo as elites políticas conservadoras como seu principal difusor. Sendo assim, após reprimir os integrantes do Partido Comunista que participaram do Levante de 1935, a polícia política pernambucana só faria sua primeira ação de impacto em relação ao PCB no ano de 1941. Nesse momento ela desarticula o Comitê Regional do Partido Comunista no estado, atingindo novamente as lideranças do Partido. Assim dos últimos anos do período ditatorial do Estado Novo sobra pouco do Partido Comunista no estado. A investida policial resulta na prisão dos seus principais integrantes, o que mais uma vez abala as atividades dos comunistas. Segundo periodização lançada no relatório da Secretaria de Segurança Pública é possível notar o relato dessa investida contra o Comitê Regional.

O segundo período inicia-se com uma fase surda, depois da derrota de 1935 e da prisão dos principais membros do Comitê Estadual (hoje comitê Regional), mas sempre procurando agitar os meios obreiros, embora nos bastidores. Para se ter ideia da calma, basta citarmos que no ano de 1935 tivemos nove greves no Recife e, de 1936 até 1945 nem uma só greve foi deflagrada. Isto não quer dizer que o partido esteve inativo, tanto é que em dezembro de 1941, em feliz diligência, desarticulava-mos o Comando Regional do Partido Comunista em Pernambuco, apreendendo forte material de propaganda mimeógrafos, inclusive até uma verdadeira sapataria (tinha uma fábrica de sapatos nos arrebaldes do Pina, onde vendiam os mesmos a fim de obter fundos para o partido). Foi a fase de maior pixamento: - os muros da cidade, vez por outra, amanheciam com legendas. Trabalhavam nos últimos anos do período pela liberdade dos presos políticos.<sup>28</sup>

É necessário analisar com cautela o conteúdo presente no relatório da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, dado que se trata de um discurso policial, inserido num universo de embates políticos, onde se buscava a todo o momento desqualificar o Partido e

<sup>27</sup>MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História Econômica) Universidade de São Paulo -USP – São Paulo, 2000, p. 16.

<sup>28</sup>SILVA, op. cit. 1996, p. 106.

afirmar a superioridade da polícia e do Estado em seu combate. Isto se evidencia quando asseguram que o segundo período foi uma fase surda. Embora a polícia tenha atingido o Comitê Estadual do PCB, nesse período, o Partido não cessou suas atividades, o que fez, foi ajustar suas ações de acordo com o que era possível executar naquele momento dentro de suas condições. Essa é uma das características dos partidos políticos que tendem a torna-se um “organismo vivo que tem sua existência própria e proporciona a si mesmo os meios de durar.”<sup>29</sup> É desse modo, que mesmo na ilegalidade o PCB vai buscando formas de manter suas ideias presentes na sociedade pernambucana, se utilizando de artifícios diversos a fim de se manter atuante na sociedade. Agindo desse modo os membros do PCB continuavam difundindo suas mensagens e buscando dificultar sua identificação por parte da polícia.



Figura 14: Fotografia produzida pela polícia do material apreendido no Comitê Regional em 1941.<sup>30</sup>

Reforçando ainda mais a negação desse silêncio por parte dos comunistas, ainda é citado que foram apreendidos mimeógrafos; objeto que de posse dos comunistas era utilizado para impressão de propagandas que buscavam difundir suas ideias políticas, como verificaremos na imagem acima. A partir dessa fotografia pode-se também notar que mesmo em meio a todo monitoramento policial e apesar da repressão, o Partido e seus integrantes buscavam modos de manter sua estrutura funcionando. Nesse sentido, o Estatuto do Partido

<sup>29</sup> BERESTEIN, Serge. Os partidos. In RÉMOND, Rémond (org.). Por uma história política. – 2. Ed. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003, p. 69.

<sup>30</sup> Comitê Regional (Fotografias) Data: 1926-1956. **Prontuário Funcional nº1576**. Acervo DOPS. Arquivo Público Jordão Emerenciano – APEJE.

definia a obrigatoriedade da contribuição mensal por parte do militante no tocante ao fato de que todo militante tem que prestar serviços ao partido em favor da revolução proletária. Essas iniciativas voltadas para a arrecadação justificavam-se pelo fato de que viver na clandestinidade gerava custos, como por exemplo: a manutenção de espaços alugados para servir como células, os chamados Aparelhos do Partido ou mesmo a obtenção de suprimentos para manter seu bom funcionamento.

Ao observar com cautela a imagem anterior, podemos verificar pelo volume de material que a polícia produzia discursos institucionalizados com a finalidade de desqualificar os integrantes do partido sem deixar de trata-los como ameaça a ordem política e social. Nesse contexto a polícia buscava demonstrar superioridade no combate ao comunismo, fator primordial para tentar agir coercitivamente contra aqueles que tentavam modificar a ordem estabelecida. Entretanto, na chamada “fase surda” os comunistas continuavam comunicando seus ideais, buscando novas formas de suprir suas necessidades burlando a repressão por parte da polícia ao mesmo tempo em que atuava no corpo social.

A ação contra o Comitê Regional é mais um esforço no combate ao comunismo em Pernambuco por parte do Estado através de sua Polícia Política. Embora o anticomunismo seja inicialmente inserido no Brasil pelas elites a partir de um contexto internacional, o país desenvolve certa autonomia na manutenção de ações com o intuito de expurgar o perigo vermelho. Nesse momento já havia uma articulação entre as polícias dado que essa ação contra o Comitê Estadual se repetiu noutros estados. Segundo Segatto, “no final de 1939 e começo de 1940 a polícia prende ou dispersa vários CRs e o CC, e a ação se torna quase acéfala.”<sup>31</sup> A investida contra o Comitê Regional do PCB em Pernambuco e noutros estados não foram casos isolados de mera coincidência, já havia uma articulação, ou pelo menos a tentativa de diálogos interestaduais entre as polícias. Este fato sinaliza uma troca de informações e acúmulo saberes institucionalizados. Desse modo, o Estado busca aperfeiçoar as ações de seu principal dispositivo de repressão a partir da ampliação dos seus conhecimentos sobre os comunistas através de contatos interestaduais. No entanto, essas ações contra os Comitês ao invés de facilitar, dificultou ainda mais encontrar o núcleo do PCB aos olhos da polícia, o Comitê Central do Partido Comunista, polícia encontrava as partes de um corpo, mas de um corpo acéfalo, sem seu o núcleo gestor de suas ações.

---

<sup>31</sup> SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p.44.

## 1.2 A INFILTRAÇÃO POLICIAL E O CANCELAMENTO DO PCB (1945-1947)

O período que compreende os anos de 1945 e 1947 foi um momento marcante para a história do Partido Comunista e das forças reacionárias do Estado. Era o fim do Estado Novo e a abertura para experiências democráticas. Segundo Ângela de Castro Gomes, dentre os partidos que iriam surgir nesse período e protagonizariam o cenário político é possível citar o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB que nasce em 15 de maio de 1945 sob a chancela governamental. Ainda no período de vigência do Estado Novo, por volta de 1942, Getúlio Vargas já mobilizava seus agentes através no Ministério do Trabalho, associando ações envolvendo o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, somando um conjunto de políticas públicas voltadas para leis de proteção ao trabalho e previdência social, com a finalidade de consolidar uma imagem onde ele se tornaria a representação da justiça social e do progresso do país. Essas ações, além de consolidar as bases do trabalhismo construiria o getulismo. Nesse sentido, o PTB era um partido situacionista oriundo das ações constituídas por Getúlio Vargas. Também é possível citar a União Democrática Nacional-UDN que seria fundada em 7 de abril do mesmo ano. Neste partido estavam reunidos os opositores a Vargas. Por fim o PSD, que assim como o PTB apoiavam Getúlio Vargas como figura política exemplar.<sup>32</sup>

Inseridos nesse contexto de abertura democrática também estava o PCB, vivenciando ainda a ilegalidade. Logo após o Levante de 1935, no estado de Pernambuco, grande parte da militância comunista foi presa pela polícia. Muitos foram levados para a prisão da Ilha de Fernando de Noronha, onde de certa forma, ficariam mais isolados, como foi o caso de Gregório Bezerra, embora este relate contato com moradores da respectiva ilha. Posteriormente, durante a primeira metade da década de 1940, a anistia se tornaria uma das reivindicações do Partido Comunista, que atuava naquele momento na ilegalidade. Porém, no início do ano de 1945, especificamente no dia 18 de abril é decretada a anistia aos presos políticos e importantes lideranças do Partido Comunista retornam a liberdade. Esse decreto é fruto não só das reivindicações comunistas, mas também, reflexo das relações exteriores no tocante a Segunda Guerra e do projeto de consolidação da imagem de Getúlio Vargas.

Em liberdade, as lideranças do PCB buscam logo reordenar o Partido e estabelecer novos rumos a serem tomados. A partir das memórias de um dos militantes mais atuantes no

---

<sup>32</sup> GOMES, op. cit. 2007, p. 56-57.

estado de Pernambuco é possível observar como se iniciou a reestruturação do partido após a anistia.

O fato é que ficamos todos bem alojados enquanto eram discutidas as tarefas e as responsabilidades de cada um de nós. Eu fiquei hóspede do meu velho camarada e amigo, fundador do partido, Cristiano Cordeiro, de quem recebi tratamento fraternal; e nada me faltou durante minha estada no Distrito Federal. No dia seguinte a saída da prisão, almocei e jantei com os velhos amigos e camaradas Alcedo Colinho e Muniz de Farias e, no outro dia encontrei-me com o velho amigo e companheiro Ivo Meireles.[...] Durante toda minha permanência no então Distrito Federal, dei toda a colaboração possível na preparação e na realização do comício de São Januário, no campo no Vasco da Gama, onde Prestes falou ao povo brasileiro pela primeira vez como dirigente do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro.[...] Logo após esse comício entrevistei-me com o camarada Prestes, que me perguntou o que eu iria fazer e qual o meu objetivo. Respondi-lhe que nada havia fixado, mas que estava pensando em tomar conta de uma granja e transferir a minha família de Pernambuco para o sul do país e que já estava tomando as devidas providências nesse sentido. Prestes respondeu-me que eu era muito conhecido no Nordeste, principalmente em Pernambuco e que o partido precisava de meus serviços no Nordeste para reorganizá-lo. Aceitei a tarefa sem a menor vacilação, apesar de me achar adoentado e saber que seria uma tarefa muito árdua.<sup>33</sup>

Dessa forma, retornam a Pernambuco Alcedo Coutinho e Gregório Bezerra a fim de ordenar o Partido. Seus dirigentes, logo se encarregaram de solicitar o registro do PCB no Superior Tribunal Eleitoral na tentativa de concorrer às eleições que ocorreriam no mesmo ano. Adquirido o registro, o Partido Comunista voltava à legalidade, e nesse mesmo ano durante as eleições, figurariam em Pernambuco, três grandes forças políticas, o PSD a UDN e o PCB. Essa ascensão política se deu devido o apoio que o partido daria a Getúlio Vargas:

[...] que orientado pela lógica de ação do comunismo internacional de “frente contra o fascismo” se engajou na campanha “queremista” (“queremos Getúlio”). Esse movimento, surgido em meados de 1945, foi uma mobilização popular pela instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte com Vargas se mantendo no poder, depois da qual deveriam ser realizadas eleições em que ele pudesse se candidatar a presidência da república. O PCB ficando com a política de “ordem e tranquilidade”, acreditava que o caminho rumo á democracia, sem aguçar os perigos fascistas, se daria pelo apoio a Vargas. O partido buscava se manter confiável e evitar turbulências.<sup>34</sup>

No entanto, as aspirações de Getúlio foram frustradas pela União Democrática Nacional – UDN que percebendo a possibilidade da continuidade de Getúlio precipitam um

<sup>33</sup> BEZERRA, Gregório. **Memórias**. – Ed. ampl. e atualizada. – São Paulo: Boitempo, 2011. p. 304.

<sup>34</sup> SILVA, Fernando Teixeira; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 104-105.

golpe que forçou sua renúncia. Esta ação da UDN vai de encontro às aspirações dos comunistas, que mantinham uma postura de luta pacífica, mas enérgica, em favor do novo governo e de uma união nacional contra as alas que eles consideravam reacionárias e fascistas. Extirpando o inimigo comum eles acreditavam consolidar seu espaço político. Desse modo, a fim de garantir sua aliança, o PCB defende uma política onde conclama os trabalhadores a fazer sacrifícios, evitando reivindicações que gerassem conflitos e instabilidade nesse momento tão delicado de transição democrática e convidam os trabalhadores a “apertarem os cintos”. Durante esse período os comunistas buscaram se inserir nos sindicatos criando o Movimento Unificador dos Trabalhadores – MUT. A criação desse movimento era uma forma de se fortalecer dentro de uma política de conveniência, buscando controlar possíveis greves, mas, também consolidando seu local de ação, pois o PTB também aspirava esse espaço.<sup>35</sup>

Segundo Dulce Chaves Pandolfi, no dia 2 de dezembro de 1945 o Partido disputou o cargo da presidência da República lançando Yedo Fiuza como candidato não obtendo êxito. Ainda assim, no congresso, o Partido Comunista passou a ocupar 15 cadeiras, estando atrás apenas do PTB com 24, da UDN com 87 e do PSD com 117.<sup>36</sup> Nesse pleito seria eleito o General Eurico Gaspar Dutra para assumir a presidência.

Embora derrotado no pleito presidencial o resultado alcançado pelo Partido indicava que este em um curto prazo em que teve a oportunidade de se inserir no campo da legalidade, ocupou um espaço significativo no cenário político do brasileiro. Aparentemente, a estratégia política de união nacional estava surtindo efeito. Mesmo sob constante vigilância por parte dos agentes do Estado, sendo excluído por uma parcela significativa da sociedade, ainda assim, eleger 15 candidatos para ocupar cadeiras no congresso, era um fenômeno que ao menos merecia uma reflexão mais apurada.

Vale ressaltar que a atuação do Partido Comunista no Brasil decorria do início da década de 1920. O que trazia consigo fatores positivos, como sua inserção nas causas dos proletários, mas também aspectos negativos, como o anticomunismo que se ampliou significativamente após o Levante de 1935. A Igreja Católica, por exemplo, via esse momento de expansão política do PCB com significativa apreensão, temerosos do possível crescimento do comunismo entre seus fieis, ainda mais sabendo que nesse período o partido passou a

---

<sup>35</sup> SILVA; SANTANA, op. cit. 2007, p. 105 -106.

<sup>36</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995, p. 147.

tentar se dissociar do estigma ateísta.<sup>37</sup> Ainda mais cientes da existência de precedentes que demonstravam sua capacidade de luta e de mobilização social, especificamente por buscar atender às demandas sociais e políticas das camadas periféricas e de segmentos das camadas intelectuais por mudanças estruturais no país. Dessa forma, as alas conservadoras observavam essa expansão das atividades comunistas com bastante apreensão.

Não se pode deixar de lado outro fator responsável pela ascensão política do PCB nas eleições de 1945, que foi à ampliação significativa do número de seus colaboradores. Este episódio só foi possível porque, além da anistia, o partido abriu mão da rigidez aplicada no ingresso de novos militantes conferidos nos anos iniciais de sua vida política. Esta rigidez se justificava em vários pontos, dentre eles, o de que deveria se ter a certeza da integridade de quem adentrava as fileiras do partido. Saber se o candidato a militante era realmente uma pessoa em quem se pudesse confiar, pois, se os órgãos repressores se infiltrassem, estava tudo acabado. Outro fator relevante em relação à expansão do comunismo nesse período é que:

Os comunistas não atuavam exclusivamente nas fábricas e sindicatos, mas revelaram grande capacidade de mobilização ao organizarem dezenas de Comitês Populares e Democráticos, criados no imediato pós-guerra, que se enraizaram nos bairros e buscavam soluções para seus problemas, como os relacionados à instrução, saúde, lazer, habitação, carestia e saneamento básico.<sup>38</sup>

Essas características se sobressaiam de modo eficaz devido ao fato de que as elites não se mobilizavam no intuito de desenvolver projetos sociais que atendessem tais demandas, demonstrando certa insensibilidade para com as parcelas mais periféricas da sociedade, que nesse momento histórico compõe a grande maioria da sociedade brasileira. Dessa forma, segundo Gregório Bezerra, o partido vinha organizando escolas que buscavam alfabetizar a população e que posteriormente nas eleições de 1945 intensificaram esse trabalho nos morros, alagados e nos bairros pobres dos Recife.<sup>39</sup> Assim, somados esses aspectos de inserção social, o partido que possuía menos de 800 militantes na década de 1920, passou a ter por volta de 200 mil filiados. Esse aumento significativo de filiados ao PCB também só foi possível, porque nesse período, “[...] durante a legalidade foram contrariadas todas as normas de filiação oficialmente estabelecidas pelo partido.”<sup>40</sup> Isso porque a orientação que era dada é que quando o partido estivesse na ilegalidade deveria ser um partido de quadros, porém,

<sup>37</sup> MOTTA, op. cit. 2000, p. 42.

<sup>38</sup> SILVA; SANTANA, op. cit. p. 108-109.

<sup>39</sup> BEZERRA, op. cit. 2011, p. 313.

<sup>40</sup> PANDOLFI. Op. Cit.1995, p. 146.



sendo legal deveria se tornar um partido de massas, e era esse um dos objetivos do PCB naquele momento.

Em contrapartida, embora o Partido Comunista tenha obtido seu registro, e alcançado um resultado expressivo no cenário político, ele encontraria resistência a sua atuação na bancadas parlamentares, pois esta era ocupada majoritariamente pelo PSD, UDN e pelo PTB, tratava-se de uma bancada em sua grande maioria de cunho conservador. O Partido Comunista ao eleger seus candidatos levou para este espaço nove operários eleitos, o que causou um grande desconforto na elite política que se sentia desconfortável por conviver com a existência do dito Partido e de membros das classes trabalhadoras num espaço, até então, reservado exclusivamente as elites política.

O aumento significativo da participação sindical lhe trouxe algumas questões que inviabilizava sua postura pacifista. A efervescência do movimento operário, com a criação de jornais e a possibilidade de luta e expansão dos direitos deflagrou uma onda grevista no início de 1946, onde o PCB na maioria das vezes, vendo a repressão, saía em defesa dos grevistas e isso causava a vulnerabilidade das relações políticas com as alas conservadoras da sociedade. O Partido vivia o dilema de sobreviver politicamente ou atender as demandas dos trabalhadores adentrando num campo minado que poderia lhe trazer prejuízos políticos.<sup>41</sup> No entanto, solicitar que os trabalhadores “apertassem os cintos”, mas no final ir ao socorro da classe, indica uma possível segurança, no sentido de que a legalidade não viria ser revogada e, no mínimo, a certeza de que sofreria repressão, como por vezes aconteceu, mas nada mais comum até aquele momento. O importante é que o Partido ainda permanecia de pé.

Por mais que o Partido Comunista buscasse de algum modo demonstrar seu compromisso com a ordem em função de uma união nacional, as vistas dos conservadores os comunistas são sempre associados ao espectro da subversão. É nesse contexto em meio à agitação política vivenciada nesse período que “em março de 1946, o advogado Himalaia Virgulino e o deputado Barreto Pinto (PTB-RJ) solicitaram a instauração de um processo visando à cassação do registro do partido.”<sup>42</sup> Em seguida o então presidente Eurico Gaspar Dutra baixaria um decreto limitando o direito de greve, atingindo assim um dos principais núcleos de atuação do Partido Comunista. Na assembleia constituinte houve vários debates

---

<sup>41</sup> SILVA; SANTANA, op. cit. p. 106-107.

<sup>42</sup> SERÁ pedida dento de 72h a cassação de registro do Partido Comunista!. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro, p. 1, 20 mar. 1946. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/221961\\_02/32610?pesq=Direito de Greve](http://memoria.bn.br/DocReader/221961_02/32610?pesq=Direito de Greve) >. Acessado em: 05/06/2017.

em torno da legitimidade das greves, no entanto, o PCB era o único partido que a defendia sem restrições. Daí em diante a repressão começa a ser fazer presente mais uma vez.

Poucos meses depois, a polícia política pernambucana se aproveitando da abertura dada através da facilidade de inserção nas fileiras do partido e da intensa atuação do PCB intensificou o monitoramento das células comunistas existentes no estado. Um exemplo disso é o monitoramento da *Folha do Povo*, importante órgão de imprensa comunista:

#### OBSERVAÇÃO

##### Folha do Povo

05-10-1946 – No dia 5 do corrente estiveram à noite na Folha do Povo, os comunistas Antonio Marques, Carlos Araújo, Cândido Maranhão, Salvador Nigro, Claudio Tavares, Paulo Antunes e Sindulfo Correia. Também estiveram estacionados de frente ao jornal os automóveis nº 1808, 4722, 722 e 4065.

06-10-1946 – Não foi observado nenhum movimento de pessoas nesse dia. Também não foi observada a presença do deputado Gregório Bezerra.

Investigadores de serviço: 215, 204.

07-X-1946

Paulo L. C. Cordeiro<sup>43</sup>

Podemos constatar que nesse momento, convergem para a intensificação desse monitoramento, aspectos externos, como o anticomunismo em escala internacional; internos, como as vivências em relação ao levante de 1935 e as mobilizações das alas conservadoras devido à inserção do partido nas massas. Vale ressaltar também que neste período o partido buscava expandir sua influência política montando comícios no interior do estado onde era chamado por muitos de “besta fera” ou “bicho papão”, nomenclatura que estava relacionada com as influências religiosas exercidas pela igreja, Estado e as elites anticomunistas.

Não sei de onde veio tanta gente. Todo mundo queria ver a “besta-fera” falar ao povo. Os camponeses eram os mais interessados e eram também os que mais nos interessavam. Quem mais contribuiu para a propaganda do comício foi o padre da paróquia local, que desde o domingo anterior, na hora da missa, concitou seus paroquianos a não comparecerem ao comício dos comunistas, afirmando que éramos agentes de Moscou, a serviço de Stalin, contra Deus, contra a pátria e contra a família. E me pintou como um verdadeiro bandido dizendo que eu teria matado ais de uma centena de soldados, incendiado ruas e mais ruas de casa, deixado milhares de crianças,

<sup>43</sup>Folha do Povo / Recife – PE. **Prontuário de Jornal nº 31.904**. Acervo DOPS. Arquivo Público Jordão Emerenciano – APEJE.

mulheres e homens desabrigados, à mercê do tempo, que eu não respeitava as mulheres, nem mesmo as criancinhas inocentes. Concitou o povo a me negar pão e água. Naquele domingo apresentou a mesma “chapa” na missa.<sup>44</sup>

Nesse período a igreja buscava orientar seus fieis a não estabelecer relações com os comunistas. Procuravam construir uma imagem negativa dos princípios comunistas em relação a seus valores que estavam baseados na tríade “*Deus, Pátria e Família*”, que também foi utilizada pelos integralistas e que eram opositores ferrenhos do comunismo.<sup>45</sup> Desse modo, o comunismo não poderia se inserir nas fileiras da igreja. É a partir da visualização dos vários fatores que demonstravam a expansão do comunismo que o monitoramento ostensivo de seus integrantes é estabelecido. Este monitoramento gerava documentos que continham o nome daqueles que compunham ou frequentavam cada célula, com seus respectivos endereços, e os cargos que ocupavam dentro do partido para que no momento oportuno se deflagra-se a repressão.<sup>46</sup>

No caso da *Folha do Povo*, o jornal do Partido Comunista no estado de Pernambuco, eram registrados os nomes de quem entrava e saía do prédio, além dos veículos e possíveis outros contatos. O monitoramento reflete bem que a polícia via o Partido Comunista Brasileiro como uma ameaça e como tal deveria ser vigiado mesmo gozando da legalidade. É interessante perceber que o acúmulo de experiências aliado à suspeição, legitimada pela Lei de Segurança Nacional aparentemente corrobora com a investigação criando um espaço de ação que vai além do campo da licitude. Vale salientar que esta atitude por parte da polícia no estado de Pernambuco, não foi um caso isolado, estava ligada diretamente a diretrizes internacionais, ao cenário político daquele período e a ordens vindas dos altos escalões do Estado que já indicavam a pretensão de retirar o comunismo do cenário legal.<sup>47</sup>

Nesse sentido, as articulações políticas em torno da cassação do mandato do Partido, tinha o apoio da grande maioria dos políticos que compunham o parlamento naquele período. Permaneciam as elites políticas oriundas do período ditatorial de Getúlio Vargas. Dessa forma, o desconforto com a presença comunista era incontestável e o monitoramento do Estado visava levantar informações para que no momento oportuno fossem acionadas as forças de segurança que aplicariam a repressão aos integrantes desse partido político.

---

<sup>44</sup> BEZERRA, op. cit. p. 317-318.

<sup>45</sup> SILVA, op. cit. 2017, p. 141.

<sup>46</sup> Comitê Estadual do Partido Comunista. **Prontuário Funcional nº 31.423**. Acervo DOPS. Arquivo Público Jordão Emerenciano – APEJE

<sup>47</sup> SEGATTO, op. cit., 1989, p. 57-58.

Vale salientar que em períodos em que o Partido não se encontrava na legalidade, existiam, no trajeto para a militância, prerrogativas a serem seguidas que estavam determinadas no Estatuto do Partido Comunista, especificamente em seu segundo capítulo, onde se institui as normativas e critérios de adesão a serem seguidos para aqueles que buscassem adentrar as fileiras do PCB. Essas regras visam maior segurança nos quadros partidários evitando a infiltração da polícia e a queda de membros e aparelhos nas mãos da polícia. Nesse sentido, para ser considerado membro era necessário estar de acordo com tais critérios:

Art. 6 – Membro do partido é todo aquele que aceita o seu programa, os seus estatutos e a sua disciplina, está incorporado e atua em um de seus organismos, paga as contribuições a que está obrigado e realiza na prática a política e as resoluções do Partido.[...]

Art. 7 – Poderá ser admitido como membro do Partido todo cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, maior de 18 anos, independentemente de sua raça, ou cor, sexo ou crença religiosa, com a condição que reconheça o papel histórico do proletariado e demonstre comprovada lealdade à classe operária.

Parágrafo Único – Os menores de 18 anos poderão ser aceitos como membros do partido, desde que vivam do próprio trabalho.<sup>48</sup>

Embora a adesão fosse voluntária, chegar a ser admitido pelo Partido não era algo tão simples, com exceção do período de legalidade. As etapas do procedimento também se encontravam no estatuto do Partido Comunista. Além de se enquadrar nas normas e diretrizes, para que se efetive sua admissão, o aspirante a militante deveria prestar um juramento. Dessa forma, percebe-se que além das questões de segurança, existia de certo modo um rito, onde o futuro militante passaria a negar muitos de seus comportamentos adotando uma nova postura na sociedade, assumindo a obrigações de acordo com os estatutos do Partido.

Art. 8 – Para ingressar no Partido, candidato deve ser proposto por um membro que tenha no mínimo, um ano de militância partidária. A proposta de adesão, assinada por proposto e proponente, será, por este encaminhada ao organismo de base a que pertença, para discussão e resolução. O candidato aceito passa a ser considerado membro do Partido, depois de prestar perante a assembleia daquele organismo, o seguinte juramento: “Prometo a mais firme lealdade e completa dedicação aos sagrados interesses da classe operária e do povo. Prometo, assim, trabalhar ativamente pela defesa da democracia e da paz, pela derrota definitiva do fascismo, pelo

---

<sup>48</sup> Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1945. **Memorial da Justiça (Pernambuco)**. BR PEMJ 3VCR PJUD APELAÇÃO CR 1546, cx. 2000, Recife, 04/02/1956. Este estatuto do Partido Comunista se trata de um volume de bolso que está anexo como prova processual compondo um conjunto de um total de 12 volumes distintos.

desaparecimento de todas as formas de opressão nacional e de exploração do homem, até o estabelecimento do socialismo. Com este objetivo, juro solenemente permanecer fiel aos princípios do Partido Comunista do Brasil; lutar, dentro do máximo de minha capacidade, que procurarei aumentar sempre, pela sua unidade e seu crescimento; trabalhar incansavelmente, no cumprimento de seu programa.”<sup>49</sup>

O novo integrante de acordo com as prerrogativas estabelecidas após ter aceitando o estatuto, o programa e a disciplina do Partido Comunista, mantinha obrigações e deveres a serem cumpridos, e sua execução é o que daria a condição de permanência nas fileiras do PCB. No entanto, como vimos anteriormente, mesmo sob orientações do partido era impossível manter o controle total sob as ações de sua militância. Mesmo assim seu estatuto enfatiza a obediência como fator primordial para a inserção e permanência no Partido.

Art. 9 – O primeiro dever de todo membro do Partido é enquadrar toda sua vida pública e privada dentro dos princípios e do programa do partido ajustar estritamente sua conduta partidária a observância fiel de seus estatutos e regulamentos.<sup>50</sup>

Essas condições de ingresso dificultavam o monitoramento por parte do Estado através do acesso da polícia as fileiras do partido, dado o empenho de seus investigadores. Pois além do candidato ser indicado por outro que já fizesse parte das fileiras do PCB ao menos há um ano, o ingresso só seria validado depois de passar por uma comissão dentro da organização de base correspondente aquele local de origem do possível militante. Atuando a partir desses procedimentos é que se buscava a garantia da segurança contra as possíveis investidas policias. Dada a orientação do próprio estatuto que dizia que na legalidade o PCB deveria se tornar um partido de massas percebe-se que a abertura na busca de ampliar o numero de adeptos do partido pode não ter sido executada da melhor forma, mas partia do próprio PCB a iniciativa de ampliar sua militância mesmo correndo riscos advindos desta ação.

A presença constante do Partido Comunista no cenário político continuava a se ampliar causando ainda mais desconforto nas elites políticas do período. Um momento impactante em relação à atuação dos comunistas em Pernambuco foi o comício organizado pelo PCB no parque 13 de maio, no centro do Recife. Nesse período Gregório Bezerra, que se encontrava no Rio de Janeiro, retorna para auxiliar em sua organização. Um dos mais esperados pronunciamentos era o de Luiz Carlos Prestes, então senador e principal representante do PCB. No entanto, Eurico Gaspar Dutra tinha proibido qualquer tipo de manifestação operária de 1º de maio. Mesmo assim, o comício ainda sob forte tensão se

<sup>49</sup> Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1945. **Memorial da Justiça (Pernambuco)**. BR PEMJ 3VCR PJUD APELAÇÃO CR 1546, cx. 2000, Recife, 04/02/1956.

<sup>50</sup> Idem.

realizou com Pelópidas Silveira iniciando o discurso, sendo seguido pelas palavras de Luiz Carlos Prestes.<sup>51</sup> Dessa forma, mais uma vez, o partido marcava o cotidiano político da capital Pernambucana.

Entretanto, seguiram-se às eleições de 1947, nela o Partido Comunista ampliou sua bancada, ocupando 17 cadeiras no congresso nacional. No caso das assembleias legislativas estaduais, elegeram 46 deputados em um total de 15 estados, e no Distrito Federal a maioria da bancada de vereadores era comunista.<sup>52</sup> No cenário político pernambucano Gregório Bezerra seria o candidato do PCB a prefeitura do Recife, no entanto, um projeto de lei cassou as vésperas da eleição a autonomia de Recife, São Paulo, Santos, e do Distrito Federal, que passariam a ter seus gestores ocupando os cargos por indicação. Foi um duro golpe para o Partido que viam chances de vitória de Gregório Bezerra para a prefeitura do Recife. Ainda assim, foram eleitos doze vereadores na capital pernambucana numa câmara que seria composta de vinte e cinco.<sup>53</sup> Ou seja, o Partido Comunista através das eleições ocupou um significativo espaço no campo político. O resultado dessas eleições demonstra a simpatia de parte da sociedade para com as soluções apresentadas pelo Partido e os ideais que pregava naquele momento. Esse resultado também é fruto da atuação do PCB nos sindicatos e nas comunidades menos favorecidas, bem como sua expansão buscando o interior do estado, no caso de Pernambuco.

Em contrapartida, parte da população olhava com bastante receio as conquistas do Partido Comunista. Para esta parcela da sociedade a situação política vivenciada naquele momento parecia ameaçadora. A anistia concedida aos presos políticos e a volta das atividades ligadas do PCB, agora inserido no campo da legalidade, a inserção em espaços políticos antes exclusividade das elites e a circulação de seus membros em meio à sociedade pernambucana não eram vistos com bons olhos. É possível notar esse descontentamento nos jornais da época, onde há a busca por responsabilizar o comunismo pelas dificuldades vivenciadas no período, desqualificando assim o Partido Comunista. Nesse caso, o *Diário da Manhã* faz um balanço do que foi o ano de 1947 e lança perspectivas para um possível futuro a partir do relato do pronunciamento do Papa Pio XII, é a igreja buscando combater o comunismo e tentando defender um ideal de sociedade que claramente não contemplava a coexistência com os comunistas ou possíveis opositores a esse modelo.

---

<sup>51</sup> BEZERRA, op. cit. 2011, p. 376.

<sup>52</sup> PANDOLFI, op. cit. 1995, p. 147.

<sup>53</sup> BEZERRA, op. cit. 2011, p. 387-88.

Pio XII na oração que conduziu aos cristãos de todo o mundo, fixou aspectos negros e incisivos da vida dos povos e da ação dos governos. [...] Mas agora, o agravamento da situação mundial, a tremenda fermentação dos resíduos deixados pelo tremendo entrechoque entre as nações é uma resultante da ação comunista infiltrada entre os países, ainda, e por muito tempo, a braços com a dificuldade oriunda da guerra. Num campo fácil a sementeira de uma doutrina que despreza os valores morais para dar ao homem, apenas, a significação de um elemento econômico etiquetado, o comunismo provocou um rebaixamento torvo de caráter, criando por isso mesmo, um ambiente de desmoralização a mais profunda nas relações de povo e de indivíduo e indivíduo. No campo moral, o comunismo devastou como o cólera asiático no mundo físico. Processa-se por toda parte, não resta dúvida, uma reação salutar, enérgica e até violenta. Dessa violência que é muitas vezes, uma condição de vida, tão benéfica e atuante como o são determinados processos de terapêutica de choque. Nos países de grande raça, robusto renascimento da fé religiosa recupera os corações, elevando e temperando os caracteres. O ano de 1947, a par desse aviltamento do homem e dos maus augúrios das conferências internacionais de paz e de concórdia, trouxe-nos o imenso benefício do ressurgimento espiritual que aí está, vivo e patente, aos olhos e a alma do mundo. Que no ano de 1948 o robusteça e dilate, enquanto a violência necessária e benéfica possa opor-se a cavalgada frenética dos brutos...<sup>54</sup>

A defesa de uma “violência necessária” aos que se opuserem a um ideal social é o exemplo do modo como uma parcela significativa da sociedade conservadora pernambucana e alguns representantes do Estado pensavam. É de certo que esta violência estava também relacionada à guerra que tinha acabado há pouco. No entanto, esse discurso legitimava, no contexto local dos fiéis, possíveis arbitrariedades contra aqueles que, segundo a igreja católica, eram os responsáveis pelas mazelas que ocorriam naquele momento, os comunistas. Assim, alertava-se para a possível infiltração destes em meio aos fiéis. De tal modo que a ala conservadora da igreja buscava de alguma forma frear a expansão comunista e o jornal era apenas um dos meios de difundir esse desejo para a sociedade pernambucana. Como pudemos ver, apelava-se para uma moral que devia ser resgatada e que estava se perdendo nos países onde havia a inserção do comunismo e que o resgate de uma religiosidade e a negação a qualquer preceito de ideologias estranhas poderia livrar a população dos maus augúrios que possivelmente estariam vivenciando.

Em compensação os comunistas também investiam no jornal como espaço de difusão de seus ideais. Embora não tivesse a mesma amplitude que outros jornais da época, a *Folha do Povo*, um importante veículo de comunicação comunista no estado pernambucano servia para denunciar as perseguições, os desmandos, conquistas, difundir suas ideias e tratar de

---

<sup>54</sup> O BALANÇO de 47. **Diário da Manhã**. Recife, p. 1, 01 jan. 1948. Disponível em: < <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1948&PagFis=1> >. Acesso em: 07/07/ 2016.

problemas sociais do período. Porém, como pudemos ver anteriormente este espaço já era alvo da polícia, ou seja, havia certa tolerância da polícia em relação à existência desse jornal, mas na expectativa de que num momento se pudesse legitimar uma ação contra os integrantes do PCB nesse local.

No entanto, segundo Emir Sader, o alinhamento às diretrizes lançadas no âmbito da Guerra Fria, oriunda dos conflitos entre União Soviética e Estados Unidos, pressionava o Estado a por o PCB na ilegalidade.<sup>55</sup> Daí em diante o Estado só precisava de algo que ele pudesse usar como justificativa. Neste caso, em primeira instância, alegava-se que o partido possuía dois estatutos, um legal e outro ilegal. Entretanto o argumento principal que fundamentou a cassação recaiu sobre Prestes após uma declaração onde afirmava que em caso de luta entre o Brasil e a União Soviética lutaria em favor do país de origem do Partido Comunista. Esta declaração foi tudo que o Estado necessitava para lançar mão o anticomunismo e conseguir aprovar a cassação do registro do Partido que tramitava no congresso, atendendo assim à ala não simpatizante ao Partido e às diretrizes lançadas pelos Estados Unidos no calor da Guerra Fria.

Sobre o ocorrido em 1947, Jacob Gorender afirma que, embora o Partido Comunista lançasse diretrizes de características pacifistas, onde buscava uma aproximação entre o proletariado e a burguesia “progressista”, demonstrando acreditar nos bons propósitos da burguesia nacional, esta por sua vez, não reagia de forma positiva. Para ele, a burguesia “progressista” não se impressionaria com o posicionamento adotado pelo Partido Comunista, desencadeando a ação que culminou na volta à ilegalidade do Partido.<sup>56</sup> Entretanto, ainda assim, havia também um universo de interesses maior, de âmbito internacional, como vimos. A influência da Guerra Fria em muito contribuiu para este episódio. Para Gorender, não se ater à possibilidade do partido ser posto na ilegalidade foi um erro de previsão atribuído a Prestes que, um mês antes, discursava numa conferência para militantes comunistas tranquilizando-os sobre a possibilidade da inserção do partido no âmbito ilegal. Apesar disso, os prognósticos não foram positivos e na tarde de sete de maio de 1947, por três votos a dois, o partido tinha seu registro cassado. No final da seção no Supremo Tribunal Eleitoral foi dada a voz ao relator do processo que após uma breve fala concluiu: “Inicia-se, hoje, uma nova

---

<sup>55</sup> SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?**. – São Paulo: Atual, 1990, p. 9.

<sup>56</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 23.



faze na vida política do Brasil. Que Deus cuide do Brasil.”<sup>57</sup> Na manhã seguinte, os comunistas descrentes corriam para resgatar ou dar fim a documentos importantes do Partido.

Seguiu-se “a nova fase política no país”, que se iniciou com repressão através de prisões, invasões as sedes do Partido, exclusão de seus integrantes do de cargos públicos, ações contra a imprensa do PCB, proibições de comícios e violação de direitos do cidadão e de imunidades parlamentares. Em Pernambuco, foram fechadas, após o comunicado do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, o Comitê Municipal e outras localidades ligadas ao PCB, através de uma ação conjunta da polícia civil e militar.<sup>58</sup> Porém, ainda ficava uma questão a se resolver, os candidatos eleitos do PCB. Dessa forma solicita-se a cassação dos mandatos dos parlamentares. Em dezembro de 1947 havia debates intensos entre os parlamentares, que segundo Gregório Bezerra:

A luta iniciara-se na Comissão de Constituição e Justiça, presidida por Agamenon Magalhães, que nos assegurou, em toda plenitude, o direito de defendermos os nossos mandatos sem nenhuma restrição. [...] Mas os deputados reacionários, ávidos por se destacarem aos olhos de Dutra, ansiosos por prestar serviço à presidência da República, desmandavam-se em insultos e cálculos contra a União Soviética e o PCB.<sup>59</sup>

No dia oito de janeiro de 1948 atendendo aos interesses das elites políticas do período consolidava-se a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. A partir daí, os candidatos eleitos pelo PCB passavam para o campo da ilegalidade. Sendo assim as experiências vividas nos períodos em que o partido estava na ilegalidade definem suas ações frente a um novo momento na mesma situação. A inesperada situação de ilegalidade demonstra uma fragilidade, o Partido não cogitava que viesse acontecer tal fato, a direção buscou manter um diálogo com as alas políticas e sociais conservadoras, no entanto, não obteve êxito. É fato que havia por parte dos comunistas um objetivo que norteava suas ações, que era a ascensão do proletariado ao poder, e isso estava no estatuto como um dogma para os comunistas. Embora tenham sido obrigados a conviver com o PCB, além de presenciar suas ideias circulando na sociedade e vendo o Partido usufruindo da legalidade, o Estado atendendo a demandas das parcelas sociais e de grupos políticos conservadores, em paralelo, buscou desenvolver ações que retirariam os comunistas do usufruto de seu registro partidário. Em contrapartida, a atitude de dar fim a papéis importantes demonstra o acúmulo e o uso dos

<sup>57</sup> FECHADO o Partido Comunista do Brasil. **Diário de Pernambuco**. Recife, p. 1, 08 mai. 1947. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_12/25976](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/25976) >. Acesso em: 10/04/ 2017.

<sup>58</sup> EM plena ordem procedeu-se a interdição das sedes do Partido Comunista nesta capital. **Jornal Pequeno**. Recife, p. 1, 10 mai. 1974. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/76770> >. Acesso em: 10/04/ 2017.

<sup>59</sup> BEZERRA, op. cit. 2011, p. 402-403.

conhecimentos obtidos nos anos de ilegalidade, onde a cultura política comunista é marcada por uma série de experiências de repressão. Este fato geraria uma nova postura dos integrantes do Partido frente a situações de características semelhantes.

Entretanto, para a polícia esses anos em que o PCB gozava da legalidade foram dedicados à infiltração e ao monitoramento que possibilitou a elaboração de uma relação contendo toda estrutura do Partido no estado de Pernambuco até momento. Em seguida, deu-se a repressão na tentativa de expurgar o comunismo do convívio social. Ainda assim, mesmo monitorado e reprimido, o Partido nos anos em que se encontrava na legalidade demonstrou ser uma força política que deveria ser levada em conta no cenário nacional, o que de certo modo, iria ser utilizada como elemento de base para a construção de discursos que dariam respaldo a intensificação da vigilância policial em torno dos comunistas no estado de Pernambuco.

Cabia, a partir daí, aos órgãos ligados a segurança pública de cada Estado implementar ações de combate ao comunismo, respaldados pelo discurso da lei a partir da LSN e do Tribunal Superior Eleitoral, que cassou os mandatos dos políticos eleitos pela legenda do PCB enquanto esse usufruía da legalidade. Desse momento em diante a postura do Partido Comunista seria de oposição ferrenha ao governo de Eurico Gaspar Dutra e seguiria lançando significativas críticas ao governo de Getúlio Vargas na década de 1950.

## 2. O SERVIÇO SECRETO: VIGILÂNCIA, MONITORAMENTO E INFILTRAÇÃO DA POLÍCIA NO PCB

A partir do no início da década de 1950 ocorreu uma expansão significativa das ações do Partido Comunista, que atuavam nos sindicatos e no campo, nutrindo reivindicações sociais a partir da ampliação de direitos do cidadão e das reformas de base como é o caso da reforma agrária. Uma maior participação política envolvendo os comunistas alterava o cenário político desse período. O Partido Comunista buscava através das reivindicações da população que vivia a margem da sociedade ganhar mais força e voz como instituição política e assim se tornar o representante legítimo desses grupos sociais como é o caso do proletariado, que nesse período era disputado com o PTB. No ano de 1955 é possível notar a intensificação do monitoramento policial em torno dos integrantes do Partido Comunista no estado de Pernambuco.

A dois meses, aproximadamente essa delegacia por seu serviço reservado foi informada que as atividades dos comunistas em nosso Estado estavam recrudescendo e que para essa capital teriam sido enviados agentes pertencentes a direção suprema do Partido Comunista do Brasil, ou seja o “Comitê Nacional”. Foi possível saber-se apenas um nome: o de um certo “Ney” que, certamente, seria um pseudônimo visto como a tática comunista determina que todo militante deve, obrigatoriamente, mudar seu nome por outro, para evitar sua identificação. Com as informações recebidas esta Delegacia determinou uma série de investigações e vigilância, cabendo ao investigador Newton Muniz Guerra a incumbência de vigiar determinados elementos do Partido Comunista, que atuavam nessa capital.<sup>60</sup>

Tendo em vista as mobilizações políticas empreendidas pelo PCB e o cenário de reivindicações sociais que aliado às tensões em torno da nova sucessão presidencial - com a tentativa de golpe em novembro de 1955, a intervenção do General Henrique Teixeira Lott e o decreto de estado de sítio - é possível constatar que a polícia política pernambucana, nesse momento, buscava mais uma vez desarticular a estrutura comunista na sua cúpula. Tendo em vista as tensões vivenciadas em 1955, uma possível prisão dos dirigentes do Partido Comunista facilitaria outras ações através da identificação e prisão do restante de seus integrantes, o que acarretaria um impacto significativo para a estrutura partidária dos comunistas no estado de Pernambuco.

---

<sup>60</sup>LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa. Relatório. Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. 14 de janeiro de 1956. **Memorial da Justiça (Pernambuco)**. BR PEMJ 3VCR PJUD APELAÇÃO CR 1546, c.x. 2000, Recife, 04/02/1956.

Nesse sentido, a polícia política pernambucana já vinha tentando combater durante aproximadamente três décadas o comunismo sem obter sucesso. Via nesse momento a expansão de reivindicações ligadas à atuação do PCB e PTB<sup>61</sup> através dos sindicatos com o comunismo ocupando cada vez mais estes espaços, o que causava certo desconforto para as elites conservadoras. Sendo assim a polícia buscava localizar a direção do PCB a fim de retirar seus integrantes de circulação freando sua ascensão política a fim de manter a ordem política e social do período. Para que se efetivasse essa investida, o Serviço Reservado, Serviço Secreto ou Serviço de Vigilância, composto pelos investigadores seria primordial. Foram eles que conseguiram obter informações que provavelmente estavam restritas a uma pequena parcela do Partido Comunista no estado.

Nessa conjuntura, a Polícia Política pernambucana tentava prender um integrante do Comitê Central do Partido Comunista, dado que se faziam cientes que este se tratava do núcleo dirigente do referido partido político e a prisão de um integrante desse núcleo traria prestígio para ao grupo que a executasse e serviria de exemplo para coibir as ações daqueles que simpatizassem com os comunistas no estado. Dessa forma, existem três possibilidades que podem explicitar como a polícia conseguiu obter as informações sobre as movimentações do Partido Comunista no estado. A primeira está relacionada a pessoas infiltradas fornecendo informações privilegiadas. Essas poderiam ser policiais, representado pelo corpo de investigadores ou civis, que nesse caso poderiam ser informantes ou até mesmo cidadãos comuns. A segunda seria a articulação e a consequente troca de informações entre as polícias dos vários estados do país. E a terceira é a junção das duas possibilidades anteriormente citadas, ou seja, o resultado da articulação entre as polícias e a colaboração de civis. No entanto, o que se pode afirmar com convicção é que a coleta da informação, seu processamento e sua posterior circulação dentro da polícia provém na sua grande maioria do esforço daquilo que o polícia denomina o mais nobre de todos os postos, o seu Serviço Secreto. Esse núcleo era mantido pelo trabalho efetivo do investigador, elemento principal na composição do sistema de vigilância que estava instituído no estado de Pernambuco e que possibilitava a coleta efetiva de informações que seriam processadas para, a partir delas, se definirem ações de combate às dissidências políticas.

### **Serviço Secreto**

---

<sup>61</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 246.

A execução desse Serviço é regulamentada por instruções internas, baixadas pelo Sr. Diretor do D.O.P.S., ao qual compete a designação dos chefes dos diversos setores. O referido serviço tem, além de chefes de setores, um corpo de investigadores reservado de sua escolha. Inegavelmente é das mais árduas a missão do “Serviço Secreto” do D.O.P.S., de São Paulo ou de qualquer polícia política que tem a seu cargo a difícil tarefa de descobrir os planos de agitação ou de revolução de uma política de caráter internacional, que visa a mudança radical do atual regime social vigente no Universo.<sup>62</sup>

A partícula documental acima descrita foi retirada de um livro de bolso intitulado *Resumo Histórico do D.O.P.S.* Este material foi produzido pela Tipografia do Departamento de Investigações de São Paulo. Datado de 1953, este histórico demonstra o esforço que o Estado aplicava através de investimentos em estruturas que possibilitassem a ampliação dos modos de atuação da Polícia Política no controle social, nesse caso do estado de São Paulo. No entanto, desse documento surge uma questão, porque a polícia política pernambucana teria esse material em seus arquivos? A fim de responder essa questão observemos o seguinte trecho do material:

O presente “resumo histórico” foi elaborado pelos funcionários Arnaldo Rabello de Aguiar Valim e Rubens Negreiro Peixoto, na gestão do Dr. MANOEL RIBEIRO DA CRUZ, Delegado Auxiliar, Diretor do Departamento de Ordem Política e Social, no sentido de dar informações mais amplas sobre esse Departamento, desde a sua criação até o presente momento.<sup>63</sup>

Nesse caso, a presença desse material se fazia necessário pela simples questão de que, o Departamento de Ordem Política e Social - DOPS necessitava de adequações de acordo com a realidade dos vários estados em que seria implantado, essas adequações perpassavam vários temas, dentre eles, os que tangem estrutura e recursos, sejam eles financeiros ou de ordem de pessoal. Contudo, conhecer suas origens, bem como ter um modelo a ser seguido, era um fator essencial para seu funcionamento. Desse modo, dispor de um material que disponibilize um modelo estrutural de uma polícia que dispunha de um arcabouço maior com vários recursos técnicos a seu dispor, o DOPS-SP, facilitaria na construção de modelos estruturais e organizacionais a serem seguidos.

Observa-se também que a justificativa dada para a existência do Serviço Secreto está diretamente relacionada com o argumento de que o Partido Comunista era uma organização de estrutura internacional e que através de uma revolução visavam não só a mudança da

---

<sup>62</sup> *Resumo Histórico do D.O.P.S.* p. 42. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-SP). **Prontuário Funcional nº 27.003-B.** Acervo DOPS. Arquivo Público Jordão Emerenciano – APEJE.

<sup>63</sup> *Resumo Histórico do D.O.P.S.* p. 3. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-SP). **Prontuário Funcional nº 27.003-B.** Acervo DOPS. Arquivo Público Jordão Emerenciano – APEJE.

ordem estabelecida no país, mas, segundo a polícia do próprio universo. Essas afirmações são a expressão das inseguranças políticas vivenciadas naquele período, onde as elites políticas viam constituir-se um cenário que não garantia sua permanência nos espaços mais privilegiados da sociedade. Portanto, o que se pode observar é que o campo político, dentro desse cenário, passa a influenciar de modo mais intenso as ações das instituições ligadas ao Estado nesse período no sentido de preservar os privilégios das elites políticas locais:

O político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado [...] Ora ele se retrai ao extremo. As variações obedecem a necessidades externas; obedecem também as aspirações do espírito público. O espaço que o político ocupa na realidade global é a resultante dessa conjunção.<sup>64</sup>

A instituição policial é perpassada pelo fenômeno do político quando é utilizada para se obter a permanência de um regime ou modelo social e político instituído. O uso dessa instituição faz com que o fenômeno político influencie o comportamento social através da coerção, sujeição e repressão, atingindo além dos espaços públicos o universo do privado. Assim, a afiliação ao Partido Comunista como instituição, traz consigo um posicionamento não só institucional, mas de cunho individual. Nesse sentido, os comunistas possuíam um grau relevante de organização e modos sofisticados de ação, o que justifica sua permanência embora o Estado tenha investido bastante na exclusão dos mesmos do seio da sociedade. Entretanto é através desse conflito político que o Estado produz discursos baseados na desordem e na insegurança pública que vão justificar a existência e a manutenção da polícia política, legitimando suas ações através do respaldo fornecido pela Lei de Segurança Nacional na busca pela ordem política e social desejada pelo Estado e suas lideranças.

Embora a elite política tenha se utilizado da polícia em momentos distintos para a manutenção do poder ela não conseguiu retirar o comunismo de circulação. Além desse pensamento político expressar os anseios de uma grande parcela da sociedade, os comunistas ainda possuíam modos operantes que dificultavam as ações da polícia. Um desses modos era o uso de um codinome por parte dos militantes a fim de impedir sua respectiva identificação por parte da polícia. Sendo assim, o discurso policial em torno da periculosidade atribuída aos integrantes do Partido Comunista, visava justificar sua existência como força policial e instituição necessária a manutenção da ordem, salvaguardando o Estado e a sociedade dessa “organização política de caráter internacional”. Este discurso institucional traz consigo uma

---

<sup>64</sup> RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. Ed. – Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003, p. 442-443.

das vertentes do nacionalismo vivenciados naquele período que, segundo Rodrigo Pato Sá Motta:

Encontrava seu fundamento central na visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social. Esse nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem. A nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado. Neste sentido, os comunistas seriam elementos “deletérios”, pois instigavam a divisão e a própria destruição do “corpo” nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes.<sup>65</sup>

Os discursos policiais estão em sua maioria envoltos nesse nacionalismo conservador, onde seus agentes são aqueles que salvarão a pátria e os bons costumes. Sendo assim, com a finalidade de reprimir o comunismo e as dissidências sociais e políticas através da obtenção de informações, eram escalados investigadores que se distribuíam por várias localidades no estado. Eram monitoradas ruas, prédios, principais terminais de transportes, hotéis, etc. Nestes e noutros improváveis locais investigadores colhiam informações e as levavam ao conhecimento do Delegado Auxiliar a fim de que esse tomasse as devidas providências sobre os fatos colhidos que julgasse relevante. Era o Estado utilizando-se da polícia para estabelecer a vigilância sob os cidadãos coma finalidade de adestrá-los de acordo com o modelo de ordem política e social do período. Segundo Michel Foucault esse monitoramento é um:

Dispositivo importante, pois automatiza e desindividualiza o poder. Este tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concentrada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos.

Embora Foucault esteja tratando nesse momento de um espaço delimitado da prisão, esse dispositivo de vigilância transcende os espaços prisionais e podem ser aplicados, nesse caso, a instituições em função do Estado. Nesse sentido os investigadores de polícia e a própria sociedade vão atuar como esse olhar vigilante em relação aos dissidentes políticos. Dessa forma, o produto do trabalho de observação dos investigadores de polícia chegava ao chefe de serviço sob a forma de Parte ou Parte de Serviço. Esse material documental trata-se de “um tipo de registro policial – constitui uma espécie de escrita policial feita diretamente pelo investigador, durante um período, a respeito do objeto investigado.”<sup>66</sup> A Parte pode ser

<sup>65</sup> MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História Econômica) Universidade de São Paulo -USP – São Paulo, 2000, p. 50.

<sup>66</sup> SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado e exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014, p.66.

encontrada nos arquivos da Polícia Política como um documento escrito a punho ou datilografado, relatando um determinado fato observado ou a reprodução de um episódio descrito por outros com a finalidade de dar a conhecer as autoridades cabíveis um acontecimento que julgava de seu interesse. Ou seja, dar a parte seria equivalente a dar a conhecer um fato a qual a autoridade policial estava debruçada ou poderia vir a se debruçar. Neste sentido, quaisquer expressões de divergência em relação ao Estado e suas instituições seriam tomadas como fator de perigo e merecia a devida atenção e registro da polícia política. Desse modo o investigador nº 110, Severino Dias Pereira relata em “parte” o seguinte fato:

Ilmo. Snr. Comissário Supervisor da Auxiliar  
“Parte”

Levo ao conhecimento de V.S. que na plataforma da Estação de Areias, da R.F.N. ontem pela manhã estava um soldado da Polícia Militar, deste Estado, provocando o povo, que estava esperando o trem, o policial estava com o cinto de guarnição, e sobe, dizendo ao pessoal, que quem votava com o Governo, era safado e outras coisas, provocante, tendo como testemunha o Despachante, Jorge Regis, que o chamou atenção, qualquer hora que precise da testemunha pode manda-lo chamar, faço ciente a esta especializada para os devidos fins.

Recife, 26 de Setembro de 1958.  
Severino Dias Pereira. Invest. Nº110<sup>67</sup>

A dissidência política é um fator de grande preocupação para a polícia e para o Estado. Na tentativa de controlar essas dissidências a polícia monitora locais considerados estratégicos, seguindo pessoas e monitorando os transeuntes, esses são alguns dos artifícios usados pela polícia para a coleta informações das discordâncias políticas no corpo social através de seus investigadores em serviço externo. Posteriormente, aquilo que aparentemente parece desconexo é estruturado num arquivo que poderia ser consultado com finalidades múltiplas, dentre elas a de tecer uma malha de informações através do estabelecimento de conexões expressas em suspeições que baseadas no discurso da lei se converte em alguns casos na concretude do crime de subversão.

Um exemplo dessa forma de atuação por parte da polícia foi o monitoramento ostensivo no ano de 1947 ao jornal *Folha do Povo*, situada na Rua Imperial, nº385, no Bairro de São José, no Recife. Nesse momento o Partido Comunista tinha perdido seu registro e seus candidatos eleitos estavam no aguardo dos tramites do processo que buscava cassar seus mandatos. Desse modo, a polícia intensifica o monitoramento aos locais de maior

---

<sup>67</sup> Folha do Povo / Recife – PE. **Prontuário de Jornal nº 31.904**. Acervo DOPS. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.



possibilidade de circulação dos integrantes da direção do Partido Comunista. E assim, a partir da Praça Sérgio Loreto os investigadores misturados à população que ali circulava observavam as movimentações em torno do local onde funcionava o jornal Folha do Povo, relatando o que designava relevante a seus superiores hierárquicos.

Ilmo.Sr. Chefe da Divisão de Ordem Política e Social

Recife 22 de julho de 1947

Investigador nº119

Observação:

Em continuação ao serviço de observação a “Folha do Povo” sita a Rua Imperial nº385 / Praça Sérgio Loreto / informo-vos que as 8 e 15 minutos esteve ali o Sr. Francisco Leivas Otero, em seguida chegou ali a Sr<sup>a</sup> Neuza Cardim. As 8 e 40 minutos chegou ali o auto nº 4323 conduzindo o Sr. José Leite Filho e o Sr. David Capistrano. Tendo no entanto saltado do referido carro somete o Sr. David Capistrano, que dirigiu-se a casa nº399, da mesma praça, e em seguida dirigiu-se a “Folha do Povo”. Às 9 horas tendo o mesmo saído, resolvi fazer uma campana, o que consegui na Rua Direita anotar uma ligação com o condutor da Pernambuco Transways nº 472. Dali o mesmo dirigiu-se ao Livramento apanhando o bonde Boa Viagem voltou a “Folha do Povo”. Às 10 e 20 minutos chegou ali o Sr. Rui Antunes que saiu minutos depois. Procurei também segui-lo anotando o seguinte: esteve na Alfaiataria Inglesa à Rua Largo do Rosário nº 235, onde manteve demorada ligação com o proprietário da referida casa. Dali saindo dirigiu-se à Rua Sigismundo Gonçalves onde ligou-se ao Sr Adauto Pontes. Em seguida ligou-se na Rua Nova com outro elemento que identifiquei-o como Paulo Cavalcante. Dali o mesmo dirigiu-se a Livraria Imperatriz, onde ligou-se demoradamente com o Sr. Berenstein proprietário daquela livraria. Saindo da livraria acompanhado com um elemento que não consegui identificá-lo. Dirigiram-se até a Secretaria de Segurança onde entrou as 11 e 40 minutos. Deixando o mesmo nessa ocasião voltei ao ponto de serviço e não constatando nenhuma anormalidade que fosse digna de registro, passei o serviço.

Newton Muniz Guerra<sup>68</sup>

Como podemos verificar o investigador nº119 Newton Muniz Guerra era polido em seus registros. Embora o serviço fosse de observação a Folha do Povo, o investigador não ficou em ponto fixo, se deslocou a seguir os passos de David Capistrano. Empenhado, buscou relatar os mínimos detalhes informando os horários de entrada e saída de possíveis suspeitos. Dessa forma, procura dar ênfase as possíveis ligações que possam auxiliar na composição de uma rede de relações comunista e que possivelmente divergiam de opinião em relação às forças políticas instituídas naquele momento. É interessante observar mais uma vez, que embora o PCB tenha adotado uma política de aproximação, e até certo ponto, apoio ao governo, a polícia mantinha vivo no seio dessa instituição o anticomunismo.

<sup>68</sup> Folha do Povo / Recife – PE. **Prontuário de Jornal nº 31.904**. Acervo DOPS. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

O trabalho de Newton Muniz Guerra, só neste serviço de “observação”, resultou no monitoramento efetivo de onze pessoas, dessas, oito ele identificou a ponto de registrar seus respectivos nomes. Das três pessoas não identificadas, duas tiveram anotados os locais onde poderiam posteriormente ser encontradas e investigadas de modo mais detalhado. Entretanto, é assim que, aos poucos os investigadores trabalhavam em prol da sistematização das informações coletadas redistribuindo e catalogando-as de acordo com seus interesses nos arquivos da polícia. Segundo Marcília Gama da Silva:

Basicamente a Delegacia de Ordem Política e Social, para desenvolver a ação de vigilância e controle social, dependia do “gerenciamento de informações” no cumprimento das funções básicas de investigação, censura e repressão, de forma eficaz. Assim como todo órgão, ele será composto de um sistema administrativo integrado, voltado para o desempenho de atividades por meio da repartição, onde estão condensados “os atos referentes à organização dos serviços relativos ao pessoal (nomeações, exonerações e propostas), comunicações, registros diversos, passaporte, registro de estrangeiro, administração criminal, arquivo criminal, receita e despesa (...) executados com a máxima precisão e boa ordem. A forma de recolher, expedir e guardar os instrumentos da atividade funcional, tão variada e adequada a sua importância e desenvolvimento se exerce por meio de um sistema completo de protocolos, registros e arquivos” responsáveis pela base de seus serviços de informação.<sup>69</sup>

Nesse sentido, o investigador de polícia era figura elementar para o funcionamento da estrutura de vigilância e controle social, pois, a partir do armazenamento e sistematização das informações por eles coletadas é que seria possível localizar os indivíduos considerados perigosos para o Estado e suas possíveis conexões sociais através dos arquivos da polícia.

Dessa forma, a parte de Severino Dias Pereira, investigador nº110, possui algumas diferenças relevantes da apresentada por Newton Muniz Guerra. Ao relatar o fato de que o policial falava mal do governo não explicitou horário, apenas o turno, especificou o local onde se deu o fato e uma possível testemunha, que estaria à disposição da polícia. Aparentemente ele estava de serviço na Rede Ferroviária Nacional, pois era comum o monitoramento de locais de grande circulação de pessoas. Porém, esse investigador possui particularidades. Ele foca sua parte no fato do soldado ter desqualificado o governo, ressaltando o fato de estar utilizando o cinto de guarnição, como se este estivesse oprimindo ou obrigando a sociedade a escutar seu discurso sem que pudesse revidar, e finaliza incitando o delegado a tomar as devidas medidas. Não se pode expor oposição ao Estado,

---

<sup>69</sup> SILVA, Marcília Gama da. **D.O.P.S e o Estado Novo os Bastidores da Repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco -UFPE – Recife, 1996, p. 78-79.

principalmente se a pessoa tiver ligação direta com ele, como era o caso do policial militar, nesse sentido, a Delegacia de Ordem Política e Social tinha como objetivo conter essas dissidências políticas através da repressão. Sendo assim, essa vigilância também servia para o controle das instituições ligadas ao próprio Estado, esses dispositivos de monitoramento buscam disciplinar não só os cidadãos como a si mesmo. Segundo Michel Foucault ele serve para o controle daqueles que servem ao mecanismo de observação, a partir de pontos específicos pode-se verificar a execução das atividades em suas instâncias diversas.<sup>70</sup> No caso da polícia a hierarquia estabelecida no seio institucional vai expor todo o processo que parte de sua extremidade para um centro administrativo que processa e encaminha a núcleos gestores, nesse caso a Secretaria de Segurança Pública, que junto com o governador do estado toma novas decisões de acordo com os fatos apresentados. Sendo assim, o serviço vai influenciar nas decisões que serão tomadas para a garantia daquilo que se denominava como ordem política e social.

Ilmo. Sr. Delegado Supervisor da Auxiliar

“Parte”

Levo ao conhecimento de V.S. que todos os dias a camioneta, nº 21093, pertence a oposições estar fazendo comício na esplanada da Estação da R.F.N. em Areias, na hora da saída dos operários, insinuando os mesmos para votarem no tal Cid e rebaixando a polícia do Dr. Etelvino caceteiro, faço ciente a esta especializada para as devidas providências.

Recife 22 de agosto de 1958  
Severino Dias Pereira  
Invest. nº110<sup>71</sup>

Em primeira instância a polícia é, segundo o investigador, de Etelvino Lins e não uma instituição do Estado. Ele foi nomeado secretário de segurança no período em que Agamenon Magalhães foi interventor de Pernambuco, naquele momento a DOPS funcionava com amplo incentivo do Estado. A gestão de Etelvino Lins frente às forças policiais foi marcante para o investigador ao ponto de lhe garantir o apelido de “caceteiro”. Este fato traz consigo os possíveis desmandos por parte dos integrantes dessa instituição, além da presença consolidada do anticomunismo. Mais uma vez o foco de sua investigação é o fato de que o dito veículo

<sup>70</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 193.

<sup>71</sup> Folha do Povo / Recife – PE. **Prontuário de Jornal nº 31.904**. Acervo DOPS. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE.

serve aos opositores dos ideais dos quais o investigador aparentemente comunga. Nesse momento Cid Sampaio parece não ter a simpatia inicial do corpo policial ou parte dele.

O então candidato estava sendo apoiado pela Frente do Recife, que era considerada um reduto político de cunho comunista.<sup>72</sup> Fica evidente que as práticas deste investigador estão ligadas não só a seu compromisso institucional, mas também, ou até muito mais, a causas políticas que faziam parte do contexto da época. Se utilizando de sua função ele faz valer tudo aquilo em que acredita, refutando entre denúncias e solicitações de providências qualquer ideia contrária a seus princípios políticos em nome da ordem e da continuidade de um governo onde, quem se encontrava a frente era o General Cordeiro de Farias ligado ao principal partido político opositor do PCB em Pernambuco, o PSD.

Devido à agitação política e a importância estratégica para a polícia e para o Estado, é que se intensifica o monitoramento ao jornal *Folha do Povo*, pois este era considerado instrumento de difusão de ideias subversivas. Monitorar este jornal fazia parte de uma das atribuições da Delegacia de Ordem Política e Social. Assim, nos períodos considerados críticos, investigadores como o Newton Muniz Guerra e Severino Dias Pereira se empenhavam nas investidas contra o comunismo iniciando o acúmulo de informações que pudessem enquadrar suspeitos em crimes previstos na Lei de Segurança Nacional como crimes de subversão. Nessa empreitada, o Serviço Secreto, composto pelo corpo de investigadores, se fazia primordial para implementar a repressão através da reclusão daqueles considerados subversivos e perigosos para o Estado.

Portanto, é importante compreender que em sua grande maioria é através do corpo de investigadores que as informações adentram na polícia política. Estes coletam dados a partir de observações e informantes sistematizando-as posteriormente em arquivos, que serão compostos por prontuários enumerados onde estarão organizadas as informações trazidas a partir das partes de serviço e outros diversos informes. Em suas práticas, esses personagens claramente nutrem os conflitos políticos a partir daquilo que informam a seus superiores, ampliando a sensação de insegurança no estado, cooperando para fortalecer o anticomunismo em escala institucional, o que legitimava sua função, e em seguida no corpo social. A divergência em relação às ideologias políticas bem como qualquer crítica a instituição da qual

---

<sup>72</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1954-1964). In FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 - 1964)**. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 475-476.

participa como agente é tomado como algo a ser combatido. Sendo assim, o Serviço Secreto é a base estrutural das ações da polícia política e é a partir do monitoramento ostensivo da sociedade que são iniciadas as ações de combate ao comunismo.

Dessa forma, para a polícia, aperfeiçoar as práticas de seus agentes era de suma importância para o desenvolvimento de suas ações no combate ao comunismo. Essa capacitação iria se tornar uma diretriz da Secretaria de Segurança Pública no estado de Pernambuco. Essa busca por qualificação é fruto do acúmulo de informações por parte da polícia, de uma expansão significativa da participação da sociedade em reivindicações sociais e de reformas por ampliação de direitos. Para os grupos conservadores, essas mobilizações eram o resultado da influência exercida pelos comunistas que se aproveitando do momento incitavam a desordem. Outro fator que levaria a busca pela capacitação policial é que o Partido Comunista embora duramente combatido permanecia e demonstrava a cada dia modificar suas práticas, difundindo os conhecimentos adquiridos cotidianamente oriundos dos embates com as forças de repressão entre seus militantes através de sua Escola de Capacitação Política.

Assim, a polícia por sua vez não poderia ficar para trás. Cabia refletir sobre o combate aos comunistas e sua persistência na sociedade. Estava claro para as forças de segurança do Estado que estes após a repressão se reestruturavam e continuavam agindo. Nessa dinâmica a autocrítica a que se submetiam os integrantes do partido servia para refletir seus modos operantes a fim de não caírem mais uma vez nas mãos da repressão, corrigindo possíveis desvios de conduta quanto à militância. Ou seja, há um momento de reflexão e de preparação na busca por aperfeiçoar os modos de ação do Partido. A polícia vai atentar para essa postura e vai buscar agir no tocante ao aperfeiçoamento das práticas daqueles que estão constantemente imbuídos de prospectar o comunismo do contexto social. É através do Serviço Secreto da polícia política, nessa conjuntura, que o olhar do Estado perpassa o corpo social, penetrando e dilacerando-o de dentro para fora, derrubando as fronteiras entre público e o privado e expondo-o a partir de atitudes que chegam a transitar em aspectos de ilegitimidade. É nessa conjuntura que se desenvolvem os conflitos entre o Estado e os dissidentes políticos, tendo a polícia e o Partido Comunista como protagonistas no período entre os anos de 1945 a 1964 no estado de Pernambuco.

## 2.1 INTESIFICAÇÃO DO MONITORAMENTO POLICIAL E A QUEDA DO COMITÊ REGIONAL DO PCB

Foi monitorando a sociedade pernambucana a partir do trabalho desenvolvido pelo serviço reservado da DOPS, que Ivo Carneiro Valença foi identificado. Através do acompanhamento dos passos desse militante a polícia fazia a apreensão de grande quantidade de material que se encontrava no Comitê Regional do Partido Comunista em Pernambuco onde também funcionava sua Escola de Capacitação Política e traçaria, a partir daí, novos rumos no combate ao comunismo. A fim de compreendermos melhor esse fato, traçaremos um breve trajeto da vida do militante acima citado.

Nascido em 13 de fevereiro de 1921, no município de Ipojuca, Ivo Carneiro Valença trilharia universos distintos até adentrar no Partido Comunista. De acordo com um trecho de seu relato oral, que se encontra disponível no acervo da Fundação Joaquim Nabuco ele descreve sua infância:

Minha infância foi normal, uma parte passei na Usina Caxangá em Pernambuco. [...] Nessa usina, meu pai era responsável pelas vendas de mercadorias. Então passei minha infância lá até o nove ou dez anos. Depois vim para o Recife e frequentei alguns colégios. O negócio do meu pai não foi bem sucedido, então fui transferido para escola pública, passei a frequentar e fiz meu curso no Ginásio Pernambucano. Foi uma juventude normal, fui obrigado a trabalhar com quinze ou dezesseis anos.<sup>73</sup>

Nesse período, o futuro militante ainda jovem, já sofreria a influência de acontecimentos de cunho políticos ligados a uma das figuras mais emblemáticas do Partido Comunista, e relata: “[...] O que influenciou na minha infância foi a “Coluna Prestes” inclusive acompanhava aquela coisa toda [...]”<sup>74</sup>. Essa influência associada aos acontecimentos internacionais conduziria Ivo Valença para as forças armadas, especificamente para o exército.

Depois chegou a guerra, fui convocado e tive condições de entrar para o CPOR, aí fiz um curso de artilharia e estagiei de meados de 1944, até março de 1945, em Maceió, como oficial, mas, não tive chance de ir para guerra

<sup>73</sup> VALENÇA, Ivo. **Loc. PCB-18 - Ivo Valença**. Depoimento [197-?]. Recife: Preservação da Memória do Partido Comunista em Pernambuco. Entrevistador: Paulo Cavalcanti. [S.l.], [197-?]. Entrevista cedida por Adalgisa Cavalcanti ao Programa de História Oral da Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj. Mais informações sobre a infância e trechos da vida desse militante podem ser encontradas na sua autobiografia no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE – Acervo DOPS – Ver o Prontuário Individual nº 12.768.

<sup>74</sup> Idem.

porque as duas últimas turmas já haviam sido escolhidas e a guerra já estava no seu fim.<sup>75</sup>

O ano de 1945 trouxe consigo o fim da guerra, a anistia dos presos políticos e a reestruturação do partido comunista que, posteriormente, conseguiu validar seu registro e voltar a atuar no âmbito legal. Neste momento, Ivo Carneiro Valença se encontrava com 24 anos. Além de sua admiração à Coluna Prestes, demonstrava simpatia ao Partido Comunista expressa nas eleições que se seguiram naquele ano, através do voto em candidatos ligados ao PCB. Vale salientar que as dificuldades atravessadas durante sua infância expressas na falência dos negócios de seu pai e na necessidade de optar em determinados momentos de sua vida entre estudar ou trabalhar, evidenciou um pouco das dificuldades econômicas e sociais que a população atravessava no período, despertando-o para a necessidade da resolução destes problemas. No entanto, só no ano de 1946, ele viria ter maior contato com as ideias comunistas.

Em 1946, já entrei na Escola de Engenharia e aí foi um ambiente muito bom para minhas discussões políticas. Comecei a estudar, a ler, comecei logo pelo “Manifesto” logo depois li também o “Testamento da Força”, que é uma coisa magnífica, daquele revolucionário Júlio Fucheque, um tcheco. Aí passei a ler os livros marxistas mesmo e fui me entusiasmando.<sup>76</sup>

Segundo uma autobiografia apreendida pela polícia, além dessas leituras, o militante teve contato também com outras relacionadas a jornais e revistas ligadas ao partido.<sup>77</sup> No universo estudantil, ele acresce a área de engenharia civil os conhecimentos de cunho comunista solidificando ainda mais seus ideais. Outro fator importante para o seu ingresso nas fileiras do Partido é que a estrutura de organização comunista se assemelhava ao universo militar, espaço vivenciado por Ivo Valença nos anos anteriores.

Por se considerar em guerra permanente com o mundo burguês, o comunista utiliza uma linguagem militar. O militante é um soldado, a direção é o comando, o partido é um exército, a Internacional Comunista é o Estado-Maior, o objetivo a ser alcançado é a estratégia e o caminho adotado para atingir o objetivo é a tática.<sup>78</sup>

De certo modo, o fato de Ivo Carneiro Valença ter feito parte das fileiras do exército facilitou sua adaptação às normas de militância constituídas no Partido Comunista. No

<sup>75</sup> Ivo Carneiro Valença – **Prontuário Individual nº 12.768**. Acervo DOPS – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Ibidem.

<sup>78</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995, p.41.

entanto, não se pode tomar como regra que apenas o fato de ser militar tornaria o indivíduo simpatizante ou opositor do partido, vale ressaltar que o universo militar estava repleto de aspectos que geravam embates internos em torno de modelos políticos em sua maioria envoltos de cunho nacionalista. O levante comunista de 1935 é um exemplo dessas diferentes perspectivas dentro das forças armadas.<sup>79</sup> No entanto, é a partir de 1945, que vai surgir uma discussão mais acirrada em torno do nacionalismo. Os militares viam, por exemplo, a necessidade da criação de uma empresa estatal para a exploração do petróleo, dado que esse elemento era fundamental na estratégia de guerra para a defesa da soberania nacional. Os debates em torno do nacionalismo e do entreguismo, principalmente em relação à questão do petróleo, vão se acirrar durante a primeira metade da década de 1950. Segundo Karla Guilherme Carloni:

Duas organizações ideologicamente opostas congregavam oficiais militares e agiam em nome de suas causas com alto grau de independência no interior das Forças Armadas: Eram o Movimento Militar Constitucionalista (MMC) e a Cruzada Democrática. Articulada por oficiais nacionalistas e defensores da legalidade, o MMC visava garantir a qualquer custo a democracia. Para eles a legalidade democrática e o nacionalismo eram processos associados e significavam a possibilidade de alcançar uma sociedade mais igualitária; dessa forma não via com agrado a atuação política de oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), que reunia grupos civis militares conservadores, defensores de um projeto econômico liberal alinhado aos Estados Unidos e associado a um Estado autoritário. [...] A Cruzada Democrática era o contraponto do MMC.[...] Congregava militares conservadores, em sua maioria ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e pertencentes aos quadros de direção da ESG.<sup>80</sup>

Esses personagens discutiam a democracia se utilizando de perspectivas institucionais distintas, demonstrando a complexidade própria do período de abertura democrática onde a heterogeneidade do pensamento político também faz parte do contexto das instituições ligadas ao Estado. Entretanto, a inserção de Ivo Carneiro Valença nas fileiras do Partido se deu de modo aparentemente voluntário. No início, o possível filiado logo passaria por um processo rígido que apuraria sua postura e seu histórico perante a sociedade. O proponente deveria comprovar de todas as formas, ser uma pessoa de qualidades e que poderia contribuir de forma eficaz com a luta dos ideais proletários. Como vimos anteriormente no Estatuto do Partido Comunista.

<sup>79</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. 3ªEd. – São Paulo: Expressão Popular, 2011, p 76.

<sup>80</sup> CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 286-287.



Aqueles que integravam seus quadros se sentiam parte de um projeto maior que redimiria a sociedade, porque, é no campo político que se encontra o local de gestão da sociedade global<sup>81</sup>, e é a partir daí que os integrantes do PCB atuavam a fim de modificar o quadro político social estabelecido. A sensação que se tem ao analisar documentos relacionados aos militantes é que estes se consideravam pessoas diferenciadas por enxergarem aquilo que os outros cidadãos comuns não viam, ou seja, os males causados pelo capitalismo. No entanto, o mesmo fenômeno ocorre com os documentos da polícia, que viam o perigo comunista bem presente nas ações dos cidadãos e se posicionavam também como os defensores da sociedade em favor da “moral” e dos “bons costumes.” Nessa luta de perspectivas sociais era por meio do campo ideológico que o militante do PCB se fortalecia utilizando-se dos contatos com outros integrantes e de leituras específicas lapidando seu olhar crítico em relação ao contexto social do momento. No caso de Ivo Carneiro Valença esse fenômeno aparentemente não se constituiu de modo diferente:

Antes passei a fazer trabalhos com alguns companheiros que conheci. Tinha apresentado minha formação e minha posição. Em 1947, eu era representante de Carlos Brito, dos doces, por conta da situação muito difícil e era influenciado pela leitura e pela própria vivência na faculdade, as posições que tomava nas assembleias demonstravam. Sempre fui um camarada que tomava minhas posições depois de muitos estudos e debates. Então, passei a estudar, a ser um estudioso do marxismo e achei que é o marxismo-leninismo a ciência base para todos os desenvolvimentos de qualquer revolucionário que queria fazer alguma coisa pelo social, pelo socialismo.<sup>82</sup>

As condições vivenciadas por ele parecem lhe incomodar. E esse incômodo aparentemente levou-o a questionar as bases de sua realidade o que lhe aproximou das leituras marxistas. Como vimos, ele encontra na corrente teórica marxista-leninista o caminho mais adequado para atingir seu objetivo de fazer algo pelo social. Nesse contexto, ele queria ser parte integrante daqueles que buscavam modificar o cenário político, econômico e social daquele período. Após ter votado em candidatos do partido, ter presenciado seu relativo sucesso nas urnas e já simpatizar com um dos nomes expoentes na história até então difundida do PCB Luiz Carlos Prestes e a Coluna Prestes e tendo contato com as leituras marxistas, Ivo Carneiro Valença ignora o fato de que o PCB estava na ilegalidade e no ano de 1948 adentra em suas fileiras. Daí em diante, Ivo Carneiro Valença teria atuado por quase oito anos que ser notado pela polícia. Ele só viria ser identificado no ano de 1955. No entanto, isso não quer dizer que a polícia não continuava nutrindo seus arquivos a partir do monitoramento dos

<sup>81</sup> RÉMOND, op. cit. 2011, p. 447.

<sup>82</sup> VALENÇA, op. cit.



comunistas se aproveitavam da situação difícil da população para inserir suas ideologias corrompendo os cidadãos. Em contrapartida podemos observar que era nesses locais que se expressava a negligência do Estado para uma parcela significativa da sociedade e o PCB denunciava essa questão ao atuar e reivindicar melhorias para estes locais.

Havia também, um Comitê da Prefeitura Municipal do Recife - CPMR, centro administrativo da capital pernambucana, que teria em seu comando o primeiro prefeito eleito pelo povo numa coligação política formada pelo PSB, PCB e PTB em torno de Pelópidas Silveira. Segundo Antônio Torres Montenegro e Taciana Mendonça dos Santos, antes mesmo dessas eleições, existiu uma polêmica em torno da lei de autonomia do Recife, através de afirmações de Etelvino Lins, ex-secretário de segurança pública de Agamenon Magalhães – período de forte controle social a partir da DOPS – que após sua morte tornou-se seu herdeiro político, onde ele afirma que ninguém se elegia em Pernambuco sem o auxílio dos comunistas, revelando, por uma perspectiva bastante conservadora, a dimensão da influência política do PCB no estado.<sup>84</sup> Daí em diante o prefeito seria eleito pela população, não mais sendo indicado pelo governador do estado. Ainda segundo os autores, jornais do período viam essa conquista como algo ligado diretamente aos comunistas, e isto logo soaria como um desserviço à sociedade. Existia ainda um Comitê dos Funcionários Públicos – CFP, que congregavam um total de quarenta órgãos de base e era um dos maiores daquele período.

Para os autores acima citados, é nesse período também que as Ligas Camponesas vão ganhar expressão em Pernambuco com a adesão do deputado socialista Francisco Julião na defesa dos foreiros do Engenho Galileia, garantindo a permanência destes no local e auxiliando na criação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco – SAPP.<sup>85</sup> Essa expansão se faz presente a partir de uma Comissão de Campo, que está diretamente vinculada ao Comitê Regional – CR, e da Associação dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses Pobres – ATACP, que tinha interligados a ela dez Sindicatos Rurais – Sr e oito órgãos de base das Ligas Camponesas – Lc. Havia também inserção do partido nas usinas, onde possuíam dois comitês: o Comitê da Usina Catende – CUC que possuía cinco Órgãos de Base – b, e o Comitê da Usina Central Barreiros, que possuíam quatro bases.

---

<sup>84</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1954-1964). In FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 - 1964)**. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 469.

<sup>85</sup> Idem, p. 468.

Além do campo, nos setores trabalhistas, o partido atuava com uma presença significativa tendo instalado diversos comitês de fábrica, que somavam um total de doze. Destacamos que nesse período o trabalhismo se encontrava em alta, após Getúlio Vargas ter assumido a presidência e a pasta do trabalho se encontrava na mão do PTB que chegou a conceder aumentos salariais de 100%, o que gerou desagrado nas alas conservadoras. Nesse período, houve também uma significativa expansão dos sindicatos e um anseio social por reformas de base. Embora o PTB fosse bastante atuante, o Partido Comunista, aproveita o momento para ampliar sua influência, garantindo para si o cunho de representante do proletariado. No entanto, em alguns momentos, o PTB e PCB devido suas inserções no universo do trabalho chegam a ser considerados como iguais pelas alas conservadoras. Segundo o organograma policial, podemos verificar uma presença significativa de órgãos de base no Comitê dos Bancários – CB, com um total de vinte e oito bases; o Comitê da Rede Ferroviária Nacional – CRFN, com dezesseis bases; o Comitê de Fábrica da Companhia de Tecidos Paulista – CFCTP, que congregava oito bases e por fim o Comitê dos Transviários – CT, que comportava cinco bases. Era inegável a atuação do partido nesse campo.

Entretanto, existia um fator que era de grande importância para o funcionamento do Estado e para a preservação de sua máquina pública, seus servidores. Nesse campo, o partido tinha como um dos comitês mais amplos no estado pernambucano o Comitê dos Funcionários Públicos – CFP, que comportava um total de quarenta órgãos de base. Outro espaço bem delicado para os conservadores era o do campo religioso e que também tinha a presença comunista com a União da Juventude Cristã – UJC. Esta comportava quinze órgãos de base. Durante a campanha de Pelópidas Silveira para prefeito do Recife a Igreja através do o arcebispo de Recife e Olinda, Don Antônio de Almeida lança campanha nas igrejas das duas cidades contra o candidato da Frente do Recife. Desse modo, a ala conservadora da Igreja Católica, a imprensa e outras instituições, inclusive a polícia, tinham em mãos a possibilidade de lançar uma forte campanha anticomunista.

Em contrapartida, pode-se observar que o Partido Comunista não possuía uma atividade tão intensa no Agreste e no Sertão de Pernambuco. Porém maior influência se dava na Zona da Mata, na Zona Norte e na capital pernambucana. O que pode ajuda a definir a amplitude da influência eleitoral comunista bem como suas limitações. Vale ressaltar que nesse período o partido apoiava à candidatura de Juscelino Kubitschek a presidência da

república.<sup>86</sup> Desse modo, mesmo cravado em constantes embates é nas suas ações de inserção social e alianças políticas que o comunismo busca seguir avançando, a partir daí em duas frentes, uma no cenário político local e a nível nacional.

Todos esses elementos foram certamente bastante sintomáticos para a polícia que via nesses dados a necessidade de frear o avanço comunista em Pernambuco. Através de seu usual mecanismo de observação, os investigadores, a polícia intensifica a vigilância da sociedade pernambucana com ênfase nos comunistas. A polícia política é nesse momento o dispositivo pelo qual o Estado vigia e busca manter sob seu controle a sociedade visando discipliná-la através da repressão.<sup>87</sup>

Desse modo, cientes do cenário político e dos avanços de linhas diversas de pensamento que questionavam o Estado e buscavam mais igualdade através das reformas de base, é que a polícia orientada a partir do conhecimento que tinham sobre o PCB e seus integrantes intensifica o monitoramento dos mesmos chegando até Ivo Carneiro Valença.

Nesse caso, sua identificação se deu por ter contato com Julia Santiago, militante que foi eleita vereadora do Recife em 1947 e carregava consigo os ideais comunistas.<sup>88</sup> Desse modo, como na maioria dos casos, ela vinha sendo observada dado que tinha histórico nos arquivos da polícia de atuação no PCB. Ela foi, segundo a polícia, identificada junto com outras pessoas que também estavam sendo acompanhadas no conjunto de ações que buscava intensificar o monitoramento e a repressão ao comunismo a fim de evitar a expansão de suas atividades no estado. Desse modo:

Constatada a atividade “subversiva” ou procedimento suspeito, eram abertos prontuários individuais que reuniam documentos referentes ao universo sócio-político-ideológico do indivíduo, onde de acordo com sua qualificação criminal era dado acompanhamento permanente ao mesmo, sendo dessa forma acumulados documentos variados referentes à trajetória criminal do acusado.<sup>89</sup>

Sendo assim, no dia 10 de dezembro de 1955, a delegacia de polícia já tinha um prontuário aberto com descrição das movimentações de Ivo Carneiro Valença. De acordo com o relatório descrito, aproximadamente a partir de novembro de 1956, o Ivo Valença passou a ter seus passos monitorados pelo menos em alguns momentos de seu dia-a-dia. No

<sup>86</sup> BEZERRA, Gregório. **Memórias**. – Ed. ampl. e atualizada. – São Paulo: Boitempo, 2011, p. 467.

<sup>87</sup> FOUCAULT, op. cit. 2013, p. 195.

<sup>88</sup> INSTALADO o legislativo da cidade. **Diário de Pernambuco**. Recife, p. 3-2. 16 dez. 1947. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_12&PagFis=28332](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&PagFis=28332)> Acessado em: 15/07/2016.

<sup>89</sup> SILVA, op. cit. 1996, p. 93.

relatório, atribuído ao Comitê Regional publicado no *Jornal Pequeno*, existia um vigia na casa onde funcionava o Comitê Regional e este notou um veículo estacionado em frente ao imóvel da Rua 17 de agosto no bairro de Casa Forte, na cidade do Recife.<sup>90</sup> Neste momento, nosso militante já se encontrava inserido na etapa que antecede e fundamenta repressão, a investigação.

A INVESTIGAÇÃO – Corresponde ao procedimento usando quando se apresentava a necessidade de averiguar, diagnosticar a atividade de alguma entidade ou pessoa física. Constitui-se o primeiro passo que irá caracterizar ou não o comportamento suspeito de pessoas, igrejas, empresas, sindicatos, etc... no conjunto de documentos gerados por essa prática eminentemente vigilante, estão enquadrados os prontuários ou pastas de sindicâncias de pessoas físicas ou de entidades, prontuários históricos de pessoas, estados ou países. O tipo documental produzido nessa etapa investigatória são: pedidos de busca, as informações, rádio, telex, telegrama, radiograma.<sup>91</sup>

A investigação para a polícia era um procedimento primordial em sua práxis cotidiana, como vimos anteriormente, era de elementar importância para seu fim, à repressão. É desse modo que a Delegacia Auxiliar munida de elementos determinara uma série de investigações a fim de levantar informações que levassem à prova de algum delito, que neste caso, se configuraria como crime contra a ordem política e social.

Sendo assim, o investigador de polícia Newton Muniz Guerra ficou encarregado de vigiar determinados elementos que atuavam no partido comunista no estado de Pernambuco, dentre eles estava o Ivo Valença. No decorrer da investigação chegou-se até a casa nº 428, localizada na Rua 17 de agosto no bairro de Casa Forte. Entretanto, um ponto que não deve ser descartado desse conjunto de fatos é que há um cidadão que contribuiu para que a polícia investisse contra o Comitê Regional do Partido Comunista. Os mecanismos de poder estabelecidos pelo Estado que visavam disciplinar a sociedade surtem efeito até certo ponto trazendo consigo a contribuição de um cidadão que apoia o Estado vigiando seus pares, tornando-se assim a extensão deste.

Desta feita, ao lado da casa ou do aparelho comunista da Rua 17 de agosto, bairro de Casa Forte residia um juiz. Este notou uma movimentação estranha e denunciou o local à polícia. Em seguida este cedeu sua residência para que os agentes de polícia observassem e

<sup>90</sup>RELATÓRIO e Crítica do Comitê Regional do Partido Comunista. **Jornal Pequeno**. Recife, p. 2. 08 mai. 1956. Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

<sup>91</sup>SILVA, op. cit. 1996, p.79.

fotografassem o local de modo a obter informações mais detalhadas contribuindo para o andamento das investigações.<sup>92</sup>

Durante as investigações o que se passava era reportado à delegacia. Esta, em contrapartida, orientava seus investigadores a manter olhares sobre o local. Nesse intervalo de tempo, o investigador Newton Muniz Guerra informou o acesso de Ivo Valença repetidas vezes no imóvel nº 428, da Rua 17 de agosto. Segundo Ivo em seu relato oral, naquele período ele estava a executar tarefas de cobertura do partido. Transportava pessoas e materiais de suporte e utilizava seu carro como peça chave para a execução destas tarefas. A origem deste veículo pode estar ligada diretamente a uma empresa em nome de Ivo Valença que servia também para dar a cobertura necessária ao Partido.

O PCB tinha consciência de que era alvo de investigações intensas, de que a polícia não cessava sua busca por indícios que levassem à desestruturação e erradicação do mesmo e suas atividades no estado. Deste modo, buscou omitir, até mesmo de seus próprios integrantes, onde estava instalado o Comitê Regional. Isto se dá devido o fato de que:

Quem está submetido a um campo de visibilidade e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso, o poder externo pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo: e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados; vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação.<sup>93</sup>

Dessa forma, os aparelhos flutuavam na cidade, sendo realocados a qualquer indício de uma possível descoberta por parte de pessoas ligadas ou não ao partido, ou mesmo se fosse constatado que a polícia teria tomado ciência de finalidade, do funcionamento e modos de operação do local. As relações entre a polícia e o PCB se estabeleciam influenciando-se mutuamente, produzindo novas dinâmicas e novos saberes. É desse modo que geralmente estes imóveis eram alugados e tinham como inquilinos pessoas ligadas ao partido que serviam como cobertura. Mas, nesses casos, o Partido é quem efetuava o pagamento do aluguel e cobria as despesas de operação do aparelho com recursos obtidos através das contribuições de

---

<sup>92</sup> LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa. Relatório. Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. 14 de janeiro de 1956. **Memorial da Justiça (Pernambuco)**. BR PEMJ 3VCR PJUD APELAÇÃO CR 1546, cx. 2000, Recife, 04/02/1956.

<sup>93</sup> FOUCAULT, op. cit. 2013, p. 192.

seus militantes. Em relatório atribuído ao Partido Comunista apreendido e publicado no *Jornal Pequeno* se faz menção a este tipo de operação.

Recomendamos há 3 anos. Alugar-se uma casa para um nível de condições burguesas e menosprezou-se a sua cobertura. O camarada que respondia por essa habitação tinha apenas uma roupa e seus garotos andavam maltrapilhos. Durante a mudança entraram de uma vez só 12 caixas, 14 colchões e 18 cadeiras chamando a atenção da vizinhança que indagava se ali ia ser uma pensão. As compras para o abastecimento entravam as carroçadas de sacos. Dispunhamos de um veículo que só saía à noite despertando suspeitas. Três dias depois de abandonarmos esse aparelho a polícia o invadia encontrando dois colchões.<sup>94</sup>

O cuidado e as medidas de segurança visavam restringir informações sobre a localização dos aparelhos, só deveriam ter ciência os integrantes que operavam as ações ligadas ao local ou de extrema confiança do Partido. Esta estratégia tinha por objetivo dificultar a infiltração de informantes ou investigadores de polícia, mas, ainda assim, todas essas medidas não foram suficientes. Segundo Flávio Henrique Albert Brayner, foi a efervescência política e o momento vivido pelo partido que possibilitou que a polícia obtivesse êxito nas sua investida:

Com uma atividade tão febril e alcançando dimensões políticas até então inusitadas no movimento comunista pernambucano, houve um negligenciamento da segurança interna do Partido, o que provocou uma desastrosa queda de todo o Comitê Regional, em 6 de janeiro de 1956. Clovis Melo, jornalista que militou nas fileiras do Partido e atuou na imprensa partidária, revelou-nos que o descaramento da vigilância interna e das normas de segurança, facilitaram o acesso de policiais às fileiras do Partido. Chico Pinote, por exemplo, conhecido policial da época, fora membro da Juventude Comunista e, à época da queda de janeiro, provavelmente Cassemiro Pereira, ativista do Partido junto ao movimento camponês, “entregou todo o Comitê Regional à polícia”.<sup>95</sup>

Organograma apresentado anteriormente vem reforçar essa hipótese da infiltração e delação da estrutura partidária no Estado, dado que existiam dois espaços que eram diretamente ligados ao Comitê Regional – CR, era a Comissão de Campo e a Associação dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses Pobres. Este estando ligado ao Comitê Regional teria mais facilidade de obter informações sobre os escalões mais periféricos do PCB. A União da Juventude Comunista também está diretamente ligada ao CR o que poderia do mesmo modo facilitar a obtenção de informações por parte da polícia.

<sup>94</sup> RELATÓRIO e crítica do Comitê Regional do Partido Comunista *Jornal Pequeno*. Recife, p. 2, 08 mai. 1956. Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

<sup>95</sup> BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido Comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1989. p. 63.



O próprio Ivo Carneiro em seu relato oral afirma que os erros são consequências das ações daqueles que fazem algo em prol do partido. Na sua visão não erra quem não executa tarefas, mas aqueles que atuam, inevitavelmente, vão se expor em algum momento, seja em atitudes individuais ou em prol de outros. Ivo Valença, por exemplo, certa vez a fim de resguardar a integridade de um camarada, apresentou-se à polícia como seu patrão, servindo de álibi para o companheiro que possivelmente estava sobre investigação. Desse modo, não se pode negar o fato que uma maior circulação dos militantes do partido comunista no estado facilitou a ação policial. Entretanto, o modo de atuação dos investigadores também foi fator relevante para o êxito investida policial contra o Comitê Regional do PCB em Pernambuco.

Como já foi dito, a polícia não cessava sua vigia constante contra o Partido Comunista mesmo este gozando da legalidade. Na década de 1950, o país viria sofrer o impacto da morte de Getúlio Vargas, isso em plena Guerra Fria. Atrelado a este clima de tensões, a polícia e o Partido Comunista tinham consciência mútua de seus potenciais. Vivia-se a efervescência da luta por ampliação de direitos e reformas de base. Como pudemos observar o Partido tinha consciência de que era monitorado, e assim, logo após ser posto novamente na ilegalidade, surge um fator preocupante para o PCB; a falta de experiência por parte dos novos militantes que adentraram nas fileiras do partido no período legal. Logo, preparar seus quadros para um conflito direto com o inimigo, expresso nas forças de repressão, era tarefa primordial para a manutenção do PCB em Pernambuco e a prevenção de uma catástrofe através da delação de militantes por parte dos que caíssem nas mãos da polícia.

Num livro de bolso datado de 1951, o PCB buscava informar seus militantes sobre as formas de combater as ações repressivas deste personagem tão presente no cotidiano comunista: a polícia política. Desse modo, passou-se a inserir nas suas reuniões leituras com conteúdos específicos voltados para a forma como o militante deveria proceder se fosse pego. Essa atitude revela a busca pelo fortalecimento dos quadros partidários, dado que a repressão era algo que se fazia presente no cotidiano do militante comunista. As experiências negativas vivenciadas no período de legalidade – nesse período a direção do Partido acreditou numa política de aproximação do proletariado com a burguesia - com a cassação do registro do PCB e do mandato de seus candidatos eleitos na segunda metade dos anos de 1940 despertou para a necessidade de preparar os quadros partidários através de conteúdos especificamente desenvolvidos para a possibilidade de prisão.

É nesse sentido que o livro de bolso apreendido com título “Se fores preso, camarada...” datado de 1951, foi produzido e tinha como função instruir o militante sobre como este deveria agir quando em contato com a polícia. A produção desse material é reflexo da adoção de um posicionamento mais cauteloso por parte do Partido Comunista no tocante à segurança interna e no resguardo de informações consideradas importantes. Mesmo com ações voltadas para a questão da segurança a efervescência política vivenciada pelo partido na década de 1950 e a conseqüente exposição dos seus integrantes facilitaria o monitoramento policial que levaria a queda do Comitê Regional.

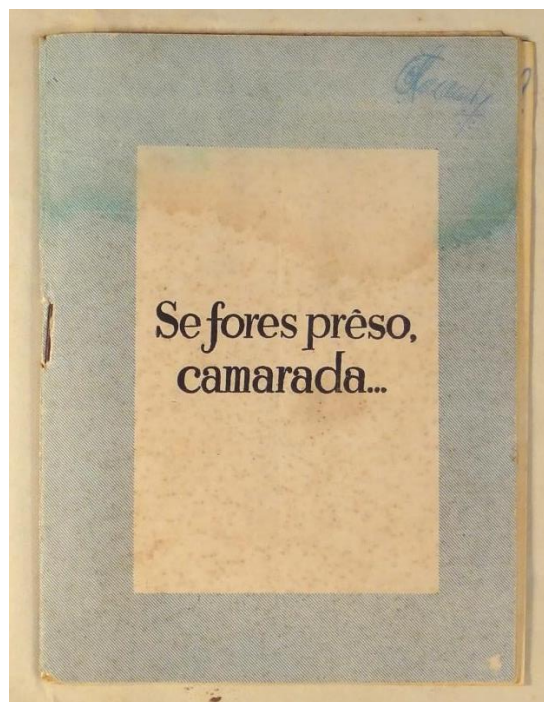


Figura 16: Livro apreendido pela polícia na Escola de Capacitação Política do Comitê Regional do PCB em Pernambuco.<sup>96</sup>

Visando reforçar a segurança do Partido, o volume se inicia com palavras que descrevem bem a forma como o militante enxergava, ou deveria enxergar a prisão: “A prisão se enfrenta com coragem – É um posto de honra para o militante revolucionário.” Era importante para o Partido demonstrar que a prisão não significava um fim. Para eles, o local destinado ao cerceamento de sua liberdade seria mais um espaço de luta no sentido de resguardar informações, de contagiar outros presos com os ideais comunistas e incitá-los contra as injustiças sociais. Vale ressaltar um aspecto peculiar; o preso político não se sentia

<sup>96</sup> Livro de bolso anexado como elemento prova de crime de subversão contra integrantes do Partido Comunista. **Memorial da Justiça (Pernambuco)**. BR PEMJ 3VCR PJUD APELAÇÃO CR 1546, cx. 2000. Recife, 04/02/1956, p. 183.

bem junto com presos considerados comuns, pois seu estado de preso não necessariamente significava para ele ter cometido um delito. Na sua concepção, o Estado é que buscou subsídios para enquadrá-lo como tal, diferente do preso comum. Visivelmente, o comunista é que se sentia lesado, acreditava que o crime estava sendo cometido contra ele no tocante ao cerceamento de sua liberdade política e do exercício de sua cidadania plena. E assim, seguem-se as instruções:

O Partido é a cabeça dirigente, é o Estado-Maior da revolução. O proletariado dizia Lênin, “não dispõe, em sua luta de Poder, de outra arma senão a organização”. É justamente por isso que é fundamentalmente contra o Partido, contra sua existência como organização que a burguesia dirige toda a força de seus golpes e não vacila no emprego de todas as armas e de todos os recursos, visando sempre decapitar a força do proletariado e impedir a vitória da revolução. No Brasil como acontece, aliás, em todo mundo capitalista, a luta da polícia conta o Partido Comunista, contra sua existência como organização, tem a duração da própria existência do Partido, se bem que variando de forma e intensidade, de acordo com o momento histórico e com a maior ou a menor agravação da luta de classes no país. Nosso partido já conheceu os longos anos de terror fascista do Estado Novo e getulista e a brutal repressão policial que se seguiu à derrota do movimento nacional libertador de 1935 e, mais recentemente, seus militantes já travaram conhecimentos com os novos métodos de repressão dos governos de Dutra e Getúlio, métodos norte-americanos, da época de Truman, que em geral nada ficam a dever aos da Gestapo nazista, quando não são mais bárbaros ainda. Justamente por isso, já não é pequeno em nosso Partido o número de militantes que possuem experiência na luta com a reação policial e que já aprenderam na prática como tem importância saber enfrentar com serenidade e firmeza, desde o momento mesmo da prisão, todas as brutalidades policiais. Muito maior, porém, é em nossas fileiras o número de camaradas que somente agora começaram a travar conhecimento direto com a reação policial. Experimentam pela primeira vez as prisões do Estado capitalista e que não estão por isso suficientemente armados para saber como enfrentar essa nova forma de luta contra o inimigo de classes, sem vacilações e sem erros que podem ser de ordem desastrosas. Torna-se assim urgente e indispensável discutir em todo o Partido esse problema prático e atual, a fim de que todos os militantes sejam suficientemente armados para saber qual o comportamento que devem ter diante da repressão policial, qual a atitude que deve assumir um membro do Partido frente a polícia em caso de prisão.<sup>97</sup>

Como vimos no trecho do livro, o Partido também se fazia ciente das novas técnicas aplicadas nas torturas aos militantes presos, estas oriundas da troca de experiências com as forças norte-americanas. Desse modo, esse material é fruto dos embates políticos, da vigilância policial em relação ao partido, fruto da repressão a que estavam submetidos àqueles que eram presos pela polícia. Sendo assim, abordar este possível momento como uma oportunidade do militante mostrar toda sua força e resistir sem expor seus companheiros seria

<sup>97</sup> “Se fores preso, camarada...” p. 4. **Memorial da Justiça (Pernambuco)**. BR PEMJ 3VCR PJUD APELAÇÃO CR 1546, cx. 2000, Recife, 04/02/1956. p. 183.

o melhor caminho para atingir a autoestima e trazer à tona a glória de um partido e de seus militantes. O foco desta preparação estava no fato de que o aumento dos quadros decorrente do período legal entre 1945 e 1947, fez com que muitos não vivenciassem a experiência da prisão e muito menos da tortura, portanto, os quadros deviam estar capacitados caso chegassem a vivenciar esse momento.

A possibilidade de um militante não resistir às pressões exercidas pela repressão delatando companheiros e fragilizando a estrutura partidária poderia trazer implicações irreduzíveis. O PCB passa então a qualificar seus quadros e para tal ação, a Escola de Capacitação Política, nesse contexto, é um espaço elementar na formação dos quadros do Partido Comunista em Pernambuco e conseqüentemente para seu bom funcionamento.

Embora o país se encontrasse vivenciando um período tido como democrático os ajustes jurídicos indicam a busca por um controle rígido da sociedade. As dissidências e reivindicações políticas do período influenciam objetivamente as instituições ligadas ao Estado, de onde os grupos conservadores ajustam as leis buscando dar subsídios para que a polícia pudesse atuar vigiando a sociedade visando inculcar no cidadão a disciplina de acordo com o modelo de ordem estabelecida pelo Estado. Segundo René Rémond:

O político é lugar de gestão da sociedade global, ele dirige em parte outras atividades; define seu *status*, regulamenta seu exercício. A lei autoriza ou proíbe. Encoraja ou impede. [...] A decisão política pode criar situações inteiramente novas que abram um campo para todo tipo de atividades.<sup>98</sup>

Dessa forma, a Lei de Segurança Nacional conhecida por seus opositores como a Lei Monstro, criada para definir os crimes contra a ordem política e social, Lei nº 1.802, de 05 de Janeiro de 1953, incorporou as duas versões de 1935 e o decreto lei nº 428, ajustando-se aos conflitos daquele período. Esse fato indicava que o Estado, que tinha Getúlio Vargas à frente, vinha ajustando seus dispositivos repressores. Já o estado de Pernambuco, tinha o General Cordeiro de Farias como governador, que não era nada simpatizante dos comunistas. Portanto, respaldados na lei, cabia à polícia o monitoramento ostensivo da população pernambucana a fim de excluir o comunismo do estado, e aos que não se enquadrassem dentro dos ditames da lei lhes restariam à repressão.

---

<sup>98</sup> RÉMOND, op. cit. 2003, p. 447.

### 2.1.2 A APREENSÃO POLICIAL

Após vários dias de investigação e campana, aparentemente respaldado nos ditames da LSN, em 06 de janeiro de 1956 o investigador de polícia Newton Muniz Guerra iniciou seu dia observando as movimentações na casa 428 da Rua 17 de Agosto no Bairro de Casa Forte, Recife. Acompanhado de mais dois amigos, aguardava a chegada de mais duas pessoas que frequentavam o local. Após esperar certo tempo, decidiu seguir para uma casa suspeita localizada no bairro de salgadinho, distrito de Olinda. Durante o trajeto, deparou-se com o veículo dirigido por Ivo Carneiro Valença que ao seu lado tinha Hugo Ferreira. Este, na verdade, tratava-se de Fragmon Carlos Borges<sup>99</sup>. O investigador, então, deu a volta no veículo e interceptou o Pontiac de placa nº 5671, onde se encontravam os suspeitos. Durante a abordagem, afirmou ter encontrado, no interior do veículo, uma maleta contendo material explosivo, balas de fuzil e materiais de propaganda comunista.

Segundo Ivo Valença, o material bélico, na verdade, teria sido posto pelos policiais com a finalidade de incriminá-lo. Ainda segundo ele, o material bélico estava superado e não servia pra uso de acordo com uma posterior análise feita pelo exército. Vale questionar o fato de existirem dois “amigos” do investigador acompanhando a ação e que estes serviriam de testemunha no caso do julgamento dos acusados. Em seguida, com o Ivo Valença e o Hugo Ferreira presos, o investigador retornou para a casa da Rua 17 de Agosto.

A seguir, o investigador, sempre acompanhado de seus dois amigos, que testemunharam todas as diligências realizadas, transportou-se para a casa da Avenida 17 de agosto 428, acompanhado dos dois suspeitos, já agora detidos em flagrante, a fim de completar seu trabalho. Nessa casa, foi encontrar dois indivíduos, de nomes Aristides Pereira Alves e Antônio Pereira da Silva e, procedendo a uma rápida vistoria no prédio, foi surpreendido com grande quantidade de material de propaganda comunista que ali se encontrava, distribuídos em vários locais, tudo relacionado no auto de busca e apreensão de fls. 20, busca essa devidamente determinada por essa delegacia, de acordo com o despacho das fls. 19.<sup>100</sup>

Durante a ação, a polícia constatou que se tratava do Comitê Regional do Partido Comunista de Pernambuco, onde também funcionava a Escola de Capacitação Política. Nesta

---

<sup>99</sup> VALENÇA, op. cit.

<sup>100</sup> LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa. Relatório. Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. 14 de janeiro de 1956. **Memorial da Justiça (Pernambuco)**. BR PEMJ 3VCR PJUD APELAÇÃO CR 1546, cx. 2000, Recife, 04/02/1956, p. 228.

localidade, foi encontrado um vasto material de propaganda comunista. Estava configurado assim o crime contra a ordem política e social ou crime de subversão enquadrando os quatro suspeitos na Lei de Segurança Nacional. Eram eles: Ivo Carneiro Valença, também conhecido como Ivo Valença, Hugo Ferreira, que se tratava na verdade de Frangmom Carlos Borges, Aristides Ferreira Alves e Antônio Pereira da Silva.

Durante a revista do local, segundo a polícia, foi encontrado uma vasta bibliografia, autobiografias, faixas, material de propaganda, munições, inclusive granadas. Todo material apreendido provocaria um impacto significativo nas formas de combate ao comunismo no estado, pois daria subsídios para a ampliação do conhecimento da polícia em relação ao PCB e dos discursos de insegurança lançados pelo Estado em relação a segurança nacional.



Figura 17: Fotografia produzida pela polícia do material apreendido.<sup>101</sup>

A partir deste material, foi possível, para a polícia, identificar vários outros aparelhos comunistas, bem como seus integrantes e suas formas de ação na ilegalidade, complementando todo um conjunto de informações que eram levantadas desde a ação que desarticulou o Comitê Regional no início da década de 1940 e também durante o período em que o partido esteve legal, possibilitando posteriormente, através da sistematização das informações colhidas a produção de organogramas da estrutura comunista a nível estadual e

<sup>101</sup> Fotografias. **Prontuário Funcional nº 1574**. Acervo DOPS – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

regional. Em mais um trecho do relatório da polícia, é possível notar o impacto causado por esta ação no combate ao comunismo.

A documentação ora apreendida, vastíssima e que, sem exagero, atinge uma cifra que se aproxima de três mil exemplares dos mais variados e interessantes documentos relacionados com a propaganda comunista em nosso Estado, além de uma biblioteca completa de obras marxistas, usada exclusivamente para o ensino de métodos de subversão pela Escola do Partido Comunista, nos permite asseverar, sem nenhum temor de erro, que a diligência realizada por essa delegacia foi uma das mais importantes nesses últimos quinze anos. Sempre há que aprender nesse complexo sistema de conspiração comunista. Os documentos ora apreendidos do Comitê Regional de Pernambuco do P.C.B. servirão para uma melhor orientação nos trabalhos afetos a esta Delegacia. Estamos convictos que os comunistas não cessarão suas atividades em nosso Estado. Em resultado da diligência agora realizada, verificar-se-á uma pausa. Apenas uma pausa. Dentro de alguns meses, voltarão à carga com elementos novos, orientados pelo órgão superior do partido, ou seja, do “Comitê Nacional”. Nossos conhecimentos, enriquecidos agora com o conteúdo dos documentos apreendidos nos permitirão enfrentar os comunistas com argumentos novos e a ação, estamos certos, será profícua.<sup>102</sup>

Seguiram-se, por parte da polícia, várias ações atingindo o Partido Comunista de forma veemente. Vários aparelhos espalhados pelas fábricas e bairros do Recife foram duramente atingidos sendo desmantelados pela polícia. Segundo Flávio Henrique Albert, durante os meses seguintes foram mais de 550 prisões no estado. Dessas prisões, muitos não suportaram as torturas psicológicas e físicas e delataram seus camaradas.<sup>103</sup>

Nessa investida contra o Comitê Regional a polícia pôde se apropriar de um vasto material ligado ao cotidiano do Partido entre os quais destaco as autobiografias. Apreender este tipo específico de documento foi significativo para a polícia. Ele era solicitado pela direção do PCB a todo militante que fosse por algum motivo assumir um espaço de maior prestígio ou de cunho estratégico, porém não excluía a possibilidade dele ser solicitado até mesmo para o ingresso nas fileiras do Partido. Na autobiografia deveriam estar contidas informações como: o nome completo, seu codinome dentro do partido, quando e onde teve contato com as ideias comunistas, se já era integrante das fileiras partidárias quais funções já lhe tinham sido delegadas, entre outros aspectos que o militante ou aspirante achasse pertinente a fim de construir uma imagem sólida de sua vida pregressa ou de sua atuação revolucionária. Assim, através desse tipo de documentação figuras como o Abelardo da

---

<sup>102</sup> LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa. Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. 14 de janeiro de 1956. **Memorial da Justiça (Pernambuco)**. BR PEMJ 3VCR PJUD APELAÇÃO CR 1546, cx. 2000, Recife, 04/02/1956.

<sup>103</sup> BRAYNER, op. cit. 1989, p.64.

Hora<sup>104</sup> teve sua posição política definida para a polícia a partir daquele momento e sua autobiografia logo seria publicada em jornal do período.

Para esclarecimento da minha atuação a frente da Sociedade de Arte Moderna do Recife, S.A.M.R. e do próprio trabalho que esta tem desenvolvido sob minha direção, faço acompanhar o relatório por mim apresentado na reunião da posse da nova diretoria dessa associação em março deste ano de 1953 e que teve minha reeleição a presidência. Acho que este relatório que acompanha o presente informe, esclarece, com foi fundada a S.A.M.R. (Sociedade de Arte Moderna do Recife) acrescentando que esta realização, foi feita poucos meses antes do meu ingresso nas fileiras do Partido Comunista do Brasil, a que tive imensa honra de pertencer logo após ter o mesmo passado a ilegalidade.<sup>105</sup>

Além das autobiografias, documentos significativamente reveladores para a polícia, também foram apreendidos livros que serviam para qualificar teoricamente os militantes através da Escola de Capacitação Política. Dentre os quais destacamos o “Se fores preso, camarada...”, o Estatuto do Partido Comunista, o Programa do Partido Comunista do Brasil, Liga da Emancipação Nacional, Carta dos Direitos Sindicais e O PCB no Trabalho de Massa. Aparentemente, esse aparelho do Partido servia para formar quadros mais qualificados, conscientes das lutas e dos embates revolucionários, ou seja, servia para consolidar ainda mais as convicções comunistas no militante. A polícia por sua vez anexaria esse material ao processo que incriminaria os militantes presos no local. De certa forma as forças policiais com isso consolidavam um discurso que atrelaria às agitações sociais as ações desenvolvidas pelo partido, constituindo a imagem do comunismo como algo que perturbaria a ordem natural da sociedade. Ao lermos tal material podemos perceber que os temas abordam questões como os sindicatos, emancipação - como vimos no caso do descontentamento em relação a cidade do Recife – o próprio programa do partido, que girava em torno da polêmica revolução proletária, tão temida pelas elites conservadoras. Como já foi citado anteriormente, não poderia deixar de ter materiais de propaganda. Também foram encontradas atas e relatórios do PCB referentes aos cursos Stalin, que serviriam para aprimorar o conhecimento dos militantes frente a reação e até canecas enumeradas. A partir das atas a polícia passou a ter a noção de quantas pessoas frequentavam o espaço durante os cursos de capacitação política.

<sup>104</sup> Abelardo Germano da Hora foi um escultor, desenhista, gravador e ceramista, pernambucano que fez parte dos quadros do Partido Comunista. Ganhou prêmios nos III e IV Salões de Arte Moderna, idealizou e criou junto com outros a Sociedade de Arte Moderna do Recife e o Movimento de Cultura Popular – MCP. Também propôs uma lei que inseriu as artes no contexto urbano abrindo portas para os trabalhos de artistas locais durante o governo de Miguel Arraes.

<sup>105</sup> FORMAÇÃO de uma frente intelectual para eficiente propagação ideológica. **Jornal Pequeno**. Recife, p.1. 03 mai. 1956. Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.



O que a polícia conseguiu extrair desse fato? Nesse caso, para a polícia que vinha se empenhando em monitorar os passos do comunismo no estado de Pernambuco esta ação representou um avanço significativo na produção e reestruturação de materiais relacionados aos conhecimentos até então adquiridos em relação ao PCB. Nesse sentido, o sistema de vigilância da DOPS é a expressão do olhar panóptico do Estado, a partir dessa apreensão a polícia vai passar a produzir mais saber e logo terá através de si maior fluxo nas relações de poder e maior impacto na sociedade. Segundo Foucault esse dispositivo:

É capaz com efeito de vir se integrar a uma função qualquer (de educação, de terapêutica, de produção, de castigo) de aumentar essa função, ligando-se intimamente a ela, de constituir um mecanismo misto no qual as relações de poder (e de saber) podem-se ajustar exatamente, e até nos detalhes, aos processos que é preciso controlar; de estabelecer uma proporção direta entre o “mais-poder” e a “mais-produção.”

Nesse sentido, a produção policial em termos de material de combate ao partido entraria em novo estágio no estado pernambucano. Para termos uma noção do que representou essa investida para a polícia é só verificar o organograma datado de dezembro de 1955,<sup>106</sup> período que antecede a queda do Comitê Regional e da Escola de Capacitação Política comparando-o com outro produzido após a queda do Comitê Regional. Desse modo, estava assim aparelhado o Partido Comunista de acordo com o mapeamento policial em 1955: o Partido em atividade estava subordinado ao Comitê Central - CC e ao Secretariado do Nordeste – SN.<sup>107</sup> Em seguida, vinha o Comitê Regional – CR que tinha subordinado a si cinco Comitês de Zona – CZ, respectivamente Comitê de Zona do Recife, Mata, Agreste, Sertão e Norte. Ainda ligada diretamente ao Comitê Regional estava a Fração Parlamentar-FP e no mesmo nível se encontrava o Comitê Regional da União da Juventude Comunista. Na cúpula regional, flutuando na mesma linha da FP estavam as comissões. Estas somavam um total de 11, estruturadas deste modo: Comissão de Organização, Comissão Sindical, Comissão de Agitação e Propaganda, Comissão de Massa, Comissão de Controle, Comissão de Finanças (Tesouraria), Comissão de Educação, Comissão de Campo, Comissão de Usinas, Comissão de Solidariedade e Comissão Feminina. Estas comissões, segundo organograma, flutuavam no conjunto estrutural, conotando a ideia de que eram compostas por militantes oriundos dos

---

<sup>106</sup> Organização do Partido Comunista em Pernambuco. **Prontuário Funcional nº 27.040**. Data: Dezembro de 1955. Mapoteca – Gaveta 04 / Documento 01. Acervo DOPS – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

<sup>107</sup> Além dessas é possível verificar várias siglas que abreviam nomes das partes estruturais que compunham o Partido Comunista no estado de Pernambuco.

Comitês de Zona e de suas respectivas bases. Ligadas aos comitês de Zona estavam também os Comitês Distritais - CD e a eles estavam ligadas as Organizações de Base ou Base - b.

Depois da investida contra o Comitê Regional foi possível para a polícia desenvolver outro organograma datado de dezembro de 1956 que redimensionavam a compreensão da estrutura do Partido Comunista no estado. Um dos pontos que diferenciam o organograma elaborado de 1956 do de 1955 é o surgimento de uma Organização de Base denominada (OB Imprensa) ligada a diretamente a Comissão de Agitação e Propaganda, que provavelmente era a Folha do Povo. Outro elemento interessante é o surgimento do Comitê de Zona de Garanhuns, que não se encontrava no organograma de 1955. Este por sua vez incorporou o Comitê Distrital de Garanhuns, que antes possuía sete bases e estava ligado ao Comitê de Zona do Agreste e passou a ter apenas seis organizações de base. No entanto, o comitê de Zona de Garanhuns passou a ter oito Organizações de Base, sendo elas respectivamente: Aguas Belas, Bom Conselho, Correntes, Palmerina, Angelin, Canhotinho, Lajedo e São Bento do Una.

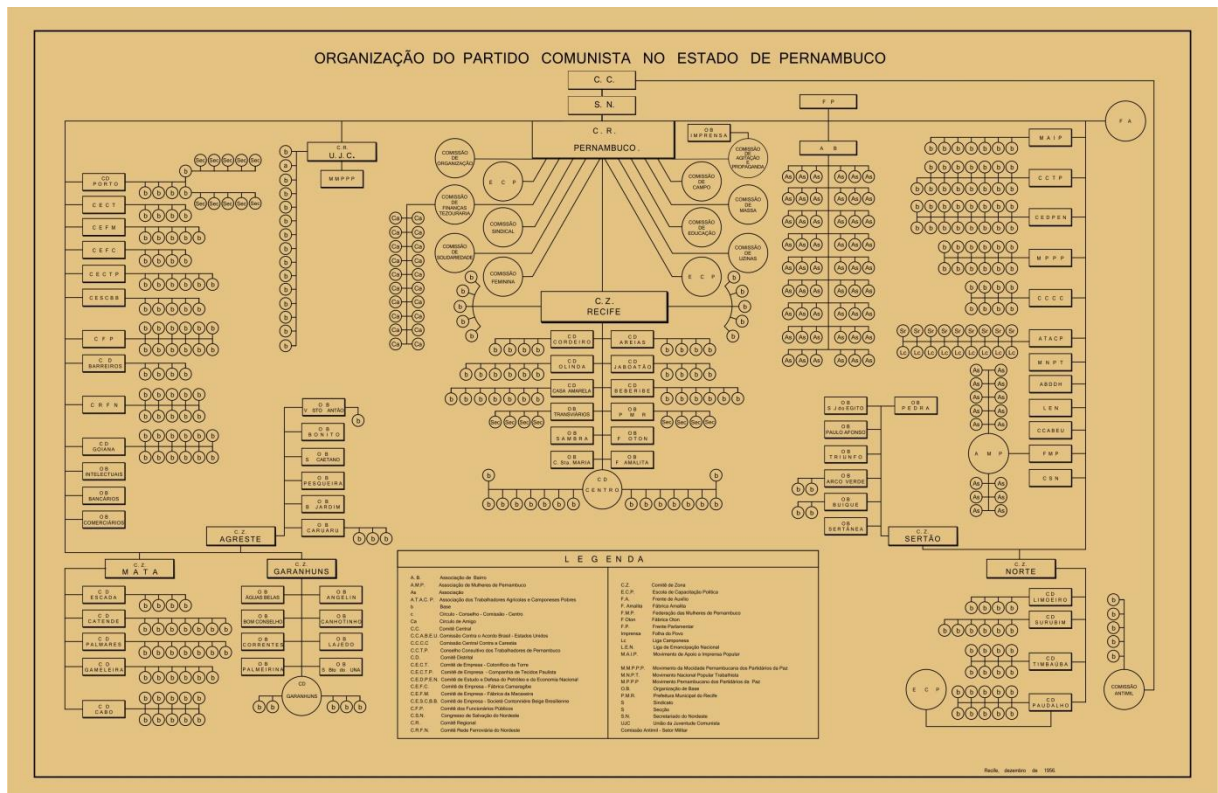


Figura 18 - Organograma desenvolvido pela Polícia Política sobre a organização do PCB em Pernambuco em 1956.<sup>108</sup>

<sup>108</sup> Organização do PC em Pernambuco. **Prontuário Funcional nº 27.040**. Data: Dezembro de 1956. Mapoteca – Gaveta 4 / Documento 8. Acervo DOPS - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE. Ver anexo 02.

Esses dados desenvolvidos pela polícia demonstram a expansão das atividades do Partido Comunista no interior do estado de Pernambuco. Daí a relevância dessa ação para a polícia, que além de ampliar seu conhecimento sobre a estrutura local do Partido Comunista no estado, possibilitou um mapeamento em escala regional da estrutura do partido, demonstrando sua articulação com outros estados como Bahia, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, a partir de Pernambuco.<sup>109</sup>

Em contrapartida, após a queda do Comitê Regional o Partido logo buscou fazer aquilo que chamava de autocrítica, que consistia em refletir as ações que levaram a tal falha e desse modo buscava-se não repetir os mesmos erros a fim de não cair nas mãos da polícia mais uma vez. É desse modo que o Partido Comunista vai a cada dia lapidando suas formas de atuação no cenário pernambucano e esquivando-se da repressão policial.

A polícia se apropriou dos conteúdos dos documentos apreendidos e montou discursos institucionalizados como poderemos ver a seguir no trecho extraído do relatório da polícia, anexo ao processo que indiciava o Ivo Carneiro Valença e o Frangom Carlos Borges por crimes contra a ordem política e social baseado na lei de segurança nacional. Desta forma, a polícia faz uso do livro de bolso apreendido no Comitê Regional intitulado “Se fores preso, camarada...”, onde estavam orientações direcionadas ao militante comunista caso este viesse ser preso e encarcerado. Uma das orientações contidas no respectivo livro diz respeito ao fato de que o militante não devia dar declarações que viessem prejudicar o Partido e seus membros. De posse desse livro, a polícia se apropria de seu conteúdo para reforçar a produção de um discurso que enquadraria o acusado no crime de subversão, reforçando sua periculosidade, até mesmo a partir de atitudes comuns, como o ato de se negar a dar qualquer esclarecimento, por exemplo. Como poderemos ver a seguir:

Ao ser interrogado nesta Delegacia, no auto de prisão em flagrante delito, que figura as fls. 2, negou-se a prestar qualquer declaração ou esclarecimento sobre o material que lhe foi apreendido, continuando a manter essa atitude até a presente data, bem como negou-se a assinar, terminantemente, seu auto de qualificação e auto de busca e apreensão. Esta atitude aliás, vale por uma confissão. Quais os motivos desse mutismo de Ivo Valença? E, agora, apresenta-se a oportunidade de nos referir ao folheto de fls. 84 destes autos que, como já esclarecemos, contém uma série de instruções sobre como o comunista deve portar-se frente à autoridade,

---

<sup>109</sup> Mapa da organização do Partido Comunista. **Prontuário Funcional nº 29.532**. Data: Janeiro de 1957. Mapoteca 1. Gaveta 4 / Documento 4. Acervo DOPS - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE

quando detido, evitando quaisquer declarações, a fim de não comprometer o Partido Comunista. Parece-nos que é o caso desse indiciado.<sup>110</sup>

A polícia nesse caso fez uso dos saberes adquiridos a partir de suas apreensões e produziu discursos que foram levados como prova do crime de subversão enquadrando na Lei de Segurança Nacional os envolvidos perante a sociedade. Assim, Ivo Valença é preso e condenado. No ano de 1958, após cumprir dois anos de prisão ele voltaria à ativa no Partido, agora tendo vivenciado o cárcere, resistiu ao interrogatório como indicava o “Se fores preso, camarada...”, não delatando seus camaradas e assim permaneceu atuando no Partido Comunista. Aparentemente sua prisão não abalou suas convicções, o que parece é que afirmou ainda mais seu posicionamento político e o deixou aparentemente mais forte, dado que agora tinha mais experiências a compartilhar e seguia no Partido sem titubear.

O universo de conflitos e embates existentes entre a polícia e o PCB transpassa o âmbito da repressão. São relações de cunho político e social que produzem cidadãos que se portam de acordo com o cenário estabelecido através das relações de poder. Tomando o PCB como instituição política verifica-se que este ajusta seus modos operantes a fim de disseminar e consolidar seus ideais no seio da sociedade sem que o Estado possa frear essa caminhada através do uso da polícia. Os integrantes do partido estão em constante modificação, fato que é previamente estabelecido pelo simples fato de existir a presença de um Estado repressor. Nesse sentido o Estado busca através da promulgação de leis contribuir para a efetivação das ações do aparato policial, que também se adequam à medida que se apropriam dos modos operantes de seu público alvo, nesse caso aqueles considerados subversivos, expressos em sua grande maioria nos militantes do Partido Comunista.

A polícia amparada no discurso da Lei necessitava estar constantemente buscando novas informações sobre Partido Comunista ao ponto de se valer até mesmo dos momentos de legalidade obtido pelo PCB, como foi o caso entre os anos de 1945 e 1947. Compreende-se que na tentativa de extinguir o comunismo bem como seus militantes e toda sua estrutura, no ano de 1955 a polícia já possuía uma significativa gama de informações que definiria seu trajeto de investigação em direção das lideranças do PCB. Estas se encontravam ligadas ao Comitê Central, mas o caminho para se chegar a tal objetivo, era desarticulando os Comitês Regionais ou Estaduais. Este trajeto indica uma possível articulação e troca de informações

---

<sup>110</sup> LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa. Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. 14 de janeiro de 1956. **Memorial da Justiça (Pernambuco)**. BR PEMJ 3VCR PJUD APELAÇÃO CR 1546, cx. 2000, Recife, 04/02/1956.

entre as polícias dos outros estados. Embora esse modo operante até o momento analisado não tenha surtido o efeito desejado, a polícia produziu uma série de informações que ampliaram o entendimento em relação à estrutura e funcionamento do Partido Comunista no estado de Pernambuco e construíram materiais que auxiliariam no combate ao comunismo em níveis que rompiam as fronteiras estaduais.

Em contrapartida, o Partido Comunista acumulava experiências que iriam dar indícios dos novos rumos a serem seguidos dentro do universo de tensões políticas propiciadas pela convivência com a clandestinidade e a repressão em grande parte do tempo. Um embate de amplitude maior era inevitável e estar preparado para esse momento era crucial para a sobrevivência do PCB. Neste sentido, uma ação da polícia não deveria ser compreendida como o fim do comunismo. Uma investida era apenas o reflexo de um combate ostensivo sem data prevista para acabar. Para o militante sua prisão também não deveria representar o fim de sua militância, mas sim o ato de assumir um posto de honra e continuar sua luta disseminando seus ideais, tornando-o cada vez mais convicto de seu posicionamento político, ainda mais se tiver vivenciado o cárcere e seus desdobramentos. É o político transitando em meio as relações de poder, auxiliando na definição dos modos como as instituições e seus integrantes vão se portar perante os acontecimentos, sejam elas ligadas ou não ao Estado. No entanto, as identidades coletivas desses grupos se definem pela forma como lhe dão com o político.<sup>111</sup>

Em meio aos conflitos políticos vivenciados entre o PCB e o Estado um fator é relevante para as movimentações de ambas as instituições é o adensamento de informações, bem como sua sistematização. Isso advém, em sua grande maioria do trabalho dos investigadores junto com todo corpo policial. Porém, as ações da polícia política vão se ampliando a partir do crescimento de seus arquivos e de seus conhecimentos sobre modos de atuação desenvolvidos pelos integrantes do Partido Comunista. Por esse motivo é que a apreensão levada a feito contra o Comitê Regional foi tão comemorada pela polícia. Caberia a polícia, daí em diante, fazer assim como se fazia no Partido Comunista, uma autocrítica, estabelecendo novas metas e meios de ação de fossem mais eficazes para a exclusão definitiva dos comunistas da sociedade. Pois embora tenha sido instituída desde a década de 1930, e tenha recebido incentivos que abriam margem para uma atuação intensa, até então não tinham conseguido sufragar os ideais disseminados pelo Partido Comunista no estado pernambucano. Dessa forma, podemos afirmar que, a polícia convivia com a presença permanente do

---

<sup>111</sup> RÉMOND, op. cit. 2003, p. 449-450.

comunismo, inclusive no Estado como instituição, como vimos no caso do organograma onde existia o Comitê dos Funcionários Públicos. É nesse contexto, que o Estado vai através de sua polícia desenvolver ações que permitiriam a capacitação do corpo policial, com o intuito de fortalecer a instituição e esta por sua vez vai se utilizar das mídias impressas como mais um elemento a favor da repressão e do anticomunismo no estado pernambucano.

### 3. O ANTICOMUNISMO E A FUNDAÇÃO ESCOLA DE POLÍCIA DE PERNAMBUCO

Os documentos apreendidos pela polícia no Comitê Regional seriam analisados e em seguida a polícia definiria novas ações a partir dos conhecimentos adquiridos até aquele momento. Nesse caso, a informação processada e sistematizada seria o ponto crucial para a efetivação da repressão ao Partido Comunista por parte do corpo policial. Para Michel Foucault a noção de repressão por si só não dá conta dos fenômenos em torno dela. Segundo ele, um local de maior fluxo de poder não duraria caso este apenas fosse utilizado como fonte de repressão.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.<sup>112</sup>

Nesse contexto, o acúmulo de experiências, de saberes e a produção de discursos possibilitam avanços e recuos, delimitam novos pontos de tensão que impactam objetivamente no comportamento dos cidadãos. Desse modo, analisar a polícia como mero dispositivo pelo qual o Estado reprime as dissidências políticas não abarcaria a devida complexidade em torno dessa instituição. É necessário visualizá-la a partir de suas instâncias capilares até os locais de maior fluxo de poder.

Sendo assim, as investidas policiais contra o Partido Comunista, como foi o caso da queda do Comitê Regional, produziria a sensação da presença do Estado em meio à sociedade, vigiando e excluindo de seu seio aquilo que era inconveniente para manutenção de um modelo de ordem social por ele estabelecido. No entanto, o corpo policial é composto por cidadãos e como todo cidadão, para o Estado, era necessário adestrá-lo, enquadrá-lo em sua devida função fortalecendo nele os ideais de ordem social. Desse modo, o Estado vai disponibilizar e cursos de capacitação institucional produzindo situações que levassem a aparente valorização daqueles que serviam a causa da ordem.

Para que esta ação se efetivasse, seria disponibilizada por parte do governo do estado de Pernambuco a oportunidade dos policiais fazerem cursos que lhes permitiriam ascender em suas carreiras, dando-lhes assim, a conseqüente possibilidade de ampliar seus ganhos. Cabe

---

<sup>112</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Introdução e revisão técnica Roberto Machado. – 26 ed. -- Rio São Paulo: Graal, 2013, p. 45.

ressaltar que nesse período uma das questões que agitavam a sociedade era o da carestia de vida. Questão essa que giravam em torno do custo dos alimentos, em especial a carne. Agindo dessa forma, o governo parecia buscar demonstrar estar sempre do lado daqueles que o serviam provendo-lhes um ganho necessário para sua sobrevivência.

Não podemos perder de vista que embora o período seja tido como democrático tudo isso faz parte de um processo constante de afirmação de um Estado de cunho autoritário e repressor, em oposição à expansão das reivindicações populares por mais direitos e participação social nas decisões do Estado. Nesse contexto, é importante perceber que o conhecimento adquirido por parte da Secretaria de Segurança Pública da inserção dos ideais comunistas dentro do serviço público também impactaria na tomada de decisão em relação ao fortalecimento ideológico e estrutural da polícia pernambucana a partir da criação de uma instituição voltada para tal tarefa.

As lideranças do Estado tinham ciência que a polícia era um aparelho primordial na estratégia de combate aos opositores do governo. Além de tentar conter o avanço das dissidências políticas, fossem elas ligadas ao comunismo ou apenas reivindicações de outros grupos sem vínculo algum com tal movimento, a Secretaria de Segurança Pública buscava manter seus órgãos coesos politicamente tentando se resguardar de possíveis baixas em seus quadros. Este é mais um motivo pelo qual vão ser tomadas decisões em favor de ações dentro do corpo policial que garantiriam a simpatia daqueles que a ela serviam. No entanto, outro fator que vai fazer com que o Estado mobilize-se é os conhecimentos adquiridos e sistematizados em torno da estrutura comunista em Pernambuco levados a comparação com a estrutura da força policial do estado. Esses conhecimentos em sua grande maioria foram oriundos da apreensão feita ao Comitê Regional do Partido Comunista e de sua Escola de Capacitação Política. Somado a essa questão temos também a apropriação e busca pela legitimação da existência da própria polícia através do discurso anticomunista vigente naquele momento. O anticomunismo envolto nas questões de segurança nacional seria o elemento que aglutinaria todos os argumentos tornando-se ingrediente essencial para a produção e difusão do discurso da necessidade de reestruturação da polícia política pernambucana.

A inserção da informação dentro da DOPS se dá em sua grande maioria através do personagem de base da polícia política, o investigador. Esse aspecto fica evidenciado na importância dada ao trabalho do Serviço Secreto, que lidava diretamente com as dissidências políticas e com a presença comunista em meio à sociedade. O comunismo para a polícia era o



perigo maior, um risco a segurança nacional. Os investigadores por sua vez, acreditavam serem os responsáveis pela manutenção da segurança e da união nacional em detrimento do perigo vermelho que para eles tentava gerar conflitos entre as classes. Essa perspectiva em relação às dissidências políticas é fruto de uma linha de pensamento de cunho nacionalista potencializado pelas tensões da Guerra Fria. Esse pensamento conservador foi muito presente no universo militar durante a década de 1950 e nutriu o discurso anticomunista daquele período.

Sendo assim, apropriados dos conhecimentos provenientes dos embates, investidas e apreensões no combate ao comunismo ao longo do tempo, a Secretaria de Segurança Pública decide aprimorar seu corpo policial assim como os comunistas demonstravam estar aprimorando constantemente suas práticas através de sua Escola de Capacitação Política.

O contexto político local não parecia favorável à manutenção de uma ordem que beneficiaria os grupos dominantes daquele momento que em sua grande maioria eram grandes proprietários de terras, donos de fábricas, banqueiros, grandes lojistas, as chamadas “classes produtoras”, segundo Gregório Bezerra.<sup>113</sup> As Ligas Camponesas, os Sindicatos Rurais e a presença do Partido Comunista assombravam as unidades responsáveis pela segurança pública, segurança essa que passa pela obediência plena da sociedade, através do apoio político ao representante do Estado, um militar que se encontrava a frente do governo de Pernambuco, o General Cordeiro de Farias. Dessa forma, o que os levantamentos e organogramas montados pela polícia demonstravam era que se ampliava a autonomia popular em espaços que serviriam para articular a busca por direitos expondo as falhas administrativas dos representantes do Estado.

Com a presença de personalidades políticas como Pelópidas Silveira na prefeitura do Recife, que foi eleito com apoio do PCB na Frente do Recife, um aumento significativo das reivindicações sociais e a permanência da atuação do Partido Comunista no âmbito político, embora a polícia inicialmente disseminasse ter acabado com o Partido em pernambucano, o Estado percebe que necessitaria modificar as ações de seu corpo policial em suas bases para em seguida ter as ferramentas necessárias a fim de frear as dissidências políticas, mantendo o controle da sociedade através de artifícios cada vez mais sofisticados. É a partir desse cenário que vai surgir uma nova dinâmica em relação às práticas policiais no estado de Pernambuco nos períodos que se seguiram a queda do Comitê Regional.

---

<sup>113</sup> BEZERRA, Gregório. **Memórias**. – Ed. ampl. e atualizada. – São Paulo: Boitempo, 2011, p. 486.

### 3.1 O DISCURSO EM TORNO DO FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA POLICIAL

Para compreendermos melhor essa busca por reestruturação das bases do corpo policial iniciaremos discorrendo sobre algumas possibilidades de inserção nos quadros da polícia como investigador e os possíveis impactos desses modos de admissão na segunda metade da década de 1950.

Façamos a mesma coisa... São Paulo, 23 {New Press} – O governador Lucas Garcez informou que a polícia civil está sendo expurgada de seus maus elementos, os quais vem sendo substituídos por investigadores formados pela Escola de Polícia.<sup>114</sup>

Um dos motivos para a busca do aperfeiçoamento dos quadros da polícia pode ser justificada pela falta de qualificação por parte de seus integrantes e a conseqüente insegurança gerada por esse aspecto dentro o corpo policial. Essas questões são provenientes de longas datas. Na primeira metade da década de 1940, uma das formas de possível ingresso na polícia poderia se dar por simples solicitação através de pedido enviado ao gabinete do interventor do estado. Nesse período, Agamenon Magalhães desenvolveu uma forma de se comunicar com a população através do jornal *Folha da Manhã*, de propriedade do próprio Agamenon Magalhães e de um programa de rádio. Por esses dois veículos eram passados ao povo o que o governo estava a fazer, projetos, metas ou simples informes. Essa aparente proximidade terminou gerando outro canal de comunicação. Esse era mantido através de cartas que chegavam até o interventor solicitando a resolução de questões que faziam parte do cotidiano populacional. Dessa forma, o interventor buscava de algum modo dar respostas às questões, atendendo ou não suas demandas. Esses canais de comunicação serviam também como fluxo político ideológico e como espaço de doutrinação e vigilância, onde o próprio cidadão mantinha o fluxo de informação em favor da manutenção do Estado:

O papel da imprensa enquanto um agente mediador na relação governantes e governados era bastante enfatizado por Agamenon Magalhães. “Converso todos os dias pela manhã e pela tarde com meus governados, com o povo, dizendo o que penso, o que sinto, comunicando e recebendo inspirações para as boas ações e para a verdade.”<sup>115</sup>

<sup>114</sup> FAÇAMOS a mesma coisa. **Jornal Pequeno**. Recife, p. 1. 23 jun. 1953. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/87694> >. Acessado em: 06/04/2017.

<sup>115</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**; consolidação e crise de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984, p.52.

Dessa forma, o então interventor buscava através de vários mecanismos, transmitir uma imagem que visasse garantir a manutenção de um regime autoritário, expresso em várias de suas ações, como por exemplo, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, que era responsável pela censura, impondo aos jornais da época o que deveria ser escrito na ordem do dia, sem que a população percebesse de certa forma que estavam sendo governadas no sentido mais amplo da palavra.

A imagem construída em torno de seus feitos e dessa relação de comunicação cotidiana com o povo consolidou o canal de diálogo entre a população e o interventor. Desse modo, a sociedade passou a enviar-lhe cartas e através destas relatavam sua situação financeira, familiar e em seguida faziam-lhe pedidos dos mais diversos possíveis. Dentre esses pedidos estava o de ser investigador de polícia.

Estas cartas por sua vez, levando em consideração um o modelo de Estado instituído, não deixariam de passar pela polícia, principalmente se o assunto estivesse a ela relacionada. Numa dessas, Arthur de Lucena Pontes, o “Caboclo da Folha” escreve a seguinte mensagem:

Excelentíssimo Sr. Prof. Agamenon Magalhães

Respeitosos cumprimentos

Minha carta hoje tem o fim de aborrecer a vossa excelência, assim sendo devo dizer sem mais delongas, o que desejo, Excelência: desde dezembro último tive um desequilíbrio crítico na vida financeira, apelei para o que me foi possível e anda me salvou. Tudo fiz para não vir a presença de vossa excelência. Também não foi possível; e hoje bato a porta de vossa excelência tão boa e tão acessível. Trabalho na Folha; disponho, no entanto, das 12 às 18 horas de cada dia e podia empregá-las em uma atividade honesta. Sei que não tenho merecimento para tanto; mas obedecendo o provérbio de que: “Quem não fala Deus não ouve”, é que faço o dito apelo. No caso de vitória a minha pretensão lembrava a vossa excelência: fiscalização do jogo, polícia (secreta), docas, etc.

Com os protestos de alta estima e muita consideração, assino com o mais alto grão de respeito.

Arthur de Lucena Pontes, “Caboclo” da Folha. 18/05/1940.<sup>116</sup>

O requerente deposita no Estado, e agora um Estado aparentemente acessível ao cidadão comum, à solução final de seu problema, comparando o consentimento desse pedido como uma dádiva divina onde Agamenon Magalhães poderia ser o salvador de suas finanças. No entanto, dois dos cargos que esse personagem solicitou como solução de seus problemas

<sup>116</sup> Carta de solicitação de emprego de Arthur de Lucena Pontes a Agamenon Magalhães, doc. 134-135. Fotos, recortes de jornais, ofícios, portarias, informações, termos, declarações. **Prontuário Funcional nº 28.633**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

estavam atrelados diretamente a funções da polícia, especificamente da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, que é o caso da fiscalização dos jogos, atribuição desta delegacia, e o Serviço Secreto como citamos anteriormente, um espaço considerado de prestígio no meio policial e que era bastante requisitado com a finalidade de monitorar a sociedade e combater o comunismo.

Esse canal de comunicação, embora servisse para fins administrativos dos mais variados possíveis, como solicitar o aproveitamento como investigador, poderia ser utilizado para lançar críticas ao governo, e nesse caso, essa ação tinha suas armadilhas. As críticas poderiam servir para que seus agentes identificassem possíveis opositores. Se o Estado se sentisse lesado com seu conteúdo, esse material era logo encaminhado para a apreciação dos órgãos de repressão que deveriam posteriormente tomar as medidas cabíveis a fim de apurar os fatos. Um desses casos chama a atenção para a função de um dos departamentos da SSP e que estava diretamente ligada a DOPS, o Gabinete de Identificação. Com o documento suspeito em mãos era anexado um pequeno formulário que continha o nome de quem escreveu contendo a data, assunto e o respectivo destinatário. Em seguida, esse documento era despachado em envelope direto do gabinete do interventor para o Gabinete de Identificação, a fim de levantar informações sobre o suspeito.

Nome: Diógenes Bernardes / Data: 30/03/1942

Assunto: Censura o Governo Brasileiro, que permite ser de propriedade dos yankees, todos os nossos serviços públicos de viação, iluminação, comunicação e telefonia, fontes de energia elétrica, etc.

Despacho do Interventor Federal: Secretaria de Segurança Pública. Gabinete de Identificação / Delegacia de Ordem Política e social.<sup>117</sup>

Este departamento por sua vez poderia fornecer fichas datiloscópicas, fotografias, endereço entre outras informações relacionadas ao pedido. Desse modo, a identificação visual poderia ser solicitada para que os investigadores tivessem um referencial a fim de reconhecer o suspeito sem solicitar informação a pessoas desconhecidas com a finalidade de não levantar suspeitas de que esse estivesse sobre os olhos da polícia. Logo, a chegada de uma carta denúncia, crítica ou elogio poderia movimentar vários dispositivos pelo qual o Estado

---

<sup>117</sup> Despacho do Gabinete do Interventor a Secretaria de Segurança Pública, doc. 174. Fotos, recortes de jornais, ofícios, portarias, informações, termos, declarações. **Prontuário Funcional nº 28.633**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

sistematizava a informação encaminhando-as para os núcleos de ação onde seriam tomadas decisões para a solução do empasse.

Retomando a questão das cartas de solicitação, especificamente para o cargo de Investigador de Polícia, o procedimento para esse tipo de solicitação passava pelas mãos da DOPS, que verificaria a veracidade das informações fornecidas pelo solicitante. Em seguida, seus agentes buscariam informações sobre o passado do cidadão a fim de evitar a incorporação de pessoas que pudessem vir a proceder fora dos padrões estabelecidos como o correto para a polícia daquela época. Nesse caso o Gabinete de Identificação poderia estar ou não inserido nesse processo. Noutras palavras, esse cuidado se dava para não incorporar comunistas ou qualquer tipo de perfil que viesse dar indício de possível subversão.

Sobre a conduta por parte da polícia depois de receber a solicitação do Interventor Federal através do despacho de seu gabinete, é possível verificar quais os procedimentos tomados pela Delegacia de Ordem Política e Social, além de acionar o Gabinete de Identificação, a fim de dar a devida resposta a solicitação do Interventor Federal:

Recife, 10-12-1942.

Exmo. Sr. Prof. Agamenon Magalhães.

Tomo a liberdade de lembrar a vossa excelência o pedido que fiz verbalmente há poucos dias, no sentido de colocar-me como investigador ou em outro lugar, contato que eu possa aproveitar minha mocidade no trabalho, a bem de meus filhos. Vivia com minha família e minha tia no engenho São João, em Itamaracá. Ela teve necessidade de vender aquele engenho ao Estado e daí por diante fiquei desempregado, triste, sem ganhar com o que manter minha família. Meu irmão mais moço teve a felicidade de colocar-se em S. Catarina por Dr. Cunha Melo.

Solicito a vossa excelência a frieza de tomar em consideração o meu pedido, e no cargo que vossa excelência me colocar saberei cumprir o meu dever.

Meu endereço Rua Maria Lacerda, nº168. Várzea.

De vossa excelência o caloroso abraço.

Pedro Newton Carneiro da Cunha Melo.<sup>118</sup>

Após o recebimento dessa solicitação, que se tratava de um reforço a um pedido feito pessoalmente ao interventor segundo o solicitante, é acionado o mesmo mecanismo, do

---

<sup>118</sup>Carta de Pedro Newton Carneiro da Cunha Melo ao Interventor Federal Agamenon Magalhães, doc. 113. Fotos, recortes de jornais, ofícios, portarias, informações, termos, declarações. **Prontuário Funcional nº 28.633**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

pedido citado anteriormente. No dia 12 de dezembro daquele ano, ou seja, dois dias depois da data em que a carta foi escrita, ela já se encontrava no Gabinete do Interventor e era despachada para a Secretaria de Segurança Pública que a recebe no dia 14 em seguida a encaminha para a Delegacia de Ordem Política e Social chegando às mãos do Delegado no dia 16 do mesmo mês. A partir daí o procedimento tomado foi o envio de um investigador de polícia lotado na Delegacia de Ordem Política e Social para verificar a veracidade dos fatos relatados pelo solicitante. O que indica que seu pedido poderia vir a ser atendido caso confirmado sua situação. Assim é enviado o investigador nº 324 que através de sua parte de serviço informa ao Encarregado do Serviço, e este por sua vez encaminhava a informação ao Delegado.

Delegacia de Ordem Política e Social

Recife, 15 de março de 1943.

Ilmo. Snr. Dr. Delegado:

Para conhecimento de v. s., transcrevo abaixo a parte do investigador nº324, sobre as condições de vida e situação financeira de Newton Carneiro da Cunha Melo:

“Ilmo. Sr. Encarregado do Serviço de Ordem Política. Parte. Tendo sido designado por V.S. para fazer uma sindicância em torno do senhor Pedro Newton Carneiro da Cunha Melo, a qual segue anexa, informa para os devidos fins, que o mesmo reside na Rua Maria Lacerda nº 168, na Várzea, nesta capital, em companhia de sua genitora Dona Conceição, exerce atualmente a profissão de prestamista, isto é, vende fazenda a prestação. Adianto que a genitora do sindicado, segundo fui informado era proprietária do engenho “Itamaracá” situado na ilha do mesmo nome. Tendo vendido o referido engenho e comprado um sítio na Várzea, onde está situada sua casa residencial. Recife, 29 de janeiro de 1943. (A) Vicente Ferrer. Investigador nº 324.”

Não se trata, portanto, de uma pessoa que viva em estado de extrema pobreza, se bem que o seu capital seja bem pequeno, o sindicado tem independência financeira e o seu ramo de negócio rende o suficiente a sua manutenção.

Atenciosas saudações.

João Pinheiro de Almeida.

Encarregado do Serviço<sup>119</sup>

---

<sup>119</sup>Relatório de serviço referente à sindicância em torno de Newton Carneiro da Cunha Melo. doc. 110. Fotos, recortes de jornais, ofícios, portarias, informações, termos, declarações. **Prontuário Funcional nº 28.633**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Esse procedimento foi tomado porque aparentemente havia um interesse em atender a demanda do cidadão. Assim, é possível afirmar que esse poderia ser um dos modos de se inserir no serviço público, especificamente na polícia. Essa forma de inserção poderia refletir objetivamente nos modos como esse indivíduo atuaria como investigador de polícia, podendo este contribuir de modo mais amplo ou não para o monitoramento da sociedade e da expansão dos arquivos e prontuários da polícia.

O corpo de investigadores da DOPS era composto por pessoas que se revezavam na execução de serviços de investigação. A partir de suas partes de serviços é possível analisar suas personalidades, seus modos de atuação e verificar as possíveis motivações de sua em torno de sua atuação. Tomando como ponto de partida a análise dessas partes de serviço é possível verificar que os olhares lançados em relação aos acontecimentos é bastante heterogêneo. O investigador Newton Muniz Guerra, por exemplo, é minucioso em seus relatos. Descrevendo horários de entrada e saída ele reconhecia as pessoas que frequentavam a *Folha do Povo*, o que indica um estudo minucioso voltado para o reconhecimento daqueles que faziam parte do Partido Comunista em Pernambuco que também pode ser fruto do resultado do acúmulo de experiências nas ações de combate ao comunismo. Já outro investigador, o Severino Dias Pereira era menos detalhista em suas partes de serviço. Embora, no tocante a questões políticas fosse bem mais enfático. A justificativa desse aspecto é meramente a intolerância as dissidências políticas e a permanência do Partido Comunista e sua contínua atuação em detrimento de demandas que não contemplava grupos populacionais que se encontravam a margem da sociedade, desqualificando ações que privilegiavam as elites do período, o que tornaria esse modo de atuação um risco a ordem estabelecida e consequentemente à segurança nacional segundo as forças de segurança do Estado.

Entretanto, em meio a solicitações referentes às pretensões de se tornar investigador de polícia, existia também àquelas que tratavam de assuntos relacionados ao comportamento desses agentes em meio à sociedade. Se resguardando de possíveis represálias por parte dos agentes do Estado, o cidadão se fazia valer de carta anônima para denunciar aquilo que ele considerava má conduta por parte de um investigador de polícia.

Recife, 23/03/1942.

Exmo. Sr. Dr. Agamenon Magalhães.

DD. Interventor Federal. Recife.

Que seja de muita felicidade o momento em que V. Exa. Venha a receber esta ligeira missiva. Hospede dessa grande terra não queria dela me tirar sem levar ao seu grande administrador o meu sincero aplauso por tudo que vi, desde o Grande Hotel, que honra lhe seja feita veio preencher uma grande lacuna até a derruba dos mucambos, que devia ser o grande sonho de todos os pernambucanos, realizada pela mão bem faceja de V. Exa.

Quanto ao Grande Hotel tinha uma reclamação a fazer ao gerente desse estabelecimento, mas depois de saber quem era o objetivo da minha observação resolvi fazê-lo diretamente a Vsa. conhecendo como sei, o desejo que tem da boa ordem nessa sala de visita da bela cidade do Recife.

Trata-se do seguinte: certa vez, quando me serviam no salão da barbearia, vi entra um rapaz meio “banzeiro” trajando modestamente e de barba por fazer, senta-se em uma das confortáveis cadeiras ali existentes, procurando, (me parece) ler um dos jornais do dia. Em dado momento, e sem mais nem que, o rapaz larga repetidamente uma obscenidade de fazer corar uma estátua. Acaba eu de fazer a barba, perguntei ao barbeiro que me servia, quem era aquele moço, respondeu-me: é seu Amaral investigador da polícia que trabalha aqui, devo acrescentar que ali estava uma empregada, a manicure, e ele nem ao menos respeitou o sexo...

Francamente Dr. Agamenon, esse moço pode ser mesmo um policia, mas, nunca para uma casa como o Grande Hotel.

Desculpe-me Dr. e creia-me um dos seus maiores admiradores, que brevemente regressarei a Recife. H.V.<sup>120</sup>

Podemos notar a partir dessa documentação a existência de um padrão de comportamento esperado por parte daqueles que serviam o Estado. Nesse caso, esse modelo deveria ser oposto às características que distinguiram naquele momento o investigador Amaral. O palavreado, o jeito banzeiro e a barba por fazer não condiziam com os padrões que se esperavam da polícia política. Dessa forma, o canal estabelecido por Agamenon Magalhães servia para aperfeiçoar o controle social por parte do Estado, onde a própria sociedade se tornava uma extensão dos olhos e ouvidos daqueles que eram responsáveis pela manutenção da ordem. É através desse mecanismo que o Estado institui a vigilância sobre seu próprio corpo policial. Essa colaboração poderia gerar represália para o delator, e a extensão da crítica é o que definia ou não o início de atividades voltadas à repressão daquele que expõe as práticas da polícia política.

Aparentemente ao denunciar os comunistas ou até mesmo as práticas dos investigadores, o cidadão colabora efetivamente com a manutenção desse Estado mesmo não ocupando um cargo oficialmente. Esse modo de gestão foi considerado por Getúlio Vargas

<sup>120</sup>Carta anônima enviada a Agamenon Magalhães denunciando investigador que trabalhava no Grande Hotel, doc. 160. Fotos, recortes de jornais, ofícios, portarias, informações, termos, declarações. **Prontuário Funcional nº 28.633**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.



um modelo a ser seguido pelos outros estados da federação. Dessa forma, a população servia para monitorar a si mesma e também os próprios agentes do governo em relação à eficácia do cumprimento de suas atividades. Foi o caso do cidadão que observou a movimentação e colaborou com a polícia cedendo sua residência em favor da vigilância em torno do local onde funcionava o Comitê Regional do Partido Comunista na Rua 17 de Agosto, no bairro de Casa Forte em 1956.

Através dessas solicitações havia a oportunidade clara de se inserir no corpo policial se utilizando desse canal. O interesse que partia do gabinete de Agamenon em conferir os fatos apresentados pelo solicitante demonstra a pretensão em atender tal demanda. Embora, observando anteriormente o caso de Pedro Newton Carneiro da Cunha Melo, podemos verificar que havia a possibilidade dessa solicitação não ser atendida. A incorporação ou não do indivíduo se efetivaria de acordo com o parecer do dado pelo órgão indicado para sanar tal questão, no caso de incorporação como investigador de polícia, caberia o parecer da Delegacia de Ordem Política e Social.

O anseio de alguns cidadãos por fazer parte da polícia se tornando investigador era evidente. Havia certo prestígio direcionado aqueles que, como investigadores compunham o serviço secreto da DOPS. Eram agentes, porém muitas vezes não tão secretos, como vimos no caso do Grande Hotel, já que aquele investigador era facilmente identificado pela população local. Ainda assim, ao analisar tal situação podemos notar o impacto da presença dos agentes do corpo policial em meio à sociedade. Mesmo, segundo o denunciante, desrespeitando as pessoas ninguém presente no recinto se opusera abertamente à postura do investigador Amaral. Isto denota um claro receio de se contrapor as ações dos agentes da polícia mesmo que esta esteja fora dos padrões de comportamento considerados ideais para o período. Há nesse fato a expressão da economia de poder, onde a polícia como aparelho do Estado faz circular seus efeitos de forma contínua e ininterrupta, por sua existência e do próprio Estado; e individualizada, pelo resultado distinto em cada um dos corpos que esse poder perpassa sem muitas vezes necessitar-se agir de modo efetivo.<sup>121</sup>

Havia outro fator que gerava desconforto aparente em algumas parcelas da sociedade no tocante a composição do corpo policial. Este fato estava ligado diretamente às indicações

---

<sup>121</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Introdução e revisão técnica Roberto Machado. -- 26 ed. -- Rio São Paulo: Graal, 2013, p. 45.

políticas sem nenhum critério para incorporação de indivíduos que atuariam a partir daquele momento na polícia como veremos no trecho a seguir:

Em 1949 apresentamos ao Congresso das Municipalidades aqui realizado, uma tese na qual defendemos a criação da “polícia de carreira”, como uma medida de segurança e de progresso para as nossas instituições. Essa tese foi aprovada sem discrepâncias pelos congressistas. É preciso fazer do policial antes de tudo um técnico, um conhecedor do seu ofício, evitando as improvisações, e tirando os cargos da Secretaria de Segurança Pública, dos objetivos dos políticos quando querem proteger afilhados. Hoje em dia quando alguém não dá para outra coisa, exceto nas classes mais pobres, vai ser investigador de polícia. Muitas vezes sem nenhum preparo ou vocação. Mesmo porque se tiver habilitação, certamente procura antes, outra atividade. Todavia... podemos encontrar na Polícia, mesmo tendo em vista suas condições desfavoráveis bons servidores. E o número desses poderia ser muito maior se houvesse uma “Escola de Polícia”, que aproveitasse as verdadeiras vocações, que facultasse instrução e ensinasse a técnica policial a todos dos que se valem dos cargos policiais, como profissão, dura e difícil profissão.<sup>122</sup>

A inserção na polícia através da indicação política servia como extensão da influência política de quem ocupava espaços de maior fluxo de poder. Os que se inseriam como investigador possivelmente executariam suas funções em favor daquele que lhe concederam tal privilégio. Para o autor da matéria esse tipo de ação traria ainda mais prejuízo para a situação que se encontrava a polícia naquele momento. A aparente justificativa da necessidade de ampliação de quadros mais qualificados em torno do conseqüente progresso e da ampliação da segurança tem origem em manobras políticas. Essa vem surgir nesse momento devido um acordo bilateral de cooperação técnica firmado entre Brasil e os Estados Unidos em maio de 1953, ou seja, dois meses antes dessa publicação.<sup>123</sup>

O discurso apresentado nesse jornal indica a presença de um pensamento político em torno de uma das vertentes nacionalistas presentes nos meios militares. Essa linha de pensamento parte de um grupo político bastante heterogêneo de características mais conservadoras presente nos meios militares, estes “acreditavam que a aproximação do Brasil com os Estados Unidos seria proveitosa não apenas para agilizar o processo de

<sup>122</sup> DUQUE, Augusto. Para melhoria dos serviços policiais. **Jornal Pequeno**. Recife, p. 3. jun. 1953. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/87720> >. Acesso em: 06/04/2017.

<sup>123</sup> Acordo sobre Programas de Serviços Técnicos Especiais entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil. **Atos Internacionais Bilaterais nº 475 – EUA 121**. Sistema Consular Integrado – SCI. Disponível em: < [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b\\_17/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b_17/at_download/arquivo) > Acessado em: 08/04/2017.

desenvolvimento industrial brasileiro, mas também nos entendimentos diplomáticos entre as duas nações.”<sup>124</sup>

É nesse campo envolto em coerção, subjetividades e interesses políticos que a polícia atuava estabelecendo uma ordem que está diretamente ligada aos interesses políticos vivenciados no período. É o aspecto político se expandindo pelas instituições do Estado.<sup>125</sup> Para tais ações a polícia se amparava no discurso da lei que enquadrava como subversivo todo o cidadão que evidentemente se opusesse as diretrizes lançadas pelo Estado. Aquele que agisse desse modo viria ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional acusado de subversão. A estes, em sua grande maioria dissidentes políticos, se aplicaria a repressão.

O discurso que justificava a necessidade de aperfeiçoar o corpo policial em Pernambuco está diretamente ligado, além dos fatos citados, a momentos em que elites políticas buscavam manter seus privilégios em detrimento de aspirações populares geralmente em ascensão. Aliada a essa questão temos o anticomunismo e o acúmulo de experiências pelos agentes da DOPS devido os constantes embates entre o Partido Comunista e as forças de repressão do Estado. Bem como a aparente baixa qualificação dos quadros policiais, dada as possíveis formas de inserção em seus quadros em prática desde a década de 1940.

Além dessas questões, considero que quatro fatores foram explorados de modo significativo pelo Estado e pela polícia política pernambucana durante o processo através do qual se buscou legitimar sua existência e a necessidade de requalificação de seus quadros. O primeiro se dá logo após Levante de 1935, momento em que a polícia reprimiu severamente o Partido e suas lideranças. Em seguida, a investida contra Comitê Regional em 1941, que mais uma vez abala as estruturas partidárias do PCB. Um terceiro momento a intensificação do monitoramento durante a legalidade do Partido, onde a polícia se aproveitou para se infiltrar e levantar toda estrutura partidária. E por último dentro de um recorte que se limita aos momentos que antecedem o Golpe Civil Militar de 1964, a queda do Comitê Regional e da Escola de Capacitação Política do PCB em 1956.

Levando em consideração que nesses quatro momentos a polícia se apropriou de conhecimentos sobre a estrutura do partido de aspectos de seu funcionamento e de seus quadros, podemos afirmar que é a sistematização desse saber adquirido nesse trajeto somado a

---

<sup>124</sup> SILVA, Angeliza Azevedo. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 - 1964)**. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 324.

<sup>125</sup> RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. Ed. – Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003, p. 444.

interesses políticos locais e de caráter internacional que vão levar a legitimação do discurso em torno da necessidade da reestruturação da polícia política pernambucana e sua efetiva execução.

### 3.1.1 A REAÇÃO POLICIAL NOS IMPRESSOS: LIVRO, REVISTA E JORNAL.

Embora a polícia tenha se empenhado em reprimir aqueles que faziam parte do Partido Comunista em Pernambuco, este permaneceu, modificando suas formas de atuação, se adequando as situações vigentes. Em 1955 a participação dos comunistas culminou na vitória da Frente do Recife tendo Pelópidas Silveira como primeiro prefeito eleito pela população para a cidade do Recife. Nesse mesmo período as ligas camponesas agitavam aos meios rurais no estado de Pernambuco. O país se encontrava em estado de sítio depois da tentativa de golpe frustrada pelo General Henrique Teixeira Lott. O clima de instabilidade política assombrava parte da população. E no cenário pernambucano, mais uma vez, a polícia vai buscar de algum modo dar respostas a essas movimentações políticas que geravam desconforto nas elites pernambucanas, especificamente os feitos alcançados pelo partido comunista.

Desse modo, a apreensão feita ao Comitê Regional vai dar início a uma série de estratégias na tentativa de frear o crescimento da influência dos comunistas em diversos setores da sociedade através do fortalecimento do discurso anticomunista e da própria estrutura policial. Dessa forma, logo após a queda do Comitê Regional em seu relatório o Delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima sinaliza seu entendimento em relação à apreensão e seus impactos futuros:

Sempre há que aprender neste complexo sistema de conspiração comunista. Os documentos hora apreendidos do Comitê Regional de Pernambuco do P.C.B., servirão para uma melhor orientação nos trabalhos afetos a essa delegacia. Estamos convictos que os comunistas não cessarão suas atividades em nosso Estado. Em resultado da diligência agora realizada, verificar-se-á uma pausa. Apenas uma pausa. Dentro de alguns meses, voltarão a carga com elementos novos, orientados pelo órgão superior do Partido, ou seja o “Comitê Nacional”. Nossos conhecimentos enriquecidos agora com o conteúdo dos documentos apreendidos, nos permitirão enfrentar

os comunistas com argumentos novos e a ação, estamos certos, será profícua.<sup>126</sup>

Nesse momento, o delegado acreditava que de posse das informações contidas no conjunto dos materiais apreendidos ele poderia combater de modo mais eficaz e as ações que se seguiriam trariam significativas vantagens para a polícia, num contexto onde existiam dois blocos, os que buscavam a manutenção da ordem estabelecida, que visava garantir privilégios aos grupos mais favorecidos, e os que buscavam modificar essa ordem a partir de uma revolução proletária instituindo uma sociedade aparentemente mais igualitária, através da retirada das elites mais privilegiadas dos cargos de governo. Ambas as ações são de matriz política, onde um grupo busca ascender a espaços de maior fluxo poder e o outro busca conservar-se nesses espaços mantendo seus privilégios.

Nos meses que se seguiram a polícia iria partir para uma estratégia que buscava desconstruir a imagem do partido e seus integrantes a fim de diminuir sua influência política na sociedade pernambucana, agora que as eleições para governador do estado estavam próximas. Quem ocupava o cargo de governador nesse momento era o General Cordeiro de Farias, figura ligada as alas conservadoras da Escola Superior de Guerra que legitimaria as ações que se seguiriam. É nesse contexto, que daí em diante passou-se a efetivar atos de repressão a qualquer grupo que tivesse alguma ligação com o comunismo.

A organização varejada pela Polícia intitula-se Partido Operário Revolucionário e embora também de origem comunista conforme constataram as autoridades policiais, pela farta documentação apreendida, é composta por elementos contrários a Luiz Carlos Prestes. Pertencem esses elementos a ala trotskista, outra organização do comunismo avessa ao Partido Comunista do Brasil. Notaram ainda os policiais que, dos muitos documentos apreendidos, constam severos ataques e críticas ao leader comunista Luiz Carlos Prestes.<sup>127</sup>

Dessa forma, a Secretaria de Segurança Pública daria segmento às aspirações do Delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima dando aval para o recrudescimento das forças policiais sob os comunistas. Tarefa que seria executada não só a partir de ações nas ruas, mas que englobaria outros elementos. Nesse sentido, podemos identificar a adoção de quatro linhas de ação para a manutenção e fortalecimento do principal dispositivo pelo qual o Estado monitora e reprime seus opositores, sinalizando assim um regime cada vez mais autoritário.

<sup>126</sup> Relatório da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco atribuído ao então Delegado Auxiliar Álvaro Gonçalves da Costa Lima. Recife, 14 de janeiro de 1956. **Memorial da Justiça (Pernambuco)**. BR PEMJ 3VCR PJUD APELAÇÃO CR 1546, cx. 2000, Recife, 04/02/1956.

<sup>127</sup> O GOVERNO disposto a agir: a ordem é desarticular as células comunistas. **Jornal Pequeno**. Recife, 3 fev. 1956. Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.

A primeira seria a publicação do resultado das ações da polícia contra os comunistas no *Jornal Pequeno*. Em segundo lugar, a produção do livro *Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco*, que seria disseminado nas instituições divulgando a apreensão feita em 1956 e seus desdobramentos. A terceira a disseminação das ações e fortalecimento das ideologias em torno da instituição policial através da *Revista Policial de Pernambuco*. Por fim a implantação de uma estrutura voltada para o fortalecimento institucional do corpo policial através de sua respectiva capacitação que culminaria na fundação da Escola de Polícia de Pernambuco.

### 3.1.2 JORNAL PEQUENO

No que diz respeito ao *Jornal Pequeno* suas publicações tinham ligações objetivas com a polícia. Esta por sua vez selecionou e liberou materiais relacionados à apreensão feita a Comitê Regional. Sempre que eram liberados tais materiais, eles estampavam a capa do jornal em letras garrafais. Esse tipo de ação policial buscava construir em torno dos integrantes do Partido Comunista o outro conveniente, desumanizando-o, caracterizando-os com elementos que não condiziam com parâmetros socialmente aceitáveis para a época. Fazia-se oposição a moral, a religião, bem como outros aspectos comportamentais em torno do indivíduo. Essa atitude tinha por finalidade consolidar um alibi para a agressão. E esse é um aspecto que segundo Peter Gay, “através dos séculos, os políticos vêm explorando esse traço humano. Sabendo que o ódio pode ser cultivado com um propósito, eles constroem inimigos para promover a concórdia interna.”<sup>128</sup>

Sendo assim, estampavam a capa dos jornais com autobiografias dando destaque a trechos pré-selecionados com o intuito de formar uma imagem dos integrantes do Partido Comunista através de uma construção discursiva que visava desconfigurar o cidadão atribuindo-lhe aspectos antissociais.

Zilda Célia Dubourq Santana em sua biografia: “Era uma crente sincera até que a doutrina da predestinação tornou-me um absurdo e a venda foi tirada.”  
Participou da Conferência Latino Americana – Não teve orientação religiosa

---

<sup>128</sup> GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 76.

até os 15 anos e trabalhou como Rádio-Atriz – (Quinta de uma série de “Auto-Biografias.”)<sup>129</sup>

Nesse caso, o processo de demonização do militante comunista na sociedade perpassa a questão religiosa, onde se busca destacar trechos em que o membro do Partido aparentemente se opõe a princípios cristãos que davam suporte a formação de parte da sociedade pernambucana. Buscava-se assim, desconstruir sua personalidade atribuindo-lhe estigmas de perigo a sociedade. Desse modo, os cristãos veriam nessa militante o oposto de suas convicções, os integrantes do PCB seriam, por sua simples existência, uma agressão aos princípios cristãos dando margem à construção do ódio entre os grupos sociais e abrindo espaço para possíveis agressões. Noutros momentos, buscava-se tecer relações entre partidos como o PTB com os comunistas. Essa ação poderia beneficiar objetivamente o PSD que era o principal opositor do comunismo e representava a ala mais conservadora no estado de Pernambuco.

“Jóias” da Literatura comunista. O Deputado Clodomir Moraes em sua autobiografia: “Acabrunha-me o fato dos meus próprios feitos...” Agitador confesso autor do desvio de documentos secretos do Quartel da 2ª RM – fugido de Salvador – organizador de células nas redações dos jornais. Publicamos a seguir a “autobiografia” do sr. Clodomir Moraes, jornalista, atualmente com assento na Câmara Estadual, eleito na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro. [...] Como todas as demais, o seu interesse reside no fato de ter sido ela escrita pelo próprio “biografado”, tratando-se, portanto, de documentos de incontestável exatidão. Não faremos comentários estes serão feitos pelos próprios leitores destas publicações. BIOGRAFIA CLODOMIR MORAIS – Sumula de minha formação política – trabalhos anônimos sem orientação nenhuma do PCB a não ser por intermédio dos jornais da Imprensa Popular e pela leitura de livros comunistas.

Dessa forma, através dos jornais a polícia libera tais documentos para a imprensa a fim de desqualificar o membro do PTB associando-o ao estigma comunista, contribuindo para a instabilidade política através da manipulação da opinião pública. No entanto, havia relações de cooperação ou boa convivência em alguns momentos políticos do PTB com os integrantes do PCB e até mesmo de outros partidos como a UDN e o próprio PSD. Nesse caso, existia uma lacuna significativa entre as práticas e o discurso político no em Pernambuco. Questões estratégicas e de interesses políticos vão gerar distanciamento ou aproximação entre as práticas e os discursos apresentados por figuras políticas do estado. Nesse sentido:

É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que tem como uma de suas funções

---

<sup>129</sup> “ERA uma crente sincera até que a doutrina da predestinação tornou-me um absurdo e a venda foi tirada.” **Jornal Pequeno**. Recife, p. 1, 5 mai. 1956. Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.

primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações.<sup>130</sup>

Essa dinâmica, muitas vezes conflituosa entre a prática e o discurso em relação aos partidos políticos, no tocante as aliança e aproximação política envolvendo núcleos conservadores e o PCB, se intensificam por volta de 1952, momento em que os comunistas buscavam ampliar sua influência nas bases do operariado.<sup>131</sup> Porém, isso não faz do PTB um partido que tinha como diretrizes apenas orientações políticas oriundas dos comunistas. É só lembrar que em sua concepção o PTB tinha por objetivo ocupar o espaço que era amplamente trabalhado pelos comunistas nos sindicatos e na representação das reivindicações dos trabalhadores. Ou seja, a questão aqui lançada não é a existência da relação nem muito menos sua amplitude. A problemática é como o Estado buscou explorar essa questão transformando-a num discurso dualista? Onde quem estabelecesse contato com os comunistas representavam a desordem e a insegurança e seus opositores seriam os representantes do desenvolvimento, da moral e da ordem pública. É produzindo e explorando esse discurso maniqueísta que vai se buscar ampliar a sensação de insegurança por parte daqueles que buscavam justificar com tal afirmativa a necessidade do acréscimo dos dispositivos de repressão do Estado.

Sendo assim, noutra publicação do citado jornal, podemos notar como se explora essa questão mais uma vez associando a insegurança à presença comunista. No título da matéria insinua-se que caso os comunistas assumissem o poder cabeças iriam rolar na foice. Desse modo, cria-se em tono dos comunistas uma imagem associada à violência cultivando o ódio na sociedade pernambucana àqueles ligados ao PCB. Esta atitude visava construir as bases para justificar o uso da violência por parte do Estado como parte do processo de exclusão social desses cidadãos. Essa corrida discursiva faz parte das ações desenvolvidas por um corpo de administração pública que buscava consolidar um Estado que se dizia democrático, mas guardava características coercitivas e conseqüentemente opressoras.

Essas ações envoltas na necessidade de afirmar que o povo estava à mercê dos comunistas não tocava apenas o panorama político estadual. A construção discursiva ultrapassava as fronteiras locais trazendo elementos do cenário político federal para reforçar a opinião pública pernambucana em relação ao quadro de segurança pública daquele período,

---

<sup>130</sup> BERSTEIN, Serge. Os partidos. In RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. Ed. – Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003, p. 61.

<sup>131</sup> SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 67.



como forma de ampliar as bases para o fortalecimento da polícia política e de outros quadros que envolviam a vigilância das ações da população, como está veremos a seguir:

É uma vergonha. Mas é verdade. Udenistas e trabalhistas dão-se as mãos quando se trata de favorecer o comunismo. Na Câmara Federal o líder da maioria Vieira de Melo apresentou um projeto de anistia para os implicados no Golpe do Clube da Lanterna. [...] Na quarta feira, o líder da maioria dizia que iria sustentar o projeto sem as emendas udenistas e petebistas (mascaras do comunismo) [...] Os da UDN e do PTB uniram-se fortemente e trataram de arrastar os do PSD. Era esse o ambiente da quarta-feira. Felizmente não conseguiram de maneira completa e a anistia para os comunistas foi rejeitada pela Câmara embora pela diferença de 6 votos apenas.[...] JÂNIO QUADROS TAMBÉM NO JOGO DE MOSCOU - O cabo eleitoral de Juarez Távora, Jânio Quadros que pode ter iludido todo mundo, como comunista que é também pôs as manguinhas de fora. [...] Os institutos estão minados pelos vermelhos. Os sindicatos nas mãos da Rússia Soviética. O funcionalismo do Ministério do Trabalho, gradativamente, através dos diversos governos da república, conta com larga porcentagem de bolchevistas. DEPUTADOS FEDERAIS VÃO A RUSSIA – Um grupo de desavergonhados da Câmara Federal, pertencentes ao PSD, à UDN, ao PTB e ao PSP, acabam de seguir para a Rússia, devendo outros acompanhá-los as pegadas. Em outro local damos os nomes desses brasileiros irresponsáveis que abrem com seu exemplo oportunidade para que muitos e muitos salafriários vão também receber lições da URSS.<sup>132</sup>

Os partidos políticos citados acima, embora muitos deles tenham se posicionado em relação ao campo político como anticomunistas, como é o caso do PSD e UDN e do próprio PTB que entrou com o processo de cassação do PCB em 1947, nesse momento, foram associados diretamente com os comunistas enquadrando-os no discurso dualista entre o bem e mal. Essa questão estava ligada objetivamente ao cenário político presidencial vivenciado em 1955, onde os comunistas apoiaram a candidatura de Juscelino Kubitschek (PSD – PTB) que foi eleito com uma pequena vantagem em relação a Juarez Távora (PSP), seguidos do candidato Ademar de Barros (UDN), este com significativa quantidade de votos.<sup>133</sup> É a partir daí que se amplia ainda mais as ações de vigilância em torno dos integrantes do PCB que culminaria no início de 1956 com a apreensão feita ao Comitê Regional em Pernambuco. O resultado dessa ação vai reforçar esse discurso que atingiria qualquer instância onde se conseguisse estabelecer algum tipo de vínculo com integrantes do partido comunista, como foi o caso da candidatura de Juscelino Kubitschek e seu vice João Goulart.

A partir desse momento, observa-se a intensificação da disseminação de um quadro de instabilidade e insegurança política justificado pela presença do comunismo no estado de

<sup>132</sup> PREPAREM o pescoço para o cutelo: O comunismo avança no Brasil enquanto os “pais da pátria” dormem. **Jornal Pequeno**. Recife, p. 3. 15 mai. 1956. Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.

<sup>133</sup> SEGATTO, op. cit., 1989, p. 74.

Pernambuco. Dessa forma, buscava-se desqualificar o campo político como uma saída através da qual pudessem ser sanados os conflitos existentes daquele período. Para o jornal os partidos políticos mais representativos no cenário pernambucano tinham integrantes ligados aos comunistas. Dessa forma, fazia-se alusão à instabilidade e a insegurança e buscava-se assim disseminar a necessidade de atuações mais enérgicas por parte dos governantes. Nesse caso, essas ações passariam pelo fortalecimento da polícia, garantido a ordem estabelecida através do uso de um corpo policial mais qualificado para desenvolver tais ações, como já vinha sendo solicitado através dos jornais. Desse modo, esse meio de comunicação, especificamente o *Jornal Pequeno*, vinha sendo amplamente utilizado com finalidades múltiplas em favor da polícia, disseminando um discurso de instabilidade política e insegurança envolta no anticomunismo. Essa ação visava o recrudescimento do Estado para a manutenção dos locais de maior fluxo de poder com os quais as elites políticas poderiam se fortalecer em torno de partidos como o PSD, por exemplo, que tinham sua força política estabelecida no interior do estado através dos grandes latifundiários que defendiam seus interesses em detrimento do trabalhador do campo.

### 3.1.3 O LIVRO: ASPECTOS DA ATIVIDADE DO PARTIDO COMUNISTA EM PERNAMBUCO

Da apreensão feita no Comitê Regional e das experiências adquiridas até aquele período foi produzido um livro denominado *Aspectos da Atividade do Partido Comunista em Pernambuco*. Esse material seria apresentado na II Conferência Nacional de Polícia, por Álvaro Gonçalves da Costa Lima, Armando Hermes Ribeiro Samico e Francisco de Assis Lima. Esse livro contém a sistematização das informações levantadas a partir do material apreendido no Comitê Regional e a partir dela se desenvolve todo um discurso baseado no acúmulo de experiências oriundas do contato com os comunistas no estado, construindo assim um trajeto histórico desses embates entre o Partido Comunista e a polícia política pernambucana. Esse material é mais um suporte que busca estabelecer a construção de uma verdade autoritária institucionalizada e sua distribuição que segundo Michel Foucault, esse discurso “tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que

um poder de coerção.”<sup>134</sup> Nesse sentido, o livro se torna mais um dispositivo pelo qual o fluxo de poder do Estado age coagindo e enquadrando seus leitores no modelo de ordem desejado para a sociedade daquele período. Sua função é reprimir outros discursos, influenciar, induzir a agressão em face da instituição de uma verdade que faz parte da dinâmica de exclusão das dissidências políticas do contexto social pernambucano.

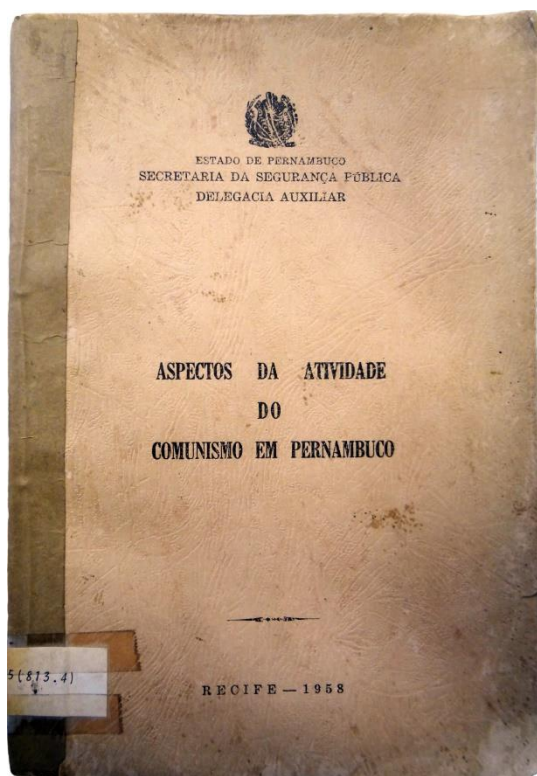


Figura 19 - Livro produzido pela Polícia Política de Pernambuco em 1958.<sup>135</sup>

Na introdução do livro é possível observar a inclinação da polícia para o estudo de seu inimigo a fim de combatê-lo, tendo como eixo a difusão do conhecimento adquirido para a população de modo geral. Esse conhecimento em grande parte é oriundo das ações desenvolvidas pelos investigadores de polícia ao longo do tempo no estado. Nesse período, outro objetivo era estabelecer a troca de informações com as polícias dos outros estados, que segundo os autores deveriam fazer o mesmo a fim de fortalecer as instituições a serviço da segurança pública:

<sup>134</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 22 ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 17.

<sup>135</sup> LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa et al. **Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco**. 1ª Edição. Recife, 1958. Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.

O estudo da infiltração comunista em Pernambuco e sua constante atividade na perturbação da ordem social, com o fim específico de tentar obter uma radical mudança da ordem política, merece de ser feito com a maior amplitude possível, e, ainda, de ser difundido não somente entre aqueles que tem postos de defesa do regime e cargos na administração da Segurança Pública, mas essa difusão deve ser feita sobretudo entre o povo em geral: desde as elites culturais até as massas trabalhadoras; [...] Todavia competemos apenas estudar o problema dentro dos nossos limites estaduais, onde temos um dos centros mais importantes das atividades comunistas no país.<sup>136</sup>

A polícia direciona energias para sistematizar as informações adquiridas a partir dos documentos apreendidos no Comitê Regional. Em seguida, produzem esse livro com o intuito de difundir seus conhecimentos sobre a atuação do Partido Comunista no estado ampliando o discurso em torno da insegurança de acordo com a forma como apresentam a inserção do Partido Comunista no estado. Este material faz parte do desenvolvimento de novos modos de governo da população, dada à persistência das dissidências políticas naquele período. A instrumentalização dos saberes adquiridos pela polícia compilados nesse livro sugere o esforço por manter o monitoramento e controle da sociedade através dos dispositivos de segurança do Estado.

A apresentação desse livro na conferência nacional de polícia no ano de 1958 indica uma articulação, onde a troca de experiências e informações poderia trazer o aprimoramento das formas de atuação das quais a polícia pudesse fazer uso. No ano de 1950, essa tendência em aprimorar as ações da polícia já se fazia sentir noutros locais do país, como no Rio de Janeiro por exemplo. Neste local tinham-se notícias provenientes de que sua Escola de Polícia desenvolvia novos métodos que visavam à ampliação das práticas da polícia, que segundo eles, evitavam desvios de conduta por parte dos agentes do estado na busca por extrair informações dos presos. Nesse caso, se referindo ao uso da violência:

Como se sabe, o psiquiatra está fazendo, na Argentina e no Chile, uma série de conferências e palestras sobre os novos métodos de investigação policial, pugnando, com ardor, pela substituição do regime da pancada por métodos mais racionais de pesquisa da verdade. De início disse-nos o Sr. Cláudio de Araujo Lima: [...] O tema que escolhi provocou vivo interesse no meio universitário daquela cidade, pois decidi abordar a questão do papel que deve ter o psiquiatra na eficiência da ação policial, seja preventiva ou repressiva [...] Realmente causou uma profunda impressão, entre os psiquiatras argentinos, saber que na Escola de Polícia, cuja organização se deve ao ilustre Silvio Terra, existe uma cadeira de Psicologia Judiciária, que eu tenho a honra de ocupar, e em cujo exercício o militar que dirige o Departamento Federal de Segurança Pública me tem permitido a mais ampla liberdade de opinião, da qual me tenho valido para esclarecer, como

---

<sup>136</sup> LIMA, op. cit. 1958, p. 5-6.

psiquiatra, as razões profundas que podem levar o representante da lei a prática da violência e os meios de prevenirem os desvios éticos de conduta, para maior eficiência de sua missão de velar pela segurança da sociedade sem esquecer o respeito que se deve, quase religiosamente, a integridade da pessoa humana.<sup>137</sup>

Nesse sentido, já se pode notar a inserção de novos métodos que levavam em consideração questões do âmbito psicológico. Iniciava-se uma nova perspectiva na forma como se abordaria o ato de governar os corpos. A aparente ineficácia dos métodos utilizados até aquele momento, aliado a necessidade de atender a demandas de grupos políticos e de combate aos avanços do comunismo levam o Estado a modificar suas formas de controlar e sujeitar os indivíduos a sua ordem.

Essa sujeição não é obtida pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre os elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem de terror, e no entanto continuar sendo física. Quer dizer que pode haver um saber do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar de tecnologia política do corpo.<sup>138</sup>

A difusão do livro e a própria conferência de polícia vai desenvolver novas tecnologias políticas voltadas para o governo da população. É o Estado em suas várias instâncias orquestrando situações que produziriam condições e possibilidades de adestrar os corpos através dos saberes constituídos durante os embates políticos ao longo do tempo. Vale salientar que a II Conferência de Polícia do Brasil ocorreu em março de 1958 no Rio de Janeiro, local de origem dessa nova linha de pensamento da prática policial. Nesse evento, outro fato importante foi a presença do então presidente Juscelino Kubitschek, o que sinaliza um apoio por parte do Governo Federal quanto a realização daquele, evento.<sup>139</sup> A execução desse evento sinaliza a adesão de ações de combate ao comunismo e o desenvolvimento de novas tecnologias políticas que seriam aplicadas através da polícia política pelo Estado. Essas novas práticas seriam implementadas mesmo com o presidente eleito tendo sido apoiado pelos comunistas na sua candidatura. Este acontecimento demonstra a complexidade em torno dos programas políticos, das condições em que eles se originam e de suas rupturas com a prática

<sup>137</sup> IMPRESSIONADOS os psiquiatras argentinos com a atuação dos médicos-legalistas brasileiros: a escola de polícia e o instituto médico-legal. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro, p. 3-6, 7 jun. 1950. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/221961\\_03/3457](http://memoria.bn.br/DocReader/221961_03/3457) >. Acessado em: 10/07/2016.

<sup>138</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Introdução e revisão técnica Roberto Machado. – 26 ed. -- Rio São Paulo: Graal, 2013, p. 29.

<sup>139</sup> DESTACADA atuação da delegação fluminense a II Conferência de Polícia. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro, p.15, 28 mai. 1958. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_03&PagFis=63266](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_03&PagFis=63266) >. Acessado em: 10/07/2016.

política. É nesse, momento que o historiador tem de estar alerta para compreensão dos fenômenos históricos em torno dos fatos.<sup>140</sup> Atender os anseios dos diversos grupos envolvidos na sociedade e as demandas específicas de cada grupo, gera a necessidade da mediação política. Essa necessidade se expressa em discursos que aparentemente visam atender a tais demandas, mas que, no entanto, as praticas de governo atendem a outros interesses que não o da grande massa populacional como é o caso desse período.

Na conferência de polícia, a dinâmica se dava a partir da apresentação de materiais como teses e trabalhos levados por representantes das polícias estaduais. Tendo acesso a esses materiais e compartilhando os conhecimentos acumulados em seus estados os agentes a partir daí promoviam propostas para ações futuras. Nessa conferência dentre os assuntos apresentados discutiram-se temas como a maconha, o jogo do bicho e o combate ao comunismo.

O livro levado pela polícia pernambucana a datado de 1958 teve uma segunda edição publicada em 1975, com apenas duas diferenças: o posicionamento do organograma que representava a estrutura do Partido Comunista no estado, que se encontra na última página do livro, e sua amplitude em relação à estrutura do PCB apresentada na edição de 1958. Nesta edição o organograma estava disposto entre o final do segundo tópico e o início do terceiro tópico do livro. Vale salientar que o organograma presente no livro de 1958 é idêntico ao apresentado no capítulo anterior datado de 1956. Tratadas as diferenças entre as duas versões, temos a seguir o índice da publicação datada de 1958 disposta da seguinte forma:

– INTRODUÇÃO

I – FASES DA ATIVIDADE DO PARTIDO COMUNISTA EM PERNAMBUCO

II– ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO EM PERNAMBUCO

III – A QUEDA DE 6 DE JANEIRO E SUAS CONSEQUÊNCIAS. (Cópia da sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. José Antônio de Serra Ferraz, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal do Recife, contra os réus Ivo Carneiro Valença, Hugo Ferreira, Aristides Ferreira Alves e Antônio Pereira da Silva.)

IV – RECRUTAMENTO E PREPARO DE ADEPTOS, CURSOS. (“Relatório da 4ª Turma do Curso Stalin.”)

V – AUTOBIOGRAFIAS

VI – DOCUMENTAÇÃO

---

<sup>140</sup> BERSTEIN, op. cit. 2003, p. 61.

### – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num primeiro capítulo, discorrem sobre todo trajeto de embates com o partido comunista no estado dentro do contexto político e social a partir daquilo que conheciam do funcionamento interno do partido. Em seguida, dispõem sobre as divisões hierárquicas estruturais, partindo do Comitê Central até as organizações de base. Uma condição essencial para a existência de um partido político, distinguindo-lhe daquilo que podemos conceituar como forças políticas.

Durante a narrativa a polícia vai dar espaço para a Escola de Capacitação Política, que segundo eles eram duas e as descreviam desse modo: “A Escola de Capacitação Política subordinava-se diretamente ao Comitê Regional e não a Comissão de Educação, havendo na capital, uma outra Escola integrante do Comitê de Zona do Recife.”<sup>141</sup> A escola de Capacitação Política é um órgão importante do Partido pois desenvolvia a função primordial de transmitir suas diretrizes entre seus membros e esse é um dos aspectos o que garante sua permanência na sociedade. Ela é a estrutura pela qual o Partido vai transmitir sua cultura política fortalecendo sua identidade em torno de seus militantes.<sup>142</sup> Desse modo, a polícia abre um espaço específico em sua narrativa para tal questão observando suas práticas para a partir daí montar estratégias a fim de desarticular as estruturas políticas dissidentes representadas nesse caso pelo Partido Comunista.

O terceiro capítulo foi dedicado exclusivamente à narrativa da queda do Comitê Regional de Pernambuco e suas consequências, descrevendo de que maneira a polícia pernambucana atuou após a queda do Comitê Regional e como isso impactou nas ações do PCB em Pernambuco. Em seguida, transcrevem o processo impetrado contra os militantes presos na ação de 6 de janeiro de 1956, junto com uma série de documentos apreendidos, exemplificando ao modo da polícia o que seria o Partido Comunista no Estado, seus planos e formas de inserção a partir dos documentos do próprio PCB.

Ainda nesse tópico a polícia dá ênfase aos cursos ministrados na Escola de Capacitação Política. Tratam de descrever o relatório da 4ª turma do curso Stalin que contém entre outras informações um balanço dos cursos realizados em Pernambuco no ano de 1953 pelo PCB. Nesse balanço, segundo a transcrição documental da DOPS, o partido realizou um total de 15 cursos atingindo 177 alunos. Logo, prosseguem com documentos relacionados à

---

<sup>141</sup> LIMA, op. cit. 1975, p. 24.

<sup>142</sup> BERSTEIN, op. cit. 2003, p. 69.

dita escola que abordavam a necessidade de se fortalecer o campo teórico ideológico. Estes documentos traziam também orientações e métodos de estudos coletivos e individuais, e orientava o militante sobre como ele deveria estudar documentos vindo da direção do PCB. Ainda são lançados nesse conjunto materiais que seguem discorrendo sobre assuntos relacionados à Escola de Capacitação Política, no que diz respeito a subestimação da educação e um plano de educação para o segundo semestre do ano de 1953. A seguir, podemos ver uma fotografia de parte do material apreendido pela polícia que era utilizado para a formação dos quadros do Partido Comunista através de sua Escola de Capacitação Política em Pernambuco.



Figura 20- Fotografia produzida pela polícia do material apreendido na Escola de Capacitação Política<sup>143</sup>

Essa fotografia, a partir da seleção prévia do fotógrafo, busca dar ênfase a objetos que possuem na cultura política do período significados distintos para os diversos extratos sociais.<sup>144</sup> O uso desta imagem por parte da polícia tinha por finalidade ampliar a necessidade de investimentos em torno da segurança nacional ao construir uma narrativa em volta do preparo especializado por parte dos integrantes do Partido Comunista para atuação no campo político. Esse discurso, além de reforçar a questão da segurança, perpassa a ausência de uma escola de preparação para a Polícia Política pernambucana. Para Boris Kossoy:

<sup>143</sup> Fotografia de parte do material apreendido no Comitê Regional do Partido Comunista em Pernambuco relacionado a Escola de Capacitação Política. **Prontuário Funcional nº 1574**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

<sup>144</sup> MAUAD, Ana Maria. “O século faz 50 anos”: fotografia e cultura política em 1950. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 14, nº 27, 1994. p. 137.



Qualquer que seja o assunto registrado na fotografia, esta também documentará a visão de mundo do fotógrafo. A fotografia é, pois, um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca de seu autor.<sup>145</sup>

Nesse sentido, para além do registro do local e material apreendido a fotografia compõe o discurso que visava justificar a ampliação da estrutura policial no estado, baseado na disseminação da insegurança e da desordem atribuída à presença comunista. Para aqueles que viam o comunismo como um perigo eminente a ser retirado do convívio social, a fotografia passou a ser um dispositivo que auxiliou na construção dos argumentos de insegurança nacional para a consolidação de um projeto maior que era a erradicação dos dissidentes políticos.

Todos os tópicos seguintes contidos no relatório dos Cursos Stalin seguem a vertente de consolidar o hábito de estudo que fortaleceriam o militante quanto as suas convicções revolucionárias. De modo geral, esses últimos tópicos faziam parte de uma autocrítica que indicava a necessidade de se formar quadros sólidos, e esses só seriam alcançados através da educação que se disponibilizava por via da Escola de Capacitação Política. Ela tinha uma função que engloba vários elementos essenciais para a estrutura partidária: seu estatuto, suas leituras em torno de seu projeto global, as normas comportamentais e procedimentos dentro do próprio partido.

Todos esses elementos fazem parte da cultura política e podem ser cruciais para sua permanência ou extinção de um partido político na sociedade. Nesse sentido, “o conjunto desses elementos, que o partido se esforça naturalmente por conservar, permite-lhe adquirir uma força considerável e sobreviver durante longo tempo ao desaparecimento das condições precisas que favoreceram seu nascimento.”<sup>146</sup> Era esse aspecto que era enfatizado pela polícia justificando a relevância dada a questão. Dessa forma, isto indica que naquele momento buscava-se compreender a chave em torno da permanência do comunismo para a partir dela se trabalhar a fim de removê-lo da sociedade.

No processo que engloba as questões em torno da apropriação de conteúdos e sua posterior sistematização, o livro Aspectos da Atividade do Partido Comunista em Pernambuco vai cumprir a função de estabelecer um fluxo de poder que desencadeará o surgimento de

---

<sup>145</sup> KOSSOY, Borys. **Fotografia & História**. - 4. Ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, p. 52.

<sup>146</sup> BERSTEIN, op. cit. 2003, p. 69.

novas estruturas com a finalidade de complementar os dispositivos de repressão já existentes. Sendo assim, segundo Michel Foucault, temos que admitir que o poder produz saber “[...] que poder e saber estão diretamente implicados, que não há relação de poder sem uma relação correlata de campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”<sup>147</sup>. O fluxo de poder e as possibilidades por ele gerada garantem o desenvolvimento de métodos que criam elementos capazes de modificar as relações de poder entre os indivíduos, ampliando ou diminuindo sua expressão nas ações cotidianas de grupos, entidades ou instituições como é o caso da polícia nesse período.

Portanto, é através dos conteúdos adquiridos a partir da queda do Comitê Regional, somados a elementos como: o anticomunismo, interesses políticos de cunho conservador, novas linhas de pensamento em torno das práticas policiais, informações em torno das práticas de seu principal oponente, é que a polícia vai buscando consolidar seu discurso em função do Estado e em torno de seu reaparelhamento. Para isso, trabalha na difusão da sensação de insegurança através dos jornais, expondo autobiografias dos militantes e sua inserção social, num jogo discursivo que englobava toda sociedade numa concepção dualista onde, quem não faz oposição a ordem estabelecida faz parte do bem, enquanto os outros representam o mal. Em paralelo, para além dessas questões o Estado vai desenvolvendo em outras formas de combate às dissidências políticas, especificamente em Pernambuco.

### 3.1.4 REVISTA POLICIAL DE PERNAMBUCO

A Revista Policial de Pernambuco circulava nos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia desde o início da década de 1930. Sua função inicial era de informar a população sobre os acontecimentos relacionados ao universo policial. No decorrer do tempo ela assume outras funções. Mas um elemento bem comum em suas edições é a presença em suas páginas de homenagens direcionadas a figuras expressivas do cenário político e militar. Para além disso, a revista publicava matérias sobre crimes e fatos relacionados com o cotidiano em escala local, regional e nacional. Embora reforce o discurso da imparcialidade buscava parcerias que atendiam as demandas e interesses políticos do momento os quais seriam estampadas em suas páginas.

---

<sup>147</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 30.

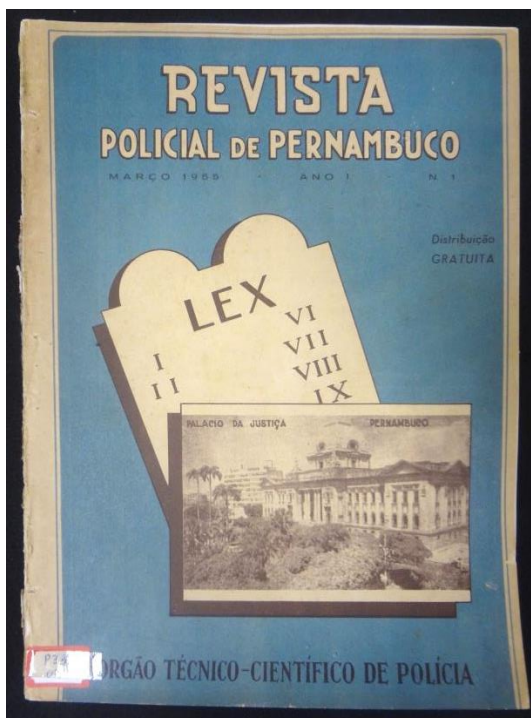


Figura 21 Capa da Revista Policial de Pernambuco de março de 1955.

Nesse período ela tinha sua distribuição gratuita, no entanto, noutros momentos poderia ser cobrado um valor para sua obtenção. Embora tivesse matérias voltadas para informar a população, aparentemente esse editorial era direcionado muito mais para as instituições do Estado, ligadas em sua grande maioria a segurança e administração pública. Dessa forma, ela não deixaria de fazer parte do processo que estava se instituindo nos anos que se seguiram as ações policiais citadas anteriormente.

No decorrer do tempo ela seria mais um veículo de informação servindo para reforçar o discurso da segurança nacional tendo como base o anticomunismo e o “perigo vermelho”, com a finalidade de auxiliar o Estado, que buscava atingir o objetivo de aparelhar sua polícia. Desse modo, suas páginas apresentam conteúdos que reforçam a presença do Estado promovendo as ações do corpo policial. Desse modo, ela está muito mais ligada ao fortalecimento da polícia e das instituições ligadas ao Estado do que voltada para o benefício da sociedade como um todo.

Nesse sentido, em suas páginas encontramos discursos que apelam para um posicionamento firme em relação ao universo policial no discurso dualista desenvolvido pela própria polícia: “Uma verdadeira polícia civil representa para o governo seu principal

sustentáculo. Assim não deve haver meio termo para os desleais e duvidosos”<sup>148</sup> Esse discurso vem, reforçar a necessidade do fortalecimento dos ideais em torno dos policiais. O que de certa forma está de acordo com os discursos lançados nos jornais solicitando o aprimoramento da polícia através da instauração da EPP. Vale salientar que, nesse período, a efervescência política girava em torno da participação do PCB na Frente do Recife e a candidatura de JK numa coligação política envolvendo PTB e PSD. Logo, para o Estado, o policial civil deveria estar plenamente consciente do seu posicionamento, deveria ser leal aos interesses políticos que envolvem a corporação, não havendo meio termo para os desleais. É esse discurso investido de poder que vai atuar sobre os integrantes da corporação como uma tecnologia política do corpo controlando-os e submetendo-os aos interesses do Estado.<sup>149</sup>

Contudo, o fato é que a Queda do Comitê Regional também estaria presente nas páginas da Revista Policial de Pernambuco. Essa aparição se daria com a aproximação das eleições previstas para 1958. No intuito de frear as ações políticas que davam indícios da futura retirada do PSD do governo de Pernambuco, o Estado busca rememorar a investida policial de 1956, na tentativa de deturpar a imagem dos opositores políticos associando-os ao comunismo. Desse modo, são publicados fotos do material apreendido, bem como, de locais que funcionavam como aparelhos do PCB e de integrantes do Partido presos nas ações que se desenvolveram durante todo o ano de 1956, incluindo o responsável pela articulação das ações citadas, o delegado auxiliar Álvaro Gonçalves da Costa Lima, para não deixar de lado a questão do fortalecimento da polícia como instituição do Estado.



Figura 22 - Foto do Delegado Auxiliar publicada na Revista Policial de Pernambuco.<sup>150</sup>

<sup>148</sup> NONY. Doutrina Revolucionária. Revista Policial de Pernambuco. **Prontuário Funcional 31.384**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

<sup>149</sup> FOUCAULT, op. cit. 2013, p. 29.

<sup>150</sup> O COMUNISMO tem em mira a dominação do mundo. Revista Policial de Pernambuco. Recife, nº 25, p. 20, jan. 1958. **Prontuário Funcional 31.384**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Tratando especificamente da função desenvolvida pela fotografia nas revistas durante o período da década de 1950. A relação existente entre a fotografia e o texto e sua forma de apresentação expressava a cultura política do período de redemocratização:

“Cuja marca democrática é a segurança da diferença: entre os puros e os impuros, entre os malandros e os trabalhadores, entre os heróis e os canalhas e entre os que possuem e os despossuídos. Uma profusão de significados que se antagonizam num contexto múltiplo de ampla transformação.”<sup>151</sup>

Nesse sentido, a Revista Policial ao expor a figura do delegado visava criar nele a figura do herói, com a finalidade de produzir a partir disso um modelo a ser seguido institucionalmente em oposição aos comunistas e opositores da ordem estabelecida. Essas ações de cunho político desenvolvidas por parte da polícia presentes na Revista Policial de Pernambuco buscava reforçar o anticomunismo e consolidar a presença das instituições do Estado, a fim de garantir a continuidade de uma linha política gerida pelo PSD no estado pernambucano tendo em vista a proximidade da campanha eleitoral para governador. Esse esforço estratégico se deu, além de tudo, devido o impacto político da Frente do Recife e da participação ativa dos comunistas que desestruturam a dinâmica de como era desenvolvida a prática de gestão pública até então por parte de partidos políticos tradicionais no cenário pernambucano:

O estilo de governo de que Pelópidas Silveira inaugura, de contato direto com a população, para debater a cerca de suas demandas, provocará reação imediata na maioria dos vereadores. [...] O debate público das demandas dos bairros pobres, por intermédio da representação popular direta, rompe com a prática clientelista que garantia até então a base eleitoral de cada vereador.<sup>152</sup>

A Frente do Recife iniciou um processo de ruptura na hegemonia política do partido que vinha desde o início de 1945 dominando o cenário político pernambucano. Segundo os autores acima citados até 1955 o PSD era praticamente imbatível, principalmente no que se diz respeito aos redutos do interior do estado. As eleições para governador do estado de 1952 em que disputavam Etelvino Lins (PSD – UDN – PDC – PL) e Osório Borba (PSB – PC) sinalizava a influência os locais de maior força política do PSD e dos seus opositores. O resultado do pleito eleitoral Osório Borba venceu na capital com 36.316 votos enquanto Etelvino Lins obteve 30.276 votos. No entanto, a soma dos votos do interior e das outras

<sup>151</sup> MAUAD, op. cit. 1994. p. 147.

<sup>152</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1954-1964). In FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 - 1964)**. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 472.

regiões do estado Etelvino Lins obteve um total de 211.393 contra 57.400 votos de Osório Borba.<sup>153</sup> A Frente do Recife (PSB – PC – PTB) consolidou a presença de um eleitorado de esquerda na capital com a eleição de Pelópidas Silveira e o cenário político aparentava menos favorável para o PSD que representava os interesses políticos dos latifundiários que garantiam votos por suas influências nas regiões afastadas da capital. Vale lembrar que, quem se encontrava no governo do estado era o General Cordeiro de Farias que fazia parte da legenda do PSD. Nesse sentido, a Revista Policial de Pernambuco vai ser mais um veículo através do qual a Polícia vai reforçar o discurso de insegurança e de combate ao comunismo camuflando os interesses políticos por traz de seus enunciados.

Pelo exposto é de concluir-se que, até os fins de 1955, o Partido Comunista constituía, sem dúvida alguma, em Pernambuco, séria e profunda ameaça aos postulados por que se orienta nossa Carta Magna e a vida normal da comunidade pernambucana. É que a tática adotada pela especializada até os fins daquele ano, não possuía um sistema de ação e penetração devidamente organizado e à altura das necessidades existentes, a fim de atingir os chamados “pontos fracos” e produzir-lhes uma ferida mortal “na sua bem organizada rede de infiltração em todos os setores institucionais.”<sup>154</sup>

Embora esteja aparentemente tratando da permanência do PCB no estado a polícia busca desqualificar qualquer outra hipótese de ascensão política ou representatividade como motivo que levou a expansão do Partido nas eleições de 1955. Eles atribuem apenas a tática que ainda não possuía um sistema ideal para atingir os comunistas. Esse argumento busca mais uma vez dar ênfase a qualificação como elemento necessário a contenção da atuação dos comunistas no estado. Nesse sentido, os organogramas montados pela polícia faziam parte de um esforço dos órgãos de segurança pública para aumentar o monitoramento em torno dos locais que viesse dar a possibilidade de uma possível investida que causasse um impacto significativo na imprensa através da prisão das principais lideranças do PCB a fim de interferir nos tramites do pleito eleitoral que se seguia.

Segundo vimos anteriormente havia uma linha de pensamento que tratava de uma atuação policial que modificava seus limites de ação, retirando práticas relacionadas à violência e modificando a abordagem para aspectos psicológicos do acusado. Dessa forma, em suas memórias Gregório Bezerra relata que por volta de 1957 é preso e interrogado pelo então delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima. Nesse momento após um breve diálogo

<sup>153</sup> MONTENEGRO; SANTOS, op. cit. 2007, p. 467.

<sup>154</sup> O PERIGO Vermelho. Revista Policial de Pernambuco. Recife, nº 25, p. 21, jan. 1958. **Prontuário Funcional 31.384**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

inicial o delegado afirma: “Nossos métodos de interrogatórios agora são científicos. Estamos humanizando nossa polícia.”<sup>155</sup> Desse modo, de acordo com o discurso em torno dos artifícios empregados pela polícia política pernambucana suas práticas saíam dos métodos convencionais. Desenvolviam-se métodos baseadas em aspectos “científicos” onde as práticas punitivas se deslocariam de um flagelo exposto em marcas pelo corpo do indivíduo passando a atingi-lo através de fatores psicológicos.<sup>156</sup> E fazendo valer esses novos métodos, além de divulgar os modos operantes da polícia e as ações desenvolvidas pela instituição à revista atacava a administração do prefeito da cidade do Recife Pelópidas Silveira figura política ligada a Frente do Recife.

Deus do céu que tristeza; as nossas maurícias pontes, (com isenção da Duarte Coelho), tão esburacadas se encontram, tão sujas estão que, a primeira vista lembram pretensas bailarinas, desdentadas, sujas, cansadas por tanto bailarem no palco da vida... e que choram! [...] As verdadeiras pontes se encontram em concerto, no Departamento de Bem Estar Público, em Santo Amaro. Estão sendo recauchutadas. Isto aqui, (as pontes) por onde vamos andando... são modestos “caminhamentos” por onde a milícia do Sr. Prefeito (a I. S. P. C.) executa diariamente suas marchas.

Havia a intensão clara de desqualificar a administração pública por parte da gestão de Pelópidas Silveira atingindo assim seus apoiadores. A Revista Policial seria mais um canal de construção de discursos que reforçavam cada vez mais o pensamento conservador que perpassava a necessidade da permanência dos grupos políticos em torno do PSD. Para que tal situação se consolidasse se fazia necessário abater a administração pública desenvolvida pelo prefeito do Recife. A revista através de suas publicações também possibilitou que aqueles que não compareceram a conferência de polícia tivesse ciência desses métodos e do livro desenvolvido pelo então delegado auxiliar Álvaro Gonçalves da Costa Lima bem como sua disponibilidade para o público em geral.

---

<sup>155</sup> BEZERRA, Gregório. **Memórias**. – Ed. ampl. e atualizada. – São Paulo: Boitempo, 2011, p. 473.

<sup>156</sup> FOUCAULT, op. cit. 2013, p. 31.

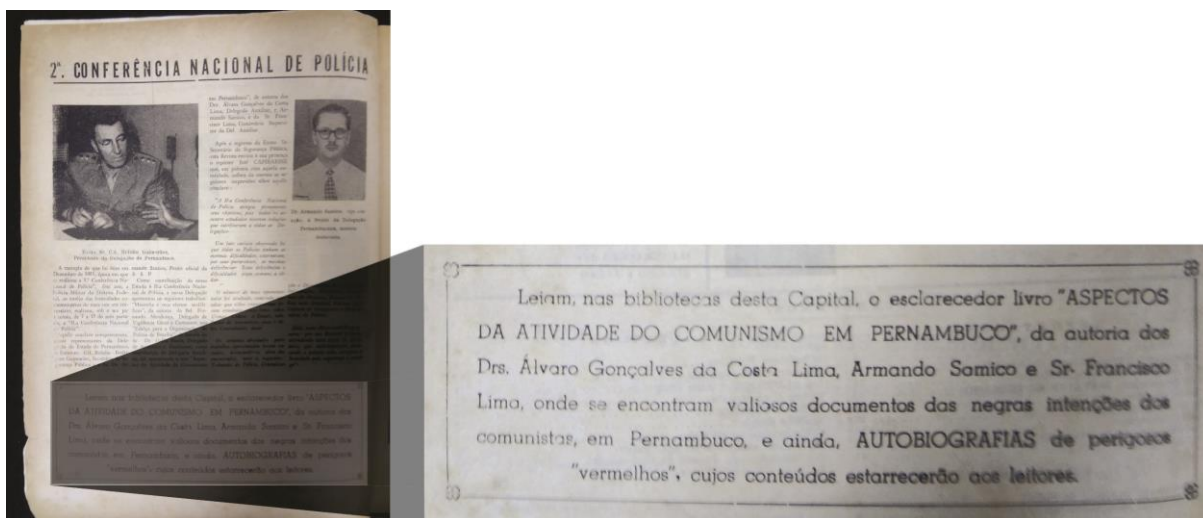


Figura 23 – Trecho da divulgação do livro produzido pela polícia em 1958 na Revista Policial de Pernambuco.<sup>157</sup>

Nesse caso, esta publicação possivelmente levou outros estados a copiar esse “modelo” de ação baseado nessa estratégia “científica” da mesma forma como a polícia pernambucana aparentemente adotou essa conduta da polícia do Rio de Janeiro e que estava ligada a ESG. Para sanar essa questão com mais precisão, caberiam outras pesquisas. No entanto, ao ultrapassar as fronteiras pernambucanas a revista cumpria múltiplas funções, dentre elas a de disseminar o anticomunismo e os novos modos operantes da polícia política pernambucana para os outros estados atrelados a questão da insegurança, e da necessidade iminente do fortalecimento das forças de repressão do Estado. Buscava-se com tal atitude construir a coesão de grupos que viam no comunismo uma ameaça a seus interesses políticos.

Portanto, para que fosse produzido o material apresentado na II Conferência de Polícia foi necessário um estudo ou pelo menos a sistematização através de uma seleção prévia dos documentos que foram apreendidos no Comitê Regional. Tomando conhecimento destes, e observando o espaço dedicado a Escola de Capacitação Política no livro Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco, sua presença também na Revista Policial e jornal, é possível notar que para a polícia, além das influências externas, um dos fatores que fortaleciam o PCB era a formação dada nas Escolas de Capacitação Política. Dessa forma, é reconhecendo a realidade dos seus quadros de investigadores, que não possuíam uma estrutura

<sup>157</sup> 2ª CONFERÊNCIA nacional de polícia. **Revista Policial de Pernambuco**. Recife, nº 27, p. 2, abr. – mai. 1958. Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.



física voltada para essa função, e a partir da tomada de consciência do nível de qualificação de seu principal oponente, que a polícia vai fundamentar seu discurso utilizando a insegurança como elemento que iria angariar investimentos a fim de aprimorar seu corpo técnico através da instalação de uma Escola de Polícia e de um Instituto de Polícia Técnica no estado de Pernambuco, buscando assim, dar uma resposta às ações do Partido Comunista em no estado com a finalidade de resguardar um cenário que privilegiava as elites políticas locais.

### 3.2 OS CURSOS DE INSTRUÇÃO POLICIAL - CIP

O resultado da sistematização e compartilhamento dos saberes a partir dos documentos apreendidos no estado de Pernambuco por parte da polícia, logo se fez sentir em medidas que buscavam um novo patamar de qualificação do corpo policial. Muito do que viria depois da queda do Comitê Regional estava também ligado ao contexto político em que se encontrava Pernambuco e a diretrizes que antecederiam aquele momento político.

No ano de 1954 o General Osvaldo Cordeiro de Farias é eleito Governador do estado, em disputa eleitoral acirrada com o candidato João Cleofas que teve o apoio dos comunistas. Segundo análise dos votos obtidos feita por Dulce Chaves Pandolfi, o referido candidato perdeu na capital e em alguns municípios do interior considerados próximos. Embora este candidato fosse um conhecido usineiro da época, os comunistas o apoiaram, pois viam na candidatura de Cordeiro de Farias um significativo retrocesso, dado que este era militar e opositor ferrenho do comunismo.

Entretanto, o PCB era influente no cenário político pernambucano, tinha demonstrado isso nas eleições de 1945, e desde então fazia sentir sua presença na política pernambucana. Logo, é no Congresso de Salvação do Nordeste, evento voltado para busca de soluções e melhorias para a região que ocorreu em agosto de 1955, que se deu o contato e um diálogo maior das forças políticas pernambucanas e com os comunistas, gerando uma boa oportunidade para o seu fortalecimento. Naquela ocasião, o partido lançava diretrizes que definia que seus integrantes deveriam buscar atuar se inserindo em espaços considerados legais a fim de evitar ações repressivas. É nesse contexto que se consolidaria uma aliança partidária que daria a primeira vitória oposicionista em Pernambuco, fato que marcaria a história do Partido Comunista no estado. Assim:

O líder socialista Pelópidas Silveira é lançado candidato pela chamada Frente do Recife, numa aliança que envolvia o PSB, PTB e PCB. A UDN não assume oficialmente uma posição, mas diversos udenistas participam da campanha da Frente do Recife.<sup>158</sup>

A aliança política consolidada levaria a eleição de Pelópidas Silveira à prefeitura do Recife, um duro golpe para o então governador do estado, que via nessa candidatura a expansão do comunismo no Estado e que amargou uma derrota com uma diferença de mais de 75 mil votos de diferença do principal candidato de seu partido (PSD) Paulo Germano. A Frente do Recife se consolidava cada vez mais e as Ligas Camponesas nesse momento já faziam parte daquele contexto político.

Através da Secretaria de Segurança Pública do estado, o governador vai acirrar as ações contra os comunistas investido em novas práticas no combate as dissidências políticas que arriscavam retirar a hegemonia política das alas conservadoras. A intensificação do monitoramento em torno dos comunistas culmina em 1956 na queda do Comitê Regional e seus desdobramentos. A partir daí, no ano de 1957, o governador buscou logo decretar a criação de cursos para funcionários ligados a Secretaria de Segurança Pública, denominados Cursos de Instrução Policial – CIP.

O governador do estado no uso de suas atribuições e tendo em vista a proposta da Secretaria de Segurança Pública,

Decreta:

Art. 1º - Ficam criados, na Secretaria de Segurança Pública, cursos de Instrução Policial (CIP), destinados a formação básica e ao aperfeiçoamento de guardas civis, inspetores de veículos, investigadores e comissários de polícia.

§ Único – os cursos criados nesse decreto constituirão, quando se fizer oportuno, a Escola de Polícia do Estado de Pernambuco.<sup>159</sup>

Esses cursos visavam à formação básica e o aperfeiçoamento de guardas civis, inspetores de veículos, investigadores e comissários de polícia. Esse decreto reforça a existência de um quadro sem formação básica desenvolvendo funções nos órgãos ligados a Secretaria de Segurança Pública. Fato que vem corroborar com o que já indicávamos nas formas de incorporação nos quadros policiais. Esses cursos viriam marcar a prévia instituição de uma Escola de Polícia de Pernambuco. Podemos notar que nesse sentido há a interferência

<sup>158</sup> PANDOLFI, op. cit. 1984, p.175.

<sup>159</sup> Cópia do decreto de criação dos Cursos de Instrução Policial -1957. Escola de Polícia. **Prontuário Funcional nº 7901**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE

da Secretaria de Segurança Pública na tomada de decisão por parte do governo, essa interferência é fruto da apreensão feita ao Comitê Regional somada à situação política do período. O General Cordeiro de Farias possuía estreita ligação com a Escola Superior de Guerra onde foi comandante entre 1949 e 1952. Portanto, a postura adotada pela polícia pernambucana teriam relações diretas com a ESG. Segundo Mariana Joffily “à coleta e o armazenamento de informações sempre foi atribuída grande importância na esfera das tomadas de decisões governamentais.”<sup>160</sup> Dessa forma, a propagação do discurso em torno da insegurança e a política de segurança nacional permearia as decisões em relação a segurança pública do governo pernambucano e também teriam como suporte todas as informações coletadas através da polícia até aquele momento.

Esse decreto também demonstra que o Estado visava se aparelhar cada vez mais, buscando modificar seus métodos de ação através da qualificação efetiva de seus agentes. Vale ressaltar que neste momento o Delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima já tinha processado muita informação em torno da documentação apreendida na queda do Comitê Regional do PCB. No ano seguinte, esse material estaria sendo apresentado em formato de livro na 2ª Conferência Nacional de Polícia no Rio de Janeiro. Esse conjunto de informações iria servir como discurso que visava encobrir os interesses políticos por trás do decreto instituindo os cursos e a Escola de Polícia de Pernambuco. A produção desse discurso está diretamente relacionada com as diretrizes adotadas pela ESG. Segundo Marcília Gama, essa instituição foi criada com a participação efetiva do General Cordeiro de Farias, tomando como modelo a National War College dos Estados Unidos. Desse modo, ela seria a responsável pelo fomento da capacitação policial de vários estados através de acordos, e os treinamentos eram fornecidos por americanos, franceses, britânicos e alemães, baseada na doutrina de segurança nacional, instituindo também os moldes em torno da qualificação da polícia no estado de Pernambuco.<sup>161</sup>

Segundo o decreto de criação dos CIP, um de seus cursos deveria ser ofertado em conjunto para os guarda civis e inspetores de veículos e teriam duração de seis meses divididos em dois períodos. A inscrição nesses cursos se daria mediante um processo seletivo onde se cobraria conteúdos de Português e Aritmética, nesse caso, para aqueles que não

---

<sup>160</sup> JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 64.** - 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 160.

<sup>161</sup> SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado e exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)** / Marcília Gama da Silva. – Recife: Editora UFPE, 2014, p. 32.

fossem funcionários efetivos dos quadros do governo. Aos outros a inscrição poderia ser feita isenta de qualquer seleção. A formação básica oferecida e a facilitação do acesso aos cursos para os funcionários mais antigos indica a urgência na busca por qualificar os agentes que necessitavam absorver conhecimentos de formação básica de carreira. No entanto, essa formação tida como básica está nesse momento contextualizada por conflitos internacionais e experiências de guerra com uso de novos dispositivos e argumentos. É o início em Pernambuco de uma mentalidade da informação instituída pela ESG e disseminada pelo país.<sup>162</sup> Sendo assim, os participantes cursariam as seguintes disciplinas:

- a) Organização e Práticas Policiais (2 períodos letivos)
- b) Noções sumárias de Polícia Técnica (1 período letivo)
- c) Noções sumárias de Direito Aplicado (D. Penal, D. Civil, D. Constitucional (1 período letivo)
- d) Trânsito (2 períodos letivos)
- e) Noções de Medicina de Urgência (1 período letivo)
- f) Educação Moral e Cívica (1 período letivo)
- g) Português (2 períodos letivos)
- h) Aritmética (2 períodos letivos)
- i) Geografia e História do Brasil (2 períodos letivos)
- j) Educação Física
- k) Instrução Militar (Ordem unida, armamento e tiro)<sup>163</sup>

A instituição desses cursos evidencia a busca por aperfeiçoamento de ferramentas que viessem garantir o controle da sociedade a fim de evitar as dissidências políticas que, para as forças de segurança eram consideradas como crime contra a ordem política e social. As disciplinas dariam suporte no aprimoramento de registros, estatísticas, comportamentos e práticas policiais em ações orquestradas, que englobavam interrogatórios, incursões e vigilância da sociedade. A instituição desses cursos faz parte do que se tinha como diretriz naquele momento na Escola Superior de Guerra definidas pelos Objetivos Nacionais Permanentes, Objetivos Nacionais Atuais e por fim os Objetivos de Governo.<sup>164</sup> Esses três elementos descortinam, de certo modo, parte dos interesses na manutenção de grupos políticos no poder em Pernambuco. Esses cursos foram concebidos em caráter de urgência e abririam espaço para a fundação da Escola de Polícia de Pernambuco.

Um aspecto relevante da formulação dessa grade de disciplinas é o de constar a Geografia e a História do Brasil com mais tempo dedicado do que à apropriação do campo do Direito Civil, Constitucional e até mesmo o Penal. Essas disciplinas seriam ministradas

<sup>162</sup> SILVA, op. cit. 2014, p. 66.

<sup>163</sup> Cópia do decreto de criação dos Cursos de Instrução Policial -1957. Escola de Polícia. **Prontuário Funcional nº 7901**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano –APEJE.

<sup>164</sup> SILVA, op. cit. 2014, p. 33.

provavelmente levando em consideração o histórico presente no livro produzido pela Secretaria de Segurança Pública e a disposição do partido em toda região do estado de Pernambuco. Esse material daria suporte para novos argumentos que levariam a prisão daqueles que, segundo a polícia, agissem contra a ordem social e política estabelecida. Uma ênfase numa maior carga horária sob conscientização dos direitos podia de certa forma impor limites individuais às práticas desses agentes públicos ou ampliar ainda mais suas ações, tendo em vista o baixo índice educacional na população. Nesse caso, a apropriação das leis e conseqüentemente de uma parcela do campo jurídico traria consigo maiores possibilidades na formulação discursos de verdade através das “provas legais” que resultariam na prisão e conseqüente condenação do acusado.<sup>165</sup>

O curso voltado para os investigadores de polícia teriam dois meses a mais que os dos guardas civis e inspetores de veículos. Sua duração seria de oito meses divididos em dois períodos. A inserção nesse curso seria dada a priori por uma seleção que levaria em conta conhecimentos de Português, Aritmética, Geografia e História do Brasil. Os candidatos que apresentassem certificado de curso ginásial estariam dispensados da prova de seleção. Aqueles que fossem efetivos na corporação também podiam participar do curso sem passar por processo seletivo prévio. O curso de investigador teria as seguintes disciplinas:

- a) Organização Policial (1 período letivo);
- b) Práticas e investigação policiais (2 períodos letivos);
- c) Elementos de Polícia Técnica (2 períodos letivos);
- d) Elementos de Direito Aplicado (Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Civil e Direito Constitucional) – (2 períodos letivos);
- e) Noções de Medicina Legal (1 período letivo)
- f) Educação Física<sup>166</sup>

Das cinco disciplinas ofertadas apenas duas tem uma duração de um período letivo, o restante possuía um caráter intensivo. A disciplina Práticas de Investigação Policial visava capacitar os investigadores na coleta de informação, compiladas em suas partes de serviço, que viessem contribuir na construção de um discurso cada vez mais sólido que pudesse enquadrar o suspeito nos ditames da lei de segurança nacional. As disciplinas de direitos fornecida no curso para investigadores tinham sua carga horária ampliada a fim de que este personagem, que era peça fundamental na dinâmica da informação, pudesse ter o máximo de argumentos possíveis na busca por identificar o máximo de elementos que se configurassem

<sup>165</sup> FOUCAULT, op. cit. 2013. p. 39.

<sup>166</sup> Cópia do decreto de criação dos Cursos de Instrução Policial -1957. Escola de Polícia. **Prontuário Funcional nº 7901**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano –APEJE.

como prova contra os cidadãos inseridos nas lutas políticas que divergiam dos interesses do governo. Esses ajustes aplicados às práticas policiais sinaliza o esforço do Estado no aprimoramento de técnicas voltadas para a repressão. As três disciplinas associadas vão contribuir especificamente para a qualificação de crimes. Os elementos de polícia técnica poderiam vir a fortalecer a elaboração de provas a partir dos locais onde a polícia atuava. Dessa forma, a fotografia como vimos, na revista de polícia, e que está presente também nos jornais e em processos judiciais nesse período, seriam mais um elemento na composição dessa dinâmica de capacitação das forças de repressão e de construção de um discurso jurídico em torno da construção de uma verdade jurídico institucional que culminaria na condenação dos opositores do Estado.

Já para o curso de comissários de polícia, foram acrescentados mais dois meses em relação ao de investigador tendo duração de dez meses divididos em dois períodos letivos. A inserção nesse curso se daria inicialmente, assim como nos outros por processo seletivo mediante prova, onde seriam cobrados conhecimentos respectivos as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Geografia, História do Brasil e Geral (nível de curso ginásial) e Noções de Organização Policial. Estariam isentos do processo seletivo que cobrava conhecimento nas disciplinas anteriormente citadas, com exceção de Noções de Organização Policial, aqueles que apresentassem certificado de conclusão de curso ginásial, do curso colegial ou equivalente ou diploma de curso superior, todos registrados na Divisão de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Estariam totalmente isentos para ingresso no referido curso os que também tivessem concluído o Curso de Instrução Policial para Investigador, os comissários nomeados efetivos da polícia e escrivães. No caso dos escrivães, estes poderiam participar do referido curso apenas na categoria de ouvinte. As disciplinas que seriam ofertadas no respectivo curso para comissário e escrivães estavam dispostas da seguinte forma:

- a) Organização Policial e Judiciária (1 período letivo);
- b) Noções de Criminologia (1 período letivo);
- c) Polícia Técnica (inclusive técnica de laboratório) – (2 períodos letivos);
- d) Medicina Legal (2 períodos letivos);
- e) Datiloscopia e Identificação em geral (1 período letivo);
- f) Direito Penal e Processual (2 períodos letivos);
- g) Noções de Direito Civil e Constitucional (1 período letivo);
- h) Noções de Direito Administrativo (1 período letivo);

i) Psicologia e Lógica Aplicadas (1 período letivo);<sup>167</sup>

Os matriculados poderiam também, aqueles que tivessem uma formação de nível superior, ser dispensados durante o curso de uma dessas disciplinas caso estas constassem em seu currículo de formação, estabelecendo uma dinâmica específica no processo de formação para os aparentemente mais qualificados. Ainda nesse decreto, baixado pelo então governador do estado o General Osvaldo Cordeiro de Farias estavam outras disposições que buscavam aproximar as polícias civil e militar, dado que entre essas havia conflitos de ordem institucional. Uma dessas ações estava no fato que de também poderiam ser matriculados nos cursos de Guardas Civis e Inspectores de Veículos a cargo da SSP-PE policias militares, desde que estes fossem indicados pelo comandante geral da daquela corporação. O aprimoramento das forças de segurança do Estado iria iniciar uma maior aproximação das duas corporações a fim de viabilizar a circulação de informação como recurso em função do controle e vigilância da sociedade.<sup>168</sup>

O início da reestruturação da polícia através desses cursos solidificariam as bases para a concretização de estratégias de combate provenientes de conflitos internacionais. Essas estratégias visavam vencer a chamada guerra revolucionária. E os métodos desenvolvidos para atingir tal objetivo tinham suas distinções em relação aos praticados em conflitos comuns.<sup>169</sup> Na base dessa nova dinâmica estava a produção e difusão da informação como um de seus pilares de sustentação. Era necessário construir discursos que converteriam os comportamentos sociais dos dissidentes políticos em indicativos de cidadãos fora dos padrões de normalidade para o estabelecimento da harmonia social. Esses aspectos perpassavam o conceito de moral e de bons costumes da época e de ordem social do período. Na sua grande maioria esses discursos eram postos em prática em relação aos integrantes do Partido Comunista, mas essa construção discursiva não isentaria qualquer outro cidadão que mesmo não tendo ligação com o PCB seria tratado como tal, principalmente se fosse enquadrado no crime de subversão da ordem. Dessa forma, esse discurso vai buscando afirmar a superioridade da polícia e de uma parcela da sociedade a qual ela buscava naquele momento defender os interesses, em relação a todos aqueles que se opusessem as aspirações de ordem do Estado, legitimando a repressão em suas várias instâncias.

---

<sup>167</sup> Cópia do decreto de criação dos Cursos de Instrução Policial -1957. Escola de Polícia. **Prontuário Funcional nº 7901**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano –APEJE.

<sup>168</sup> Cópia do decreto de criação dos Cursos de Instrução Policial -1957. Escola de Polícia. **Prontuário Funcional nº 7901**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano –APEJE.

<sup>169</sup> JOFFILY, op. cit. 2014, p.161.

Além da ampliação dos cursos para a polícia militar, esse decreto vai diminuir as fronteiras interestaduais, que de certa forma, estabeleciam práticas distintas entre as polícias. Em seu sexto artigo do decreto está firmado que poderiam se matricular nos cursos ofertados pela SSP-PE policiais de outros estados, desde que esses atendessem aos critérios definidos para a inserção nos respectivos cursos, possibilitando que os policiais civis e militares de outros estados pudessem fazer seus cursos de aperfeiçoamento no estado de Pernambuco. A aproximação e aumento de fluxo de informação e aprimoramento entre as polícias vai dar suporte ao Estado no sentido de avançar no combate as dissidências políticas e na manutenção da ordem instituída. Desse modo, seria a partir da disponibilização de capacitação por parte da polícia pernambucana que outros estados próximos mais ao norte poderiam usufruir desses cursos, capacitando-os e incentivando a instalação desse dispositivo útil à vigilância e controle da sociedade nos moldes do Estado. E reforçando a disseminação dos modelos de combate adotados no estado pernambucano estava a Revista Policial de Pernambuco que era enviada para outros estados já citados.

No tocante ao corpo docente, para ministrar tais cursos seriam designados servidores públicos para atuarem como professores pela Secretaria de Segurança Pública. O cargo de direção caberia a um desses professores sendo este indicado pela SSP. Como atrativo para os professores estes teriam um aumento de 1/3 do valor de seu vencimento agregado a seu salário. Dessa forma, o Estado buscou criar condições favoráveis para garantir a participação de seus agentes nesse novo modelo de controle social por parte da polícia que se instituiu naquele momento.

Os três cursos poderiam funcionar paralelamente, ficaria a cargo da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco estabelecer essa dinâmica de acordo com suas necessidades. O horário de funcionamento desses cursos deveria ser compatível com o de diversas repartições públicas. Estas poderiam ceder seus espaços mediante a um acordo do diretor do CIP e do respectivo diretor da repartição, caso no decorrer dos cursos surgissem à necessidade do uso de laboratórios ou mesmo de aulas práticas com demandas específicas. Essa mobilização institucional seria utilizada até que a disciplina passasse a possuir um espaço próprio para sua execução. As aulas de Instrução Militar, Armamento e Tiro, Defesa e Ataque e Educação Física, estas seriam ministradas na Polícia Militar mediante acordo com o comandante geral daquela corporação. Por fim, o funcionamento, ou seja, o regimento interno seria baixado em ofício pela Secretaria de Segurança Pública, estando assim subordinados a ele todos aqueles ligados aos respectivos cursos.



Durante o decorrer das aulas para a obtenção de aprovação nas disciplinas ofertadas, o aluno deveria atingir nas avaliações, que seriam ministradas no final de cada semestre, uma nota de no mínimo 4,0 para ser aprovado nas respectivas matérias daquele semestre. No final do curso, ou seja, do segundo semestre, além das provas relacionadas às disciplinas cursadas o aluno deveria passar por uma prova escrita e prático-oral, onde seria cobrada ao final de tudo, uma média global 5,0 referente à soma de todas suas notas, para assim, ser aprovado no seu respectivo CIP e obter o diploma que teria a assinatura do Secretário de Segurança Pública de Pernambuco do diretor do curso e do respectivo aluno.

Observados assim a disposição dos devidos cursos, as prerrogativas para a inserção nos mesmo, seguida de como se daria seu funcionamento e as metas que foram estabelecidas para a obtenção de seu certificado de conclusão, cabe descrever quais seriam as vantagens que poderiam vir a desfrutar um portador de certificado de um dos CIP.

Aqueles que devidamente diplomados fizessem parte dos quadros efetivos da polícia passariam a ter preferência nas promoções por merecimento. Os que obtivessem as melhores notas nos seus respectivos cursos seriam aproveitados para assumir cargos de chefia e os que não fizessem parte dos quadros efetivos do estado teriam preferência para nomeação e início de carreira.

Desse modo, o Estado criou condições para estimular o apoio ao aprimoramento por parte da corporação disseminando o discurso da desordem e da eminência de uma investida comunista através da violência. Com isso produz condições que visam aglutinar as instituições de segurança pública em torno de um álibi que legitimaria a agressão aos integrantes do Partido Comunista e de outros cidadãos que não se subordinasse as demandas instituídas pelo Estado.

Portanto, pensar esse decreto que institui os Cursos de Instrução Policial - CIP independente dos fatos ocorridos no âmbito político institucional ou toma-lo com ação isolada é limitar a compreensão em torno da busca por qualificação dos quadros da policia. Esses cursos, suas disposições e condições, segundo Foucault, fazem parte do “conjunto de elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber.”<sup>170</sup> Verifica-se então que esse aprimoramento das técnicas voltadas para o controle social disseminaria maior fluxo de poder sobre a sociedade

---

<sup>170</sup> FOUCAULT, op. cit. 2013, p. 31.

reprimindo as dissidências políticas, agindo coercitivamente sobre as mentalidades coexistentes no período.

O cenário político desse momento afligia os quadros da Secretaria de Segurança Pública. Os comunistas trabalhavam ativamente na campanha de Cid Sampaio o que causavam significativo desconforto para aqueles que buscavam conservar os moldes administrativos instituídos pela gestão do PSD com o General Cordeiro de Farias como governador. Mais uma vez o empenho dos órgãos de segurança em monitorar a sociedade pernambucana está relacionado aos interesses políticos de uma parcela da sociedade, e dessa forma cumpriria a função de sustentáculo do regime através da contenção das dissidências políticas garantindo sua permanência e até ampliando sua importância como instituição do Estado.

### 3.3 A FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE POLÍCIA DE PERNAMBUCO - EPP

No dia 13 de outubro de 1958, o governador do estado, o General Osvaldo Cordeiro de Farias, baixa o decreto de criação da Escola de Polícia de Pernambuco – EPP. Se assemelhando as finalidades do decreto de criação dos Cursos de Instrução Policial – CIP visavam à formação básica e o aperfeiçoamento dos guardas-civis, fiscais de veículos, investigadores, escrivães e comissários de polícia. No entanto, o decreto que criava a Escola de Polícia ampliava seu raio de ação em relação aos CIP, podendo também ser ministrados cursos para a formação de peritos criminais e delegados de polícia quando se fizesse oportuno, ficando a cargo da SSP-PE definir o momento de sua implementação de acordo com suas demandas.

DECRETO DE N. 426, DE 13 DE OUTUBRO DE 1958.

O GOVERNO DO ESTADO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a proposta do Secretário de Segurança Pública,

DECRETA:

ART. 1º - Fica criada, na Secretaria de Segurança Pública, a Escola de Polícia de Pernambuco (E.P.P.), destinada a formação básica e aperfeiçoamento de guardas-civis, fiscais de veículos, investigadores, escrivães e comissários de polícia.

§ 1º - Poderão, ainda, funcionar na Escola de Polícia, cursos para formação de peritos criminais e delegados de polícia, quando se fizer oportuno.

§ 2º - Fica o Secretário de Segurança Pública autorizado a instalar cursos intensivos para aperfeiçoamento de funcionários policiais.<sup>171</sup>

Na Escola de Polícia permaneceram os cursos para guardas-civis e inspetores de veículos, sendo ainda os dois ministrados em conjunto. As matrículas seriam feitas mediante prova de seleção, mantidas as matérias de Português e Aritmética. Os guardas-civis e inspetores efetivos estavam isentos dessas provas. Mantiveram-se também o tempo de duração do curso e pouco mudou as disciplinas a serem cursadas, tendo estas pequenas modificações: A disciplina de Organizações e Práticas Policiais foi reduzida de dois para um período letivo; A disciplina de Noções de Medicina de Urgência passou a se chamar de Noções de Higiene e Medicina de Urgência; Aritmética, Geografia e História do Brasil e Português foram reduzidas para um período letivo. O restante se manteve sem alterações significativas. Portanto, podemos observar, nas pequenas modificações, que os CIP serviram para o Estado como um laboratório para o aprimoramento da formação que seria disponibilizada na EPP paralelamente a busca pelo fortalecimento institucional a partir da qualificação de seus integrantes. É o aprimoramento das técnicas punitivas que atingem os corpos diretamente ou a alma do indivíduo como copo político que faz parte da anatomia política existente no período.<sup>172</sup>

O curso para investigadores de polícia continuou com duração de oito meses, se mantiveram as prerrogativas de matrícula através de prova com isenção para os funcionários de carreira, ou seja, efetivos nomeados. Em termos de modificações relativas a estruturas disciplinares dos cursos de investigadores houve apenas uma alteração: a disciplina de Elementos de Polícia Técnica foi reduzida de dois para um período letivo. A ausência de grandes modificações projeta a ideia de que o modelo instituído nos Cursos de Instrução Policial surtira o efeito desejado pelo Estado.

Para o curso de comissário de polícia se mantiveram as mesmas prerrogativas relacionadas à inserção instituídas no decreto de criação dos CIP. A duração desse curso seria dez meses, dividido em dois períodos letivos e as modificações em relação ao decreto dos CIP foram mínimas. As alterações foram as seguintes: a disciplina de Medicina Legal foi reduzida

---

<sup>171</sup> DECRETO de n. 426, de 13 de outubro de 1958. **Diário Oficial**. Recife, p. 1, 14 out. 1958. Disponível em: < [http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO\\_195810&PagFis=323](http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO_195810&PagFis=323) >. Acessado em: 16/11/2016.

<sup>172</sup> FOUCAULT, op. cit. 2013, p. 31.

de dois para um período letivo e a disciplina de Direito Penal e Processual também foi reduzida de dois para um período letivo. No entanto, houve uma modificação significativa, a inserção da disciplina Polícia Política e Social. Essa modificação apresenta a sinalização da importância da Delegacia de Ordem Política e Social e de suas ações no controle e na manutenção da ordem que se instituiu a partir das necessidades daqueles que governavam o Estado. Vale salientar que nos CIP, o escrivão poderia se matricular nesse curso, mas, a caráter de ouvinte, com a criação da EPP o curso de escrivão seria em conjunto com o de comissário de polícia ampliando a participação da corporação. Todavia, houve com o decreto da Escola de Polícia de Pernambuco outro fator relevante. No seu artigo nono e em parágrafo único determinava o governador que:

Fica obrigatória a matrícula dos atuais guardas-civis, fiscais de veículos, investigadores, escrivães e comissários dos grupos ocupacionais “Segurança e Tráfego”, Investigações e Processos Criminais do Quadro Único do Estado, nos cursos criados por esse decreto, determinando, o Secretário de Segurança Pública o número de funcionários que serão inscritos nos cursos em cada ano letivo.<sup>173</sup>

O Estado a partir desse momento acirrava suas ações em relação à contenção das dissidências políticas. Com essa medida obrigava seus servidores a se enquadrar no programa oferecido para a corporação. Um dos motivos que levaram a essa postura pode ser referente a uma baixa inserção dos funcionários nos CIP. Segundo o que vimos anteriormente, não havia espaço para duvidosos, de acordo com o modelo pregado pela Revista Policial, e dessa forma, o Estado instituiu a obrigatoriedade de qualificação de seus funcionários ligados a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco se utilizando do discurso que polarizava a sociedade entre o bem e o mal. Nesse sentido, a manutenção do próprio estado perpassa o controle ideológico de seus servidores que competem a seu próprio corpus aos quais necessitavam também ser governados. Michel Foucault vai discutir essa questão afirmando que:

Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a essa governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal etc.;

---

<sup>173</sup> DECRETO de n. 426, de 13 de outubro de 1958. **Diário Oficial**. Recife, p. 2, 14 out. 1958. Disponível em: < [http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO\\_195810&PagFis=323](http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO_195810&PagFis=323) >. Acessado em: 16/11/2016.

portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido com bases nas táticas gerais da governamentalidade.<sup>174</sup>

Nesse sentido, observamos o Estado se utilizando da obrigatoriedade da capacitação através dos cursos oferecidos pela EPP, visando garantir a permanência de suas instituições e seu modelo de gestão da sociedade. Esse modelo de gestão da sociedade se baseava no discurso de segurança nacional atendendo as demandas oriundas de acordos internacionais e de interesses políticos em escala nacional e local. É com esse cenário de interesses políticos que o decreto foi assinado pelo governador do estado Osvaldo Cordeiro de Farias amparado pelo Delegado da Delegacia Auxiliar responsável pela Queda do Comitê Regional e Álvaro Gonçalves da Costa Lima, que tinha enviado o livro Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco para a 2ª Conferência Nacional de Polícia no mês de maio desse mesmo ano. Sua participação na concepção desse decreto indica que sua linha de pensamento construída nos embates com o Partido Comunista no estado e proveniente da ESG, que privilegiava novas técnicas de repressão fundamentada na doutrina de segurança nacional a partir das trocas de informação na Conferência de Polícia se fariam sentir em Pernambuco.

Portanto, a relevância da implementação do decreto que instituiria a Escola de Polícia atinge o próprio quadro policial através da obrigatoriedade de matrícula por parte dos funcionários efetivos nos cursos ofertados pela EPP. Portanto, faltava ainda um último passo para a concretização do ideário em volta do aparelhamento do Estado através do fortalecimento do corpo policial, a concepção do espaço físico da Escola de Polícia de Pernambuco para seu efetivo funcionamento.

### 3.3.1 PONTO IV: O APOIO NORTE-AMERICANO AOS ORGÃOS DE REPRESSÃO EM PERNAMBUCO

Após a instituição dos Cursos de Capacitação e o decreto de criação da Escola de Polícia, a continuidade da qualificação dos quadros de repressão do estado, dependeria da estruturação física da Escola de Polícia, que passaria a ter seus cursos ministrados em local próprio. Essa novo passo só seria possível devido uma aproximação maior na busca pelo aprimoramento da polícia, não só em Pernambuco, mas noutros estados do país como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa medida foi tomada inicialmente pelo governo federal que em seguida seria desenvolvida pelos estados. As conferências de polícia, como evento que visava reunir as corporações policiais de diferentes estados objetivando a troca

---

<sup>174</sup> FOUCAULT, op. cit. 2013, p. 430.

informações sistematizadas em trabalhos apresentados, já indicavam que o fortalecimento do fluxo de informação entre as polícias poderiam modificar o quadro em relação à repressão no território nacional. Como vimos anteriormente, noutros estados já estavam sendo aplicados conhecimentos em torno da psicologia à prática policial. Desse modo, após a conferência de polícia o governo passa a se mobilizar a fim de acelerar a instalação das estruturas físicas da Escola de Polícia para a concretude do projeto de fortalecimento dos dispositivos de repressão e controle social do Estado.

Nesse contexto, outro fator importante é a vitória de Cid Sampaio para o governo de Pernambuco, fazendo com que o General Cordeiro de Farias abandone o posto de governador antes do fim de seu mandato. Embora Cid Sampaio tivesse o apoio da Frente do Recife, aglutinação política com participação dos comunistas, este não deixaria de dar continuidade à questão do fortalecimento das forças de segurança pública. Em contrapartida o governador pelo fato de ter sido apoiado pelos comunistas passaria a ser mal visto pelas alas conservadoras da sociedade:

Para a imprensa anticomunista do Brasil, assim como para a imprensa de outros países, esse quadro sinaliza a possibilidade de uma revolução comunista. O fato de o governador do estado e de o prefeito da cidade capital de Pernambuco serem de esquerda e ou aliados desta eram provas incontestes de uma opção política de esquerda que ameaçava dominar todo o Nordeste e mesmo o Brasil.<sup>175</sup>

Pernambuco aparentemente era utilizado como termômetro político a nível nacional e o contexto da política local o que abria margem para questionamentos que fortaleceriam ainda mais o discurso em torno da segurança nacional e da amplitude do PCB como grupo político que poderia vir a subverter a ordem, destituindo o modelo político até então estabelecido na sociedade. Não podemos esquecer, também, que os comunistas apoiaram Juscelino Kubitschek, que embora tenha declarado não ter interesse em conceder o registro do PCB, era visto pelos comunistas como uma boa saída política, e de certo, esse fato poderia ser tomado também como sinais do avanço do comunismo no campo político.

Dois pontos centrais orientavam a política de apoio do PCB ao governo de Kubitschek: 1) “Vitorioso através de uma ampla coalizão antigolpista”, este governo, “embora continuasse, em 1957, defendendo fundamentalmente os interesses dos latifundiários e dos grandes capitais norte-americanos, diferia dos governos que o antecederam; 2) existiam duas tendências principais no

---

<sup>175</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1954-1964). In FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 - 1964)**. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 477.

governo JK: “a das forças patrióticas e das forças retrógradas, contrárias às modificações progressistas na política externa do País”.<sup>176</sup>

Uma das principais marcas do governo de Juscelino Kubitschek foi à política da boa convivência<sup>177</sup> Ele buscou coexistir com interesses diversos ao seu redor sem necessariamente tomar partido. Então, desse mesmo modo, o governador de Pernambuco Cid Sampaio buscando atender a interesses diversos não negava seu anticomunismo em suas ações e em conjunto com governadores de outros estados estabeleceu um convênio com o governo norte-americano, onde o Ponto IV financiaria a criação da Escola de Polícia doando parte do material para a estruturação física e o funcionamento da referida escola em Pernambuco e do Laboratório Técnico da Polícia Civil que compreenderia também o Instituto de Medicina Legal de Pernambuco. O ponto IV tratava-se de:

Programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos proposto pelo presidente norte-americano Harry Truman em seu discurso de posse, em janeiro de 1949. Recebeu esse nome por ser o quarto ponto do discurso presidencial. O Ponto IV no Brasil foi estabelecido através da assinatura de dois acordos com o governo norte-americano: o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 19 de dezembro de 1950 e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais, de 30 de maio de 1953.<sup>178</sup>

Essa proposta de cooperação técnica visava atender as demandas de controle estabelecidas como metas pelos Estados Unidos na tentativa de conter o avanço do comunismo no contexto da Guerra Fria. Dessa forma, estavam sendo consolidadas as relações entre o governo norte americano e o do estado de Pernambuco. O auxílio seria inicialmente dado através do fornecimento de um material que correspondia a uma estrutura pré-fabricada que iria compor o prédio junto com outros produtos. Para a instalação dessa estrutura em Pernambuco e aperfeiçoamento das polícias dos outros estados seriam aplicados por parte do Ponto IV e, por conseguinte do governo norte-americano o valor de 320 mil dólares. Esse convênio fazia parte do esforço por inserir a nova mentalidade de combate urbano que perpassava a chamada mentalidade da informação. Esse sistema buscava estabelecer um fluxo maior de informações entre as polícias e as forças armadas de modo geral. O convênio de cooperação técnica teria uma duração de cinco anos inicialmente.

<sup>176</sup> ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período de 1945-64. In MAZZEO, Antonio Carlos; LAGO, Maria Isabel, (orgs.) **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. – São Paulo: Cortez, 2003, p. 107.

<sup>177</sup> SAID, Saulo Maia. Crise e Paralisia: As origens da radicalização partidária no Brasil (1954-1964). In ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). **1964: 50 anos depois – a ditadura em debate**. – Aracaju: EDISE, 2015, p.101.

<sup>178</sup> Ponto IV. **Verbetes**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Fundação Getúlio Vargas – FGV. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv> >. Acessado em: 20/01/2017.

## CONVÊNIOS: OBJETIVOS

No convênio firmado entre o governo norte-americano, representante do governo do Brasil junto ao Ponto IV, ex-Ministro Armando Falcão, governadores Cid Sampaio, Carvalho Pinto (São Paulo), Dias Fortes ex-governador de Minas, e Sete Câmara ex-prefeito do antigo Distrito Federal, ficou estabelecido entre as partes contratadas, a ajuda técnica norte-americana para fortalecer a organização do Departamento Federal de Segurança Pública e de organizações policiais dos Estados. Visa ainda aquela carta contratual, proporcionar a centralização de informações e esclarecimentos, aperfeiçoando as relações de cooperação das organizações policiais do país. É meta de acordo, a criação de uma academia policial de âmbito nacional para o treinamento superior dos policiais do DFSP e dos estados, assim como proporcionar o estabelecimento e manutenção de padrões aperfeiçoados, e operações policiais, auxiliando na elevação dos padrões profissionais daqueles serviços.<sup>179</sup>

Inicia-se de modo efetivo um processo que visa à aglutinação das polícias em torno do Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP. A ação de criação da Escola de Polícia através da disponibilização de conhecimentos técnicos seria um passo inicial para a consolidação de uma escola a nível nacional. Dessa forma, estabelecidas às metas estaduais cabia em seguida à estruturação de uma academia de formação policial, para onde provavelmente convergiriam os saberes estabelecidos nas escolas estaduais, a fim de beneficiarem aqueles que compunham o DFSP ou possíveis indicados para cursarem tal academia. Desse modo, o aprimoramento dos órgãos de repressão resultaria na disseminação de maior fluxo de saberes instituídos que perpassaria os agentes em suas práticas cotidianas resultando em novos modos de vigilância, repressão e controle social por parte do Estado.

Esse pacote de apoio norte-americano também compreendia a qualificação dos quadros da polícia com cursos oferecidos nos Estados Unidos. Essa qualificação no exterior estava já sinalizada desde o decreto que instituiu os CIP em 1957 e que se manteve no decreto de criação da EPP. Esse decreto afirmava no campo destinado às vantagens para aqueles que participassem dos cursos ofertados se tornando portadores de seus respectivos diplomas, o seguinte: “Parágrafo único. Todos os diplomados pela E.P.P. terão preferência para as bolsas de aperfeiçoamento concedidas por qualquer entidade a funcionários públicos.”<sup>180</sup> Desse modo, essa possível bolsa poderia provavelmente ser ofertada aqueles que viessem ser matriculados na futura academia de polícia, por exemplo, dado que para muitos seria

<sup>179</sup> Palestras para o povo será meta para a Escola de Polícia. Recorte de matéria do Jornal do Comércio de 23 de maio de 1962. Escola de Polícia. **Prontuário Funcional nº 7901**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

<sup>180</sup> DECRETO nº 426 de 13 de outubro de 1958. **Diário Oficial**. Recife, Ano XXXV- nº 229, p. 2, 14 out. 1958. Disponível em: < [http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO\\_195810&PagFis=323](http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO_195810&PagFis=323) >. Acesso em: 17/06/2016.



necessário um deslocamento significativo, bem como a manutenção de sua permanência noutro estado.

Todas essas aparentes vantagens aliadas à obrigatoriedade visava garantir o aparelhamento do Estado, que para Marcília Gama, naquele período significava “dar mais munições para o gerenciamento ideológico da sociedade, fortalecendo o jogo de poder ligado aos conspiradores do golpe militar de 1964.”<sup>181</sup> Dessa forma, Cid Sampaio em sua escolha pela instituição da Escola de Polícia de Pernambuco atendia a demandas das alas conservadoras, onde ele próprio como usineiro que era representava os interesses dos latifundiários que viam na proposta de reforma agrária e nas ligas camponesas uma ameaça a seus interesses. Ainda segundo a autora, logo no início de seu primeiro ano de mandato Pernambuco foi posto como prioridade nos programas do Ponto IV e em curto prazo recebeu a visita de representantes deste órgão que verificaram as necessidades da corporação visando atender a suas demandas.<sup>182</sup>

Um dos contemplados com cursos no exterior foi o Coronel Haroldo Colares, que em dezembro de 1960 retornava dos Estados Unidos onde tinha participado de um curso intensivo de polícia para fins de ocupar o cargo de Inspetor de Ensino, e tratar da organização da Escola de Polícia do estado com a finalidade de auxiliar o coronel José da Costa Cavalcanti, então Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, no desenvolvimento da Escola de Polícia do estado.<sup>183</sup> O delegado Romildo Leite também foi um dos que integravam a polícia e estava cotado a ir ao país norte-americano se especializar. Essas viagens estavam ligadas as ordens diretas do Secretário de Segurança Pública. Segundo Haroldo Colares sua ida aos Estados Unidos se deu para verificar como estava estruturada sua polícia a fim de que, apreendendo novos conhecimentos em torno das práticas de gestão policial ele poderia posteriormente aplicá-los a realidade pernambucana. Todo esse empenho era devido o fato de que o coronel José Carlos Cavalcanti acreditava na ampliação da escola, segundo suas expectativas, esta poderia vir a crescer ao ponto de se trabalhar em forma de internato. E para que isso se concretizasse seria necessário um diretor bem qualificado:

No estágio especializou-se, entre outras, nas seguintes matérias: Orientação de instrução prática e teoria de todas as matérias as matérias específicas de polícia e direção de um estabelecimento, direção de uma congregação de

---

<sup>181</sup> SILVA, op. cit. 2014, p. 75.

<sup>182</sup> Idem, p.76.

<sup>183</sup> Recorte de matéria publicada no Jornal do Comércio de 17 de dezembro de 1960. Escola de Polícia. **Prontuário Funcional nº 7901**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

professores, uso e distribuição de verbas orçamentárias, regime de trabalho e de descanso, alimentação racional, exercícios físicos, diversões para internos, relações públicas e franqueamento da escola a visitação pública.<sup>184</sup>

É interessante observar que não se faz menção a nenhum tipo que qualificação relacionada diretamente a, por exemplo, métodos de interrogatório. Nesta matéria ainda se encontra uma informação que existiram cursos que iriam além dos citados, isso fica implícito no termo “entre outros”. Fica evidente que se buscava escamotear a verdadeira função desse intercâmbio de técnicas de controle, vigilância e consequente repressão social. Além dessas matérias, todas as outras arquivadas na DOPS relacionadas à criação da Escola de Polícia de Pernambuco, de certa forma, demonstra a existência da supressão de informações no tocante a qualquer motivo que leve a sociedade a enxergar nessas ações o recrudescimento das forças de ação do Estado. No entanto, a busca por novos métodos de ação dentro do contexto dessa nova modalidade de vigilância que tem como engrenagem central a coleta e o processamento de informação e controle social e esses instrumentos são:

Instrumentos reais de formação e acumulação de saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isso significa que o poder, para exercer-se nesses mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação o saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas.<sup>185</sup>

Dessa forma, a Revista Policial como mais um dispositivo que canalizava sua influência e visava formar opiniões, consolidar as diretrizes adotadas pela polícia e sua política discursiva em torno da segurança nacional, não deixaria de contemplar a viagem dos agentes do estado para sua qualificação no exterior, nutrindo expectativas nas corporações e reforçando uma opinião positiva em relação ao acordo de cooperação técnica entre o Brasil e os Estados. A função das viagens seria a de buscar novos saberes em torno dos métodos de vigilância a fim de ampliar de modo sutil a vigilância da sociedade no estado. Dessa forma, a Revista de Polícia vai atuar de modo a buscar a simpatia da corporação e de seus leitores em torno desse projeto estabelecido pelo Estado, representado nesse período pelas elites políticas locais.

<sup>184</sup> Recorte de matéria publicada no Jornal do Comércio no dia 27 de março de 1962. Escola de Polícia. **Prontuário Funcional nº 7901**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

<sup>185</sup> FOUCAULT, op. cit. 2013. p. 289.



Figura 24 - A esquerda - entrega de 4 viaturas da Rádio Patrulha e vistoria feita por integrantes do Ponto IV. A direita - notícia aborda a viagem de funcionários ligado a Polícia Militar de Pernambuco.<sup>186</sup>

Nessas matérias observamos que a cooperação técnica atenderia também as necessidades da Polícia Militar, ratificando a maior aproximação entre as corporações, condição primordial para a instituição de maior cooperação através da troca de informação entre as respectivas corporações. Dessa forma, segundo Marcília Gama, para a polícia o ano de 1960 foi de grande proveito e muito bem visto pela Secretaria de Segurança Pública, que cita em seu relatório apresentado no ano de 1961 a Assembleia Legislativa de Pernambuco a participação do Ponto IV para na concessão de intercâmbios e capacitação policial.<sup>187</sup> Esses aspectos estavam presentes no acordo de cooperação que definia a atuação de cada uma das partes na execução do auxílio a ser prestado. Nesse caso, em seu artigo II, quanto à execução de projetos, o acordo normatizava a seguinte questão:

3. Nos termos deste acordo, e como parte do programa de treinamento da administração, especialistas, técnicos e outras pessoas que exerçam atividades relacionadas como desenvolvimento econômico dos Estados Unidos do Brasil, poderão ser enviados aos Estados Unidos da América, ou a outros países, para fins de estudo e treinamento.<sup>188</sup>

Desse modo, através do acordo firmado no ano de 1953 entre o governo federal e os Estados Unidos o alto escalão das forças de segurança recebeu capacitação trazendo para o estado novos conteúdos em torno da organização policial e de métodos aprimorados de atuação no combate as dissidências políticas.

<sup>186</sup> EM BUSCA de conhecimento (em setembro) autoridades irão estagiar no exterior. **Revista Policial de Pernambuco**. Recife, p.13, ago. 1961. Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.

<sup>187</sup> SILVA, op. cit. 2014, p. 73-74.

<sup>188</sup> Acordo sobre programas de serviços técnicos especiais entre o governo dos Estados Unidos da América e o governo dos Estados Unidos do Brasil. **EUA – 121 nº 475 - Atos Internacionais**. Sistema Consular Integrado – SCI. Disponível em: < [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b\\_17/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b_17/) >. Acessado em: 16/01/2017.

Seguiram-se à construção da Escola de Polícia, no entanto, surgiriam alguns empasses. O primeiro se deu em março de 1961, quando o material para a montagem dos prédios que eram pré-fabricados foi retido na Alfândega e foi guardado no armazém cinco das docas do porto do Recife. Provavelmente a questão giraria em torno dos impostos cobrados para a entrada do produto no estado. Porém, o acordo de cooperação técnica firmava que qualquer produto que viesse dos Estados Unidos deveria entrar no território nacional isento que qualquer taxação.

Os equipamentos e materiais, inclusive os de consumo, fornecidos pelo Governo dos Estados Unidos da América, quer diretamente, quer mediante contrato com organização pública ou privada, para a execução de qualquer projeto empreendido nos termos deste acordo, entrarão nos Estados Unidos do Brasil livres de quaisquer direitos alfandegários e de importação.<sup>189</sup>

Em busca da resolução desse problema o Secretário de Segurança Pública o coronel José Carlos Cavalcanti foi até a alfândega e depois de se reunir com o inspetor da alfândega, Ernani Alecrim, e esclarecer tal questão, teve o material liberado, que logo em seguida foi transportado para as dependências do Corpo de Bombeiros na Avenida João de Barros. Com isso o Estado facilitava o fluxo de materiais a fim de aparelhar o dispositivo pelo qual buscava controlar a sociedade.

Cabe salientar também que o documento acima citado informava que todo material trazido ao Brasil através do acordo de cooperação técnica ao final de sua execução ficaria no país ao qual foi destinado para usufruto próprio. O Estado, dessa forma, se beneficiaria em duas vertentes, a primeira com o fortalecimento da polícia e de suas técnicas de ação e combate as dissidências políticas, e a segunda seria a apropriação de todo o material trazido para o país pelos norte-americanos que posteriormente serviriam para execução das tarefas de capacitação da polícia e uso cotidiano. Nesse momento, a frente do governo de Pernambuco estava Cid Sampaio, oriundo de uma tradicional família de usineiros, ligado a UDN. Após sua eleição em 1958 o então governador apoiaria Miguel Arraes para prefeito do Recife e romperia com ele no ano seguinte.<sup>190</sup> Seu posicionamento político era claro em relação ao anticomunismo. No entanto, em vários momentos ele se aproxima mais dos comunistas com a

---

<sup>189</sup> Acordo sobre programas de serviços técnicos especiais entre o governo dos Estados Unidos da América e o governo dos Estados Unidos do Brasil. **EUA – 121 n° 475 - Atos Internacionais**. Sistema Consular Integrado – SCI. Disponível em: < [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b\\_17/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b_17/) >. Acessado em: 16/01/2017.

<sup>190</sup> BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. (orgs). **Na trilha do Golpe: 1964 revisitado**. Recife: Editora Massangana, 2004, p. 53.

finalidade de atingir seus objetivos políticos sem deixar de investir no monitoramento dos mesmos.



Figura 25 - Recorte do jornal Diário de Pernambuco de abril de 1961.

Após a liberação do material visto acima o segundo empasse se deu logo em seguida e girava em torno da definição do local de funcionamento, ou seja, onde seria construída a Escola de Polícia e montada essa estrutura. De início não se sabia se a dita escola funcionaria em prédio próprio ou nas dependências do quartel da Polícia Militar, quando se definiu que seria num terreno doado pelo governo e localizado nas dependências do Corpo de Bombeiros. No entanto, esse terreno seria de posse do Clube dos Oficiais da Polícia Militar gerando assim mais um empasse.

Sendo de interesse tanto da Secretaria de Segurança Pública como das polícias civil e militar esse empasse foi logo resolvido e deu-se prosseguimento as obras. Definiu-se assim que as dependências da Escola de Polícia seriam instaladas no terreno pertencente ao Corpo de Bombeiros situado na Rua Tabira, bairro da Boa Vista, cidade do Recife. No entanto, o acesso se daria por outra rua. No dia 19 de maio de 1961 o governador Cid Sampaio assinava



a nomeação do coronel Haroldo Barreto<sup>191</sup> para Inspetor de Ensino. No dia 26 de maio de 1961 podia-se ver um dos prédios já montados.

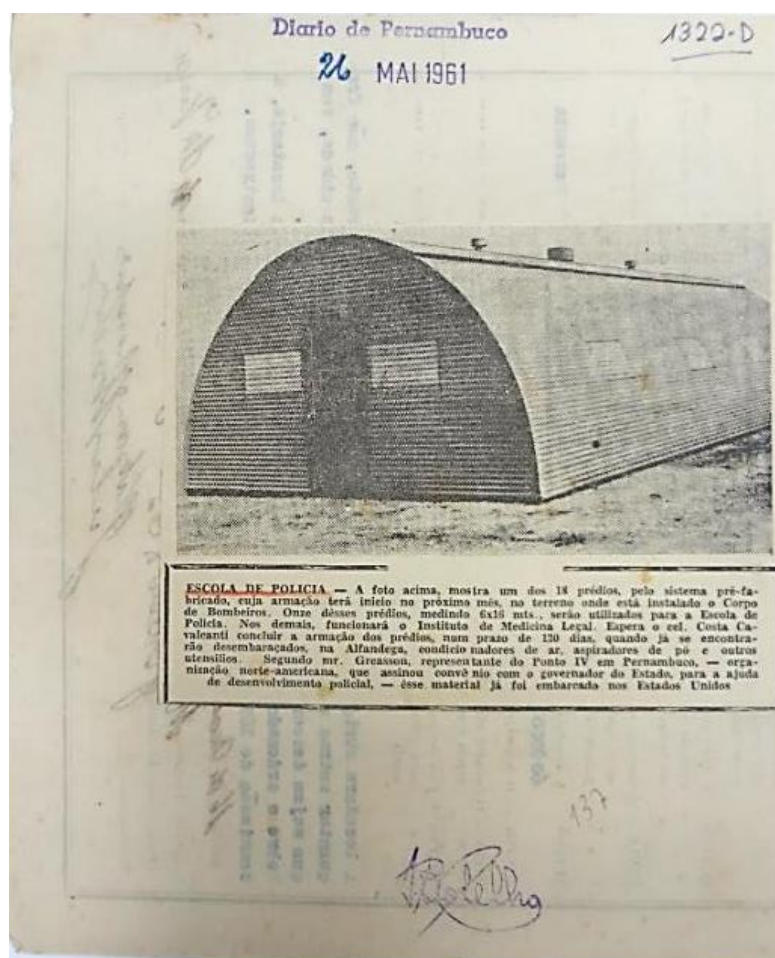


Figura 26 - Recorte do jornal do Diário de Pernambuco do dia 26 de maio de 1961.<sup>192</sup>

A essa estrutura ainda seriam acrescentados outros materiais que nessa data segundo o representante da organização denominada Ponto IV identificado como Mr. Greasson,<sup>193</sup> já teriam sido embarcados nos Estados Unidos e estariam a caminho. Esse material seria composto por condicionadores de ar, aspiradores entre outros materiais necessários a consolidação da EPP. Uma das questões sobre o nome dos responsáveis pela cooperação técnica nos documentos é que estes seriam chamadas por codinomes referentes a seus cargos. Por exemplo, o nome do diretor seria mencionado apenas no documento onde seria

<sup>191</sup> Analisando as reportagens que citam o diretor da Escola de Polícia, este surge com uma variação em seu sobrenome, encontrando-se Haroldo Colares, Haroldo Cunha Barreto, Haroldo Colares Cunha Barreto. Sendo este a mesma pessoa adotarei Haroldo Barreto, dado que esse nome e sobrenome surgem em todas as opções acima mencionadas.

<sup>192</sup> Escola de Polícia. **Prontuário Funcional nº 7901**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

<sup>193</sup> Encontrado descrito também como Mr. Gleasson, Everett Gleasson ou Everet M. Gleasson.

estabelecido como tal, em seguida passaria a ser chamado de diretor e isto se aplicaria a toda cadeia de relações entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos.<sup>194</sup>

Contudo, aparentemente houve dificuldades de ordem financeira para a montagem das estruturas no tocante a suprir necessidade de pessoal e materiais próprios para execução do projeto de instalação e construção da escola. Desse modo, o governador a partir da Lei nº 4155, de 30 de outubro de 1961 autoriza o governo a abrir um crédito especial destinando a instalação da Escola de Polícia e Laboratório Técnico de Polícia um valor de 2 milhões de cruzeiros. A inserção desse valor acelerou o processo de construção, que em março do ano de 1962 já tinham suas obras em estado bem avançado. De acordo com o convênio firmado entre o governo e o Ponto IV, ficava a cargo da SSP-PE prover parte dos materiais que iriam compor a Escola de Polícia. Dessa forma, o valor que foi liberado além de suprir demandas relativas às obras de construção, atenderam as necessidades de materiais que boa parte em maio já tinha sido adquiridos pela SSP:

MATERIAL DE INSTRUÇÃO - A escola já dispõe do seguinte material de instrução: 5 megafones eletrônicos (para instrução de campo); 7 projetores. 6 de <slides> e um para filmes de 35mm; uma máquina para carregar cartucho calibre 38; lunetas para observação de tiro a distância; quadros magnéticos para instrução de trânsito; fôrma para fundição de cartuchos; material de limpeza de arma de fogo; lanterna para particularização de aspectos ou pessoas em tela de cinema; telas para projetores; equipamentos para pesquisas de impressões digitais; material de tiro ao alvo, apitos; cassetetes, etc. Outros instrumentos estão sendo esperados dos EEUU.<sup>195</sup>

Mesmo com o suplemento de verba e apoio norte-americano, o auxílio de outros setores do serviço público foi necessário para o andamento das obras de construção da escola. Nesse sentido, o Departamento de Obras e Fiscalização dos Serviços Públicos –DOFSP acompanhou o desenvolvimento dos serviços através de seu engenheiro Palararas Durães, passando orientações e fiscalizando a aplicação da verba liberada para a execução da obra, que segundo jornais da época chegou a um total de 20 milhões de cruzeiros.

---

<sup>194</sup> Acordo sobre programas de serviços técnicos especiais entre o governo dos Estados Unidos da América e o governo dos Estados Unidos do Brasil. **EUA – 121 nº 475 - Atos Internacionais**. Sistema Consular Integrado – SCI. Disponível em: < [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b\\_17/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b_17/) >. Acessado em: 16/01/2017.

<sup>195</sup> Recorte de matéria do Jornal do Comércio datado de 21 de março de 1962. Escola de Polícia. **Prontuário Funcional nº 7901**. Acervo DOPS. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.



Figura 27 - Recorte do Jornal do Comércio de 22 março de 1962.

As obras seguiam aceleradas e no dia 27 de maio faltava apenas à conclusão do prédio referente ao comissariado experimental e o pátio de estacionamento, jardinagem e instalação de força, ou seja, a ligação da energia elétrica. Segundo dados do período, o Ponto IV aplicou na implementação da escola, de acordo com o que foi firmado com o governo, um valor de \$ 230.800 dólares. Só de ar-condicionado as acomodações da Escola de Polícia possuiriam instaladas 40 unidades.

A inauguração oficial da Escola de Polícia e do Laboratório de Polícia Técnica se deu no dia 03 de julho de 1962, se fizeram presentes na solenidade o governador do estado Cid Sampaio, o diretor da Escola de Polícia Haroldo Barreto, o coronel José Carlos Cavalcanti e o técnico em treinamento Mr. Mac Mahon, que usou sua fala exortando o avanço no fato da polícia local buscar se aprimorar ao ponto ser considerada uma das melhores do país. Cid Sampaio viria em seu discurso desqualificar as críticas que fazia a polícia como corporação durante a sua campanha, afirmando que por falta de conhecimentos das dificuldades que conviviam cotidianamente os policiais fez comentários indesejáveis, mas que agora após se integrar da situação e lutar em conjunto com os policiais via a corporação com outros olhos. Para Serge Berestein essa postura está relacionada ao fato de que:



Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias em que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que tem como uma de suas funções primordiais, precisamente articular na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou aspirações mais ou menos confusas das populações.<sup>196</sup>

Esse discurso foi um modo claro de apaziguar os ânimos daqueles que ainda o viam como possível aliado dos comunistas no estado. Devido ao fato de que a polícia ao intensificar o monitoramento dos passos dos integrantes do partido comunista em 1958, em específico de Gregório Bezerra, David Capistrano, Adalgisa Cavalcante, estabeleceu relações de contato entre estes e a campanha de Cid Sampaio. Esse monitoramento se deu antes das eleições, de modo que os investigadores de polícia ficavam na Praça Sérgio Loreto, Bairro de São José no Recife, visualizando quem entrava e saía do local onde funcionava a *Folha do Povo*, jornal que servia as causas do Partido Comunista no estado de Pernambuco. Desse modo, os investigadores se revezavam em serviços de vigilância sem serem notados e enviavam suas partes de serviço aos comissários chefes de serviço que processavam as informações num relatório, onde este continha um grupo de partes de serviço correspondentes a um período de vigilância. Durante o ano de 1958 a polícia anotou a placa de alguns veículos que circulava na folha do povo, e um Jeep foi associado a Cid Sampaio, esse veículo de posse dos comunistas serviria para o trabalho do Partido Comunista na campanha do então candidato que posteriormente venceria as eleições.<sup>197</sup> Portanto, para a polícia, bastava ter contato com os comunistas para ser enquadrado como tal.

O cenário político vivenciado em Pernambuco é marcado pelas coligações políticas que na segunda metade da década de 1950 propiciariam um avanço dos grupos considerados de esquerda. No cenário político nacional o presidente tinha o apoio dos comunistas. É dessa forma que além desses fatores, somada a influência das diretrizes norte-americanas através da ESG aliado a interesses políticos locais, o governo abriria mais espaço para a participação do Ponto IV. Em relação às alianças políticas estabelecidas nessa década, Paulo Cavalcanti afirma que:

A “Frente do Recife”, aos poucos foi-se desvinculando da aliança com a burguesia. Sua força mais consciente estava na união popular e esquerdista. A coligação com as classes conservadoras não passara de um incidente

---

<sup>196</sup> BERESTEIN, op. cit. 2003, p. 61

<sup>197</sup> Folha do Povo. **Prontuário Funcional nº 31904**. Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE

eleitoral, logo esvaziado pelos acontecimentos que se sucederam. Um pouco pela continuidade das posições retrógradas dos integrantes da Associação Comercial, ávidos do desfrute do poder, sequiosos de favoritismo, um pouco pelo sectarismo dos comunistas, ou da maioria do seu Comitê Estadual, o certo é que se criou uma divisão entre Cid e as esquerdas, mais cedo do que deveria acontecer, na minha opinião.<sup>198</sup>

O posicionamento político do PCB, que apoiou a UDN com a finalidade de não permitir a permanência do PSD no governo do estado, não garantiria uma participação efetiva na política pernambucana. Atuando na ilegalidade e cientes da repressão que poderia recair sobre eles, associado à postura abertamente anticomunista de Cid Sampaio, os grupos de esquerda de um modo geral e os comunistas romperiam com ele. Nesse contexto, com o governo do estado em oposição clara aos grupos tidos como de esquerda, todo o empenho norte-americano seria expandido com a justificativa de impedir uma possível revolução que ameaçava a segurança e estabilidade política da nação.

É sob as ressonâncias desse embate político intenso que a candidatura de Miguel Arraes para governador irá se apresentar em 1962. O consulado dos Estados Unidos, desde 1960, amplia o número de funcionários e abria um escritório da Usaid no Recife. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) também passa a atuar em Pernambuco nesse período. Há um financiamento direto dos EUA para a campanha de candidatos anticomunistas.<sup>199</sup>

Verifica-se dessa forma, que a construção da EPP passa pelo empenho significativo dos Estados Unidos na luta contra o comunismo e dos resultados das articulações políticas locais que traziam consigo múltiplos interesses. Assim, dois dias após a inauguração da Escola de Polícia e do Instituto de Polícia Técnica se iniciaria na referida instituição o curso de Investigação de Acidentes de Tráfego, com uma turma composta por um total de 23 alunos. Esse curso seria ministrado em caráter intensivo e teria uma duração de dez dias, com cinco horas aulas dia. As aulas desse curso foram ministradas pelo representante do Ponto IV Everet Gleason com a utilização de intérprete. No que se refere ao campo do direito, a disciplina foi ministrada por Haroldo Barreto então diretor da escola. Ou seja, as técnicas da práxis cotidiana de vigilância e monitoramento social eram fornecidas pelos norte-americanos e as questões em relação à legislação eram de responsabilidade local. Entretanto, já com a

<sup>198</sup> CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da coluna Prestes à queda de Arraes: memórias políticas. 4ª ed. revisada e ampliada. – Recife: CEPE, 2008, p. 307.

<sup>199</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1954-1964). In FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 - 1964)**. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.481.

escola em pleno funcionamento chegaria outros materiais que dariam suporte a continuidade e ampliação de seus cursos.

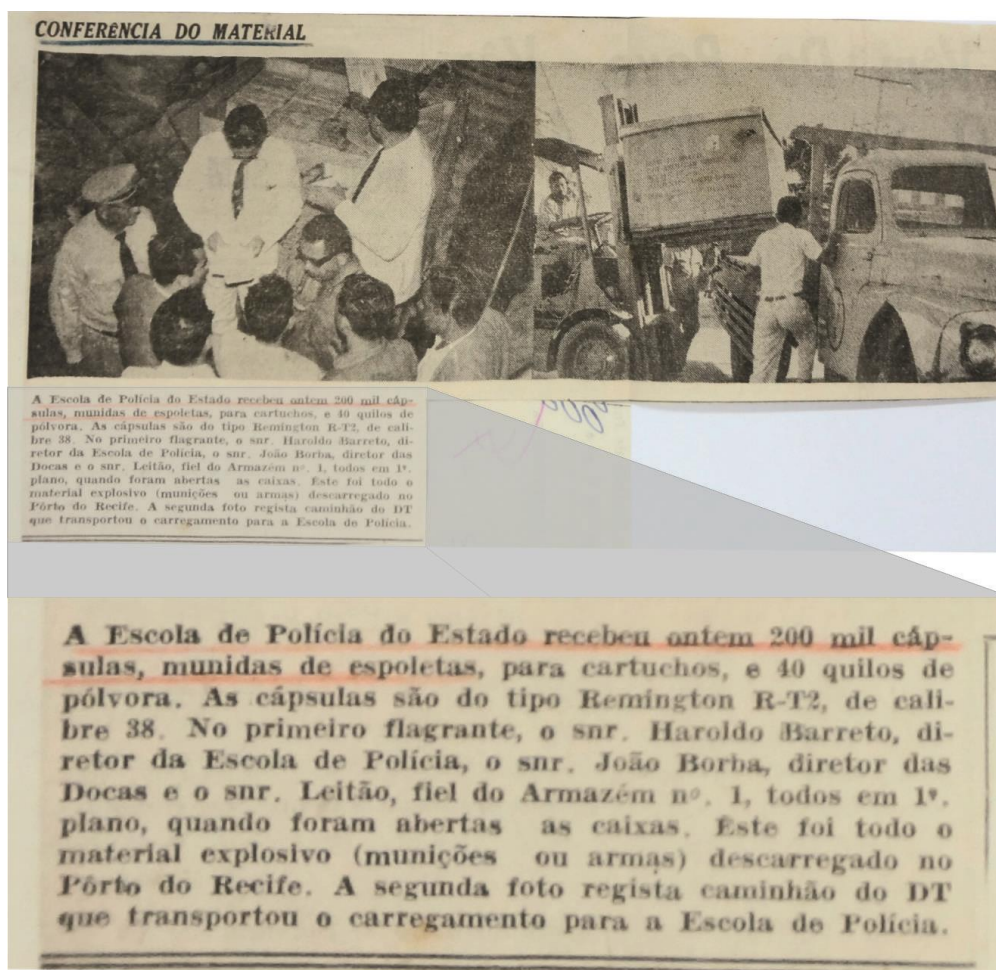


Figura 28 - Recorte de jornal do Jornal do Comércio de 23 de agosto de 1962.

A chegada desse material reforça o entendimento em torno do recrudescimento do Estado baseado na ampliação significativa de seu aparato bélico fomentado pelos interesses políticos vigentes durante o período. Observa-se também que com a instituição dessas aulas, e maior presença do Ponto IV e de seus representantes, somada a uma estrutura que atendia as demandas da formação policial, não seria mais tão necessário o deslocamento de contingente do corpo policial para outros países a fim de passar por instruções com a finalidade de aprimorar suas técnicas e posteriormente difundir esses conteúdos para os demais. Desse modo, uma maior presença norte-americana em Pernambuco indica que o fluxo inicial de circulação de pessoal iria se inverter. A partir da instalação da Escola de Polícia seria privilegiada a vinda ao Brasil de mão-de-obra técnica qualificada proveniente do exterior em

detrimento do envio de oficiais para qualificação naquele país. Na inversão desse fluxo havia a intensão clara dos Estados Unidos em resguardar informações sobre seu território e seu pessoal. Os norte-americanos também poderiam contratar pessoal de outros países a fim de cumprir as funções de instrução no acordo de cooperação técnica, nessa empreitada nada garantia que suas identidades fossem realmente as apresentadas. Dessa forma, no próprio acordo está evidente o esforço por resguardar as identidades daqueles que faziam parte das dinâmicas em torno da capacitação disponibilizada para os órgãos de segurança pelo Ponto IV. Seria mais interessante para os Estados Unidos no âmbito da Guerra Fria conhecer os territórios dos outros países, por esse motivo um fluxo oposto de pessoal poderia soar perigoso para a manutenção da hegemonia daquele país. É nesse sentido que o interesse em enviar seus representantes para outros países era aparentemente bem maior por parte dos Estados Unidos em oposição ao recebimento de pessoal em seu território. Ainda vale salientar que os profissionais a serviço dos Estados Unidos poderiam ser ou não norte americanos resguardando informações importantes dos norte-americanos. Sendo assim, surge a hipótese de que o que chegava até o Brasil poderia apenas ser parte das técnicas desenvolvidas pelos Estados Unidos naquele período, mas não sua totalidade.

Entretanto, em 1 de novembro de 1962, finalizava-se o primeiro curso de acidentes de tráfego com a entrega do seu respectivo certificado aos que dele participaram. No mesmo, momento se anunciava o início dos cursos de Inspetores de Veículos, Guardas Civis e Investigadores. No final desses cursos um dos aprovados foi o investigador de polícia, agora classificado como investigador nível 7, Severino Pires Lustosa. Nesse período, o investigador Newton Muniz Guerra, responsável pela apreensão ao Comitê Regional em 1956, surge na documentação como sendo nível 8. Essa era classificação mais alta entre os investigadores de polícia encontrada na documentação do período. No entanto, em momentos posteriores essa classificação vai ser modificada tendo letras como elemento de distinção entre os agentes da Polícia Política Pernambucana.

Nesse trajeto, a presença norte-americana no processo de reestruturação e qualificação do corpo policial através do CIP, da Escola de Polícia, do Laboratório de Polícia Técnica e do Instituto de Medicina Legal, seria primordial para que se consolidasse o projeto de ampliação do aparato policial. Essa colaboração consolidaria as bases para um aumento significativo de ações repressivas em Pernambuco. Em 1962 o governador eleito Miguel Arraes vai buscar mudar a essência que se difundia em torno da qualificação policial buscando direcioná-la para

o crime comum o que desagradaria significativa parcela da corporação. Essa ação veio acompanhada de certo distanciamento das relações de Pernambuco com os Estados Unidos.<sup>200</sup>

Apesar disso, após o golpe de abril de 1964 os cursos ofertados se ampliarão significativamente. Em documentos datados de 1968 já é possível encontrar o curso de Fotografia, Atualização para Funcionários da SSP, Documentoscopia, Armamento e Tiro, USAID<sup>201</sup> (em convênio), Academia Nacional de Polícia (em convênio), destacando que o curso ofertado pela USAID e o da Academia Nacional de Polícia tinham dois de cada e não está descrito na documentação qual a composição de cada um. De modo geral, já eram disponibilizados 21 cursos diferentes com apenas seis anos após a fundação da Escola de Polícia de Pernambuco e apenas quatro anos após o golpe civil militar de 1964. Portanto, é em meio aos conflitos políticos vivenciados no período das primeiras experiências democráticas entre os anos de 1945 e 1954 e a partir da Queda do Comitê Regional que se gestariam as ferramentas necessárias para a consolidação de vivências de caráter estritamente antidemocráticos, autoritários e ditatoriais que marcariam a história do Brasil nos anos que se seguiriam após abril de 1964.

---

<sup>200</sup> SILVA, op. cit. 2014, p. 76-78.

<sup>201</sup> United States Agency for International Development.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A queda do Comitê Regional do Partido Comunista em Pernambuco ocorrida em 6 de janeiro de 1956 foi uma das ações que efetivamente modificaria a estrutura da polícia política pernambucana, levando em consideração os acontecimentos entre os anos de 1945 e 1964. A partir dessa ação foi possível construir e consolidar discursos que visavam justificar a reestruturação do próprio corpo policial, possibilitando assim o fortalecimento de forças que garantissem a manutenção de um Estado centralizado e conservador. A construção do discurso se dá através não só de documentos que circulariam dentro das instituições de segurança pública, mas que também seriam disseminados na sociedade através de mídias impressas, como o livro *Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco*, a *Revista Policial de Pernambuco* e os jornais, como é o caso do *Jornal Pequeno*, fortalecendo o anticomunismo, que já vinha sendo nutrido no Brasil desde início da década de 1930.

A construção discursiva em torno da necessidade da reestruturação da polícia se dá a partir do monitoramento constante dos integrantes do PCB e de um modo geral, da sociedade como um todo, já que o crime de subversão cabia a todo aquele que buscasse de alguma forma subverter a ordem estabelecida. Aliado a isso, o amparo dado através da Lei de Segurança Nacional e o apoio técnico financeiro fornecido pelos Estados Unidos, além dos interesses políticos do período, fecha a lista de fatores decisivos no processamento e difusão da necessidade de fortalecimento das forças de repressão do Estado. É certo que havia ações de combate às dissidências políticas e ao comunismo em Pernambuco de modo efetivo desde meados de 1930, a exemplificar a repressão aos integrantes do Levante de 1935. No entanto, cabe ressaltar que o monitoramento se deu de modo contínuo e era intensificado sempre que havia maior participação política por parte da população ou dos comunistas e que através dessa participação viesse questionar a estrutura política administrativa estabelecida no período. Nessa dinâmica as tensões podiam variar de acordo com os embates e conflitos políticos de origem local, nacional ou internacional.

O início da abertura democrática em 1945 até a cassação do registro do Partido Comunista nos anos de 1947 é de significativa importância para a compreensão dessa dinâmica de utilização da polícia por parte do Estado em favor das elites políticas, quando demonstra que o dito partido político mesmo estando na legalidade ainda era considerado passível de monitoramento. Desse modo, a polícia política gerava prontuários com listas

extensas contendo locais onde funcionavam estruturas comunistas, nome dos frequentadores e seus respectivos endereços. Todas essas informações seriam utilizadas logo após a cassação do registro do PCB, quando se aplicaria a repressão de modo efetivo. Dessa forma, foi possível verificar a existência de um Estado composto por grupos conservadores, que imprimem autoritarismo camuflado em manobras aparentemente democráticas durante o período de abertura democrática. Nesse sentido, a anistia aos presos políticos, a concessão do registro do associado a um intenso monitoramento aos integrantes do PCB pelo Estado através da DOPS, para logo em seguida, no momento considerado por eles oportuno, retirar de circulação o partido e seus quadros do convívio social é um exemplo claro da cultura política do período. Nesse sentido, o avanço da participação popular, de reivindicações, que de certa forma questionavam o Estado abalando suas estruturas tendo relações ou não com os comunistas, são fatores determinantes para a tomada de decisão em torno do monitoramento e da posterior repressão ao partido comunista e a suas células consideradas de extrema importância do ponto de vista da polícia para a manutenção de suas ideias na sociedade pernambucana.

Dessa forma, o monitoramento ostensivo a *Folha do Povo*, importante meio de comunicação dos comunistas no estado de Pernambuco, especificamente em Recife, para onde convergiam as principais lideranças do PCB, vai nos trazer um exemplo disso. Para o Estado o Partido era visto como uma constante ameaça à ordem, que deveria ser contida até mesmo a custo da vida de seus integrantes. A conduta dos investigadores de polícia da DOPS em suas partes de serviços é sintomática no tocante as tensões políticas que norteavam a construção do perfil desses personagens que nutririam os prontuários da polícia através de seu trabalho de investigação.

O anticomunismo presente nos discursos dos jornais em torno da necessidade de desenvolvimento visava legitimar a participação do capital exterior, mantendo o argumento de que as ideias subversivas eram plantadas naqueles que se encontrava em situação de pobreza por sua natural fragilidade. Nesse momento, em paralelo, o governo norte americano disponibilizava auxílio estratégico com a finalidade de se fortalecer militarmente frente às outras nações, auxiliando grupos políticos conservadores na manutenção do seu local social. Essa era uma das questões por traz do discurso em torno da melhoria de vida da sociedade mais pobre e da aceitação da cooperação técnica norte americana. O Brasil adere oficialmente a esse acordo de cooperação em 1953 logo após a reestruturação da LSN de 1952, sinalizando assim o acirramento das condutas de coerção e repressão por parte do Estado.

Em Pernambuco, no ano de 1955 a polícia começa a montar organogramas em torno da composição do Partido Comunista, demonstrando uma preocupação maior com a sistematização dos conhecimentos policiais em torno do combate as dissidências políticas. Seus agentes monitoravam e acompanhava os movimentos dos cidadãos, seguindo-os nas ruas, revelando seus contatos, locais por onde circulavam o que faziam e com que falavam. Esses agentes, os investigadores de polícia, era um dos dispositivos pelo qual o Estado aplicava seu olhar panóptico sob a sociedade em função da manutenção de um regime que se mostrava aparentemente democrático, mas que, no entanto, conduzia cotidianamente práticas ostensivas de controle e vigilância.

Dessa forma, os constantes ajustes dos modos operantes da polícia são reflexos do acúmulo de informações e experiências que produzem um conhecimento sistematizado nos prontuários da DOPS. Estes, por sua vez, permitiam a difusão do conhecimento entre os agentes do Estado na busca por manter os interesses políticos de determinados grupos da sociedade que presavam por uma ordem que os privilegiava em detrimento da grande maioria da sociedade. Essa ordem privaria os opositores do Estado de sua cidadania plena, da liberdade de expor sua opinião, principalmente se ela, de algum modo, viesse divergir dos interesses políticos nutridos interna e externamente pelo Estado.

É a partir do auxílio técnico fornecido pelos Estados Unidos e pela absorção do discurso em torno da segurança nacional que o aperfeiçoamento do corpo policial surgiu como algo dito como necessário. Essa necessidade seria difundida e intensificada através do discurso montado em torno da apreensão feita ao Comitê Regional do PCB em Pernambuco, que indicava, segundo a polícia, a expansão da atividade do partido no estado. Para a polícia isto, de certo modo, poderia vir a subverter a ordem, modificando o cenário político até então dominado pelas elites políticas representadas pelo PSD no estado. Dentro dessa dinâmica é possível observar que a polícia serve a interesses políticos específicos, era a ferramenta pela qual se buscava garantir o cerceamento de ações reivindicatórias como greves, aglomerações que buscassem representar grupos sociais marginalizados, dissidências políticas, entre outros fatores que botassem em risco a ordem estabelecida pelo Estado.

Sendo a polícia política o dispositivo pelo qual o Estado monitora, reprime e busca controlar o corpo social, com o passar do tempo e com as modificações dos contextos políticos e sociais, o Estado sentiria a necessidade de adequá-la as novas situações. Para que isso fosse possível, se fazia necessário construir uma justificativa em torno da necessidade de



segurança voltada para significativa parcela da sociedade pernambucana. Assim os discursos em torno da degradação da família pelos comunistas, do aproveitamento da fragilidade do cidadão pobre para a inserção dos ideais comunistas, bem como aspectos beligerantes dos mesmos, serão utilizados para justificar a constituição de uma estrutura voltada para a repressão, e de modo mais objetivo, para a agressão á cidadãos que se opusessem ao Estado.

A constituição de um álibi para a agressão girou em torno da maior participação política do partido comunista com a consolidação da Frente do Recife e do congresso de salvação do nordeste, tudo isso somado aos embates anteriores. Dessa forma, a polícia logo intensifica o monitoramento em torno de integrantes do Partido Comunista, que desagua na ação contra o Comitê Regional do PCB em janeiro de 1956. A partir daí a polícia vai compor em torno do material apreendido um discurso voltado para a segurança nacional, se aproveitando da instabilidade política gerada pelo estado de sítio que estava vigente naquele período.

Em seguida monta argumentos voltados para a necessidade de se reestruturar o corpo policial através de recursos que seriam disponibilizados pelos Estados Unidos através do Ponto IV e seus representantes no estado Pernambucano. A partir daí, é possível notar a constituição do discurso em torno da necessidade de implementação de sua escola de polícia. Essa narrativa perpassava o contato com os materiais através do qual os comunistas buscavam consolidar suas convicções políticas na sua Escola de Capacitação Política. Nesse momento, enquanto o PCB possuía, não apenas uma mais duas escolas, a polícia política não possuía local específico para capacitação de seus quadros que fornecessem uma estrutura adequada para fortalecer a instituição, que de certo modo, representava a extensão dos olhos e ouvidos do Estado, bem como seu braço repressor.

Era esta polícia que muitas vezes garantia os interesses das elites políticas contrárias aos ganhos cada dia mais significativos por parte dos comunistas e de partidos como o PTB de parcelas da sociedade que viviam de certa forma marginalizadas. A partir do material apreendido a polícia vai alimentando seus arquivos, sistematizando as informações, concebendo organogramas e redimensionando a estrutura do Partido Comunista, reestruturando-o a partir da concepção feita em gráficos anteriores, com é o caso do que foi produzido nos anos de 1955. Logo após a investida contra o Comitê Regional do Partido Comunista de Pernambuco e a Escola de Capacitação Política, esse organograma recebe mais informação, novas células comunistas e nomenclaturas relacionadas ao cotidiano do partido.

Esse material seria a base para que a Polícia compilasse o livro *Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco* de 1958. Esse livro serviria para fortalecer o anticomunismo no meio institucional, provavelmente servindo de suporte didático para os cursos disponibilizados para os servidores ligados a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Nele se encontrava de modo sistemático o relato dos principais embates entre a polícia e o PCB sempre numa ótica onde as forças do Estado combate de modo veemente esse fenômeno, que segundo eles, degradava a sociedade pernambucana. Vale ressaltar que este material seria apresentado a conferência nacional de polícia que aconteceu no Rio de Janeiro disseminando assim todo conhecimento construídos pela SSP que seria compartilhado com representantes das polícias de outros estados. O livro também seria disponibilizado na Biblioteca Pública para que a população pudesse ter acesso a esta leitura com a finalidade de coagir a sociedade em relação ao Partido Comunista seus integrantes. Entretanto, esse foi um dos modos pelo qual se fortaleceu as representações político partidárias costumeiras de vertente conservadora no cenário eleitoral pernambucano, representadas pela UDN e pelo PSD.

Álvaro Gonçalves da Costa Lima, um dos autores do livro e Delegado Auxiliar responsável pela apreensão de 1956 já afirmava a necessidade do uso das mídias para a difusão das ações consideradas por eles bem sucedidas. Dessa forma, fizeram publicar no *Jornal Pequeno*, autobiografias de figuras de significativa relevância para o Partido, como a de Abelardo da Hora artista notadamente conhecido e que até aquele momento não aparentava ter ligações com o PCB. Outras autobiografias seriam selecionadas previamente pela polícia para serem publicadas. Elas traziam trechos que demonstravam a negação por parte dos comunistas de aspectos voltados para aquilo que eles tinham por moral do período. Esse tipo de material também se fazia presente no livro, e por sua vez foi divulgado também através de outros canais impressos, como foi o caso da Revista Policial de Pernambuco. Esses materiais funcionaram como propaganda anticomunista e reforçaram a presença do Estado através da vigilância estabelecida pelos agentes da Delegacia de Ordem Política e Social.

A repercussão de todo esse material fomentou o estabelecimento de cursos de capacitação policial a fim de fortalecer as instituições ligadas a SSP. Estes cursos por sua vez possibilitaram o aperfeiçoamento das práticas dos investigadores de polícia a fim de ampliar as ações dos órgãos de repressão do Estado. É em meio à efervescência política vivenciada no período entre 1954 e 1958 no estado de Pernambuco, com as eleições para a prefeitura do Recife e as de governador do estado, que o cenário político presencia uma maior participação, até certo ponto decisiva, do Partido Comunista que ameaçaria a hegemonia política de

partidos conservadores como o PSD. Assim, tendo como governador o General Cordeiro de Farias, eleito por essa legenda e figura ligada a Escola Superior de Guerra, foi que o Estado buscou fortalecer o dispositivo de vigilância e controle social do Estado através da capacitação e aprimoramento humano e estrutural da polícia política pernambucana a fim de se conservar os locais de fluxo de poder no governo da população.

Para tal feito, foram enviados oficiais dos altos escalões da polícia para obterem capacitação técnica oferecida pelos Estados Unidos através do decreto de cooperação assinado oficialmente pelo governo brasileiro no ano de 1953. Esse acordo trazia consigo a questão da segurança nacional que serviu como mais um alibi para o fortalecimento de um Estado que se afirmava democrático. A concretização dessa cooperação se deu também devido o fato de que figuras como o General Cordeiro de Farias, representante de grupos conservadores seguia uma linha de pensamento voltado para um nacionalismo conservador que via na abertura para o capital estrangeiro o caminho para a resolução dos problemas internos do país.

Após o mandato do General Cordeiro de Farias, assumiria o cargo de governador o usineiro e banqueiro Cid Sampaio, que embora tenha sido eleito com o apoio do Partido Comunista era declaradamente anticomunista. No entanto, essa coligação política atendia a demandas que naquele momento eram mais urgentes, dado que o governo de Cordeiro de Farias estava desagradando não só aos pecebistas, mas também a outros grupos como os industriais, que estavam sendo taxados com impostos estabelecidos pelo governador. No entanto, o PCB tinha plena consciência que deveria romper politicamente com Cid Sampaio logo após sua posse, devido seu declarado anticomunismo. Aparentemente ambos se toleravam nesse período.

Sendo assim, ainda no ano de 1958, vai se iniciar os Cursos de Instrução Policial – CIP. A partir daí as discussões girarão em torno do local onde viria ser as instalações da Escola de Polícia de Pernambuco – EPP, onde nesse mesmo local seria implementado também a Divisão de Polícia Técnica que comportava o Instituto de Medicina Legal. Resolvida às questões o Estado concretizaria as bases para o fortalecimento contínuo de sua força policial no estado de Pernambuco.

Durante todo o processo de aprimoramento técnico voltado para o fortalecimento das forças de vigilância, monitoramento e repressão do Estado é possível considerar que o empenho maior se deu em momentos em que havia uma ampliação de dissidências políticas que podiam abalar as estruturas políticas locais. Sendo assim, podemos também considerar

que a justificativa para a qualificação dos quadros da polícia se deu através da apropriação do discurso anticomunista que vinha sendo cultivado na sociedade desde meados da década de 1930. O comunismo foi o principal elemento que motivou a criação da Delegacia de Ordem Política e Social e combatê-lo era seu objetivo. Neste sentido, a partir da LSN o discurso anticomunista possibilitava enquadrar a maioria das reivindicações como crime de subversão justificando assim o uso da força no tocante a reclusão dos cidadãos que não se encontravam de acordo com os ditames do Estado. Dessa forma, podemos afirmar que embora o período fosse considerado democrático vivia-se em estado de exceção, sendo a polícia política a principal ferramenta pela qual o Estado mantém o controle social através do monitoramento ostensivo, da vigilância e da repressão. Esse Estado está na grande maioria do tempo mobilizando suas instituições em favor de grupos sociais específicos que não condiziam com a grande parcela da sociedade.

No trajeto que levou ao aprimoramento técnico e ao acirramento do monitoramento em torno do Partido Comunista existiram três linhas de ações adotadas pelo Estado. A primeira é a adesão ao Ponto IV em 30 de maio de 1953 através do Acordo sobre Programas de Serviços Técnicos Especiais entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil. Esse acordo vai por em prática os interesses norte-americanos durante a Guerra Fria, que via o Brasil como ponto estratégico tanto em questões econômicas como militares, bem como interesses de grupos liberais que viam na abertura para investimentos estrangeiros a principal ferramenta para o progresso do país, retirando-o assim da sua condição para afirmá-lo como potência econômica.

Em seguida, os embates políticos e a presença em muitos momentos determinante do Partido Comunista vai motivar em grande parte o empenho da polícia política no tocante ao combate o comunismo no estado. Nesse sentido, é que o uso da DOPS por parte do Estado vai desaguar na queda do Comitê Regional do Partido Comunista e de sua Escola de Capacitação Política. Sendo assim, a análise da documentação por parte da polícia, produziria a justificativa da necessidade de aprimoramento e ampliação da estrutura policial voltada ao combate das dissidências políticas em Pernambuco. A requalificação dos agentes ligados a Secretaria de Segurança Pública visava garantir a manutenção de um cenário onde as elites políticas se revezassem no poder.

De modo mais específico e para que a sociedade pudesse assimilar esse anticomunismo, a polícia vai disseminar os acontecimentos relacionados ao cotidiano do PCB

expondo as autobiografias de seus integrantes, demonstrando de modo direcionado os ambientes onde aconteciam as reuniões do partido através de fotografias nos jornais, caracterizando-os como perigosos e nocivos para a sociedade. Seguindo esta mesma linha, a *Revista Policial de Pernambuco* vai ser outro fator pelo qual se daria amplitude à ação policial de janeiro de 1956 reforçando o empenho do Estado e de sua força policial na manutenção da ordem política e social. Dessa forma, há a construção de um alibi para a agressão àqueles que optassem por outros ideais que não os compartilhados por grupos políticos tradicionais no cenário pernambucano e nacional como o PSD e UDN.

Respaldados também no discurso judicial presente na Lei de Segurança Nacional o Estado agora tendo sua força policial reestruturada e orientada poderia conter o avanço das dissidências políticas a partir da vigilância, monitoramento e repressão à população. Levando em consideração a aplicação constante da lei através do enquadramento do cidadão que se opunha ao Estado no crime de subversão. É possível afirmar que nesse período vivenciava-se dentro do universo da segurança pública um constante estado de alerta. Assim sendo, uma parcela significativa da população sofria a repressão que coagia, enquadrava e impactava diretamente nas escolhas dos cidadãos, que por sua vez que eram bombardeados de informações negativas em torno dos comunistas e opositores da ordem estabelecida. Em contrapartida a polícia ampliava a presença do Estado em torno das ações de combate ao comunismo disseminando-as em jornais e Revistas, produzindo até mesmo livro. A grande maioria desse material na segunda metade da década de 1950 estava ligada à ação que culminou na queda do Comitê Regional, frisando seu efeito por parte dos agentes do Estado.

Portanto, a ação policial constante sob os integrantes do Partido Comunista está objetivamente ligada ao universo político e serve a diversos interesses no decorrer do tempo em Pernambuco. No entanto, é possível notar que quanto mais o Estado se empenhou em aumentar a vigilância e o controle social buscando a manutenção dos espaços privilegiados pelas elites mais houve uma presença maior das dissidências políticas na sociedade pernambucana. No tocante a interesses de ordem pessoal, podemos ressaltar que as ações dos agentes em suas atividades cotidianas tinham por finalidade atender além de outros fatores suas convicções políticas que estavam ligadas aos interesses das elites política conservadoras de Pernambuco. No que diz respeito a questões institucionais, a caçada aos dissidentes políticos gerava a manutenção da própria existência da instituição policial como dispositivo pelo qual o Estado garante o estabelecimento de sua ordem. No âmbito coletivo ou até mesmo internacional, as ações de a ampliação de sua estrutura, como a fundação da Escola de Polícia

e o Instituto de Polícia Técnica junto com o Instituto de Medicina Legal, vai impactar naquilo que eles acreditavam ser a manutenção da segurança nacional, atendendo a demandas norte-americanas garantindo locais de maior fluxo de poder por parte daqueles que compartilhavam dessas ideias comuns favoráveis à abertura para a inserção de capital estrangeiro e da luta contra os comunistas na sociedade brasileira. Por fim, essa mobilização em torno da reestruturação e fortalecimento das instituições de segurança pública gestavam a implementação de uma estrutura necessária para por em prática posturas ditatoriais por parte do governo encobrendo interesses de grupos políticos conservadores que resultariam no golpe civil militar de 1964.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. (orgs). **Na trilha do Golpe: 1964** revisitado. - Recife: Editora Massangana, 2004.
- BERESTEIN, Serge. Os partidos. In RÉMOND, Rémond (org.). Por uma história política. – 2. Ed. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias**. – Ed. ampl. e atualizada. – São Paulo: Boitempo, 2011.
- BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido Comunista em Pernambuco: mudança e conservação** na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1989.
- CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi: da coluna Prestes à queda de Arraes: memórias políticas**. 4ª ed. revisada e ampliada. – Recife: CEPE, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 22 ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Introdução e revisão técnica Roberto Machado. – 26 ed. -- Rio São Paulo: Graal, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete**. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013
- GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

JOFILLY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe militar de 1964**. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KOSSOY, Borys. **Fotografia & História**. - 4. Ed. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa et al. **Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco**. 1ª Edição. Recife, 1958. Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.

MAUAD, Ana Maria. “O século faz 50 anos”: fotografia e cultura política em 1950. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. vol. 14. nº 27. 1994.

MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1954-1964). In FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 - 1964)**. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História Econômica) Universidade de São Paulo - USP – São Paulo, 2000.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**; consolidação e crise de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. Ed. – Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.

SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?**. – São Paulo: Atual, 1990.

SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SILVA, Angelissa Azevedo e. A campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

SILVA, Fernando Teixeira; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado e exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)** / Marcília Gama da Silva. – Recife: Editora UFPE, 2014.

\_\_\_\_\_. **D.O.P.S e o Estado Novo os Bastidores da Repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco -UFPE – Recife, 1996.

SILVA. Giselda Brito. **Integralismo e Estado Novo: diálogos e confrontos**. – Recife. EDUFRPE, 2017.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. 1964 perante 2014: algumas considerações precárias sobre os direitos humanos no Brasil. **Revista Maracanan**. Ed. nº11. Rio de Janeiro. Dezembro de 2014. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/14307/11114>>. Acesso em: 16/04/2017.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. 3ªEd. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ANEXOS

Anexo 01

